



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia - IP

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações - PSTO

Laene Pedro Gama

Orientadora: Profa. Dra. Ana Magnólia Mendes

Brasília, 13 de março de 2018.



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia - IP

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações - PSTO

A Função Social e Política do Humor no Trabalho

Laene Pedro Gama

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Magnólia Mendes

Brasília, 13 de março de 2018.

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações – PSTO

Dissertação defendida em 13/03/2018, aprovada pela banca examinadora constituída por:

Professora Doutora Ana Magnólia Bezerra Mendes
Presidente da Banca Examinadora
Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília – UnB

Professor Doutor Jean Michel Vivès
Université Nice-Sophia – Antipolis - França

Professor Doutor Gilberto Alfredo Pucca Júnior
Faculdade de Ciências da Saúde – Universidade de Brasília - UnB

Professora Doutora Ana Lúcia Galinkin
Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília – UnB

*Às duas pessoas da minha vida, com as
quais formei “LASO” de amor e escolhi*

SER.



Obrigada Sofia e Sérgio!!!

Agradecimentos

Aos meus pais, origem de um traçado de quem tomei a caneta, mas vez ou outra os invoco para ajudarem a desenhar as linhas que compõem minha vida.

A minha "grande família", que de tão grande transborda, mas sobretudo borda.

À amiga Débora, "tão longe e tão perto".

À "Panelinha", amigos que extrapolaram tempos e lugares, mantendo o humor e o bom gosto, um éthos de vida.

Aos amigos e colegas do laboratório, com os quais de mãos dadas e entrelaçadas seguimos fazendo arte.

Às 4 gerações de estagiários do projeto Clínica do Trabalho, o nosso "neg-ócio" é deixar "aconteSer".

A todos os trabalhadores, que escutei diretamente ou não, e que através do seu espaço de fala construíram pontes para transpor o desamparo, condição que nos humaniza e nos une.

Às colegas de trabalho, amigas no sofrer e na luta persistente em talhar trabalho, arrancando seiva da madeira que já secou.

A minha orientadora, Professora Ana Magnólia Mendes, Phd em viver a vida, doutora em ensinar caminhos, mestra em indicar descaminhos, para mim Ana Mag., ponto que não encerra a magia.

Ao professor Gilberto Alfredo Pucca Júnior, não é pouco associar os dois grandes temas Trabalho e Psicanálise, e eis que tenho em você a junção de dois dos meus caminhos.

Ao professor Jean-Michel Vivès, que ousou en-cantar o Supereu, frente a esse ato de coragem só me resta abrir um largo riso de alegria.

À professora Ana Lúcia Galinkin, o meu muito obrigada, por voltar olhar tão afortunado para uma causa rebelde como o humor.

*“Respeito muito minhas lágrimas
Mas ainda mais minha risada.”*

Vaca Profana (Caetano Veloso)

Resumo

Este é um estudo teórico que tem por objeto analisar a função social e política do humor no trabalho contemporâneo. Para tal, utiliza-se do referencial teórico psicanalítico freudiano e da crítica social, subjetivação do trabalho e construtos da psicodinâmica do trabalho para analisar o trabalho na contemporaneidade. Parte-se da hipótese de que o humor nas organizações tem como principal funcionalidade revelar excessos e dogmas mantidos pelo trabalho, permite uma releitura dos mesmos, e sugere modificações no contexto de trabalho que perpassam pela crítica ao poder constituído, convidando o coletivo à criação de um novo espaço de trabalho. O método usado foi a pesquisa bibliográfica, através de busca metódica e sistematizada dos temas humor e psicanálise. Em relação às obras freudianas, além do estudo das duas obras que tratam da temática (1905 e 1927), foram acrescentados os escritos do autor elaborados no intervalo dessas obras, que remontam ao campo aqui estudado. Para esta última revisão foi utilizada a referência bibliográfica dos autores Kupermann (2003) e Slavutzky (2014) em seus livros de referência sobre o humor. Em relação ao tema trabalho, foram lidos autores especializados em sua vertente da racionalidade crítica e subjetivação do trabalho, essas pesquisas foram baseadas em literatura publicada em formas de livros, revistas especializadas, escritas ou eletrônicas, e outras fontes como congressos e seminários. A partir do presente estudo, percebe-se que o humor inaugura um novo discurso social, tendo em sua origem o desamparo. Guarda uma função social, mas persegue a política, sem a qual não se eleva. Portanto, porta a denúncia, de hipocrisias comuns a um grupo e idealizações. Desterritorializa algo previamente estabelecido por um sujeito, uma instituição ou forma de governo. Descrever o atual cenário político neoliberal, onde se assenta o discurso falicista ou gerencialista do trabalho, permite reconhecer nos elementos sociais do humor – laços identificatórios, caráter transgressor e sublimação – contribuições ao mundo laboral contemporâneo.

Palavras-chave: Humor, Psicanálise, Trabalho, Crítica Social.

Abstract

This is a theoretical study that has as its objective to analyze the social and political function of humor in the contemporary work. For this, it's used the Freud's psychoanalytical theory and the social critic reference, work subjectivation and constructs and psychodynamics of work in order to analyze the work in contemporaneity. It's started of the hypothesis that humor in the organizations would has its main functionality to reveal the excesses and dogmas maintained by work, allows a reinterpretation of them, and suggests changes in the work context which overarch the critic to the constituted power, invites the collective to the creation of a new work space. The used method was a bibliographic, research through a methodic and systematized research of the humor and psychoanalysis themes. Relating to Freud's works, besides the study of the two works which deal with the theme (1905 and 1927), it was added the author's writings elaborated in the hiatus of these works, which go back to the field studied here. For this last review it was used the bibliographic reference of the authors Kupermann (2003) and Slavutzky (2014) in their reference books about humor. About the work theme, specialized authors were read in their aspects of critical rationality and subjectivation of work, these researches were based in literature published in books, electronic or written specialized magazines and other sources as conferences and seminars. From the present study, it's noticed that humor inaugurates a new social speech, having helplessness in its origin. It keeps a social function, but chases politics, which without it, it can't rise. Therefore, it bears the report of common hypocrisies to a group and idealizations. It dispossesses something previously established by a subject, an institution or way of government. Describing the neoliberal political scenery, where the falicist and managerial speech of work sits, allows one to recognize in the social elements of humor – identification laces, transgressor character and sublimation – contributions to the contemporary labor work.

Keywords: Humor, Psychoanalysis, Work, Social critic.

Sumário

	Página
Introdução	09
O Humor	14
Sociedade Contemporânea e o Humor	14
O Humor sob a Análise Psicanalítica	16
Diferenças dos Tipos de Comicidade	27
Metapsicologia do Humor	39
Cenário Contemporâneo do Trabalho	47
Elementos sociais do humor e trabalho.	61
<i>Laços identificatórios.</i>	63
<i>Caráter transgressor.</i>	71
<i>Sublimação.</i>	77
Método	82
Discussão	83
Considerações Finais	89
Referências	90

Introdução

*Um dia, quando olhares para trás,
verás que os dias mais belos
foram aqueles em que lutaste (Freud).*

Este é um estudo teórico que tem por objeto analisar teoricamente a função social e política do humor no trabalho contemporâneo. Parte da hipótese de que o humor nas organizações teria como principal funcionalidade revelar excessos e dogmas mantidos pelo trabalho, o que permite uma releitura dos mesmos. Sugere modificações no contexto de trabalho que perpassam pela crítica ao poder constituído, também convida o coletivo de trabalhadores à criação de um novo espaço de trabalho onde a fala teria maior poder de circularização.

A definição do humor utilizada é a conceituada no construto freudiano. Apesar de, na contemporaneidade, o riso se apresentar por toda parte, como solução coletiva para a angústia, a falta de um sentido para ele impossibilita a identificação do humor e, portanto, o enfrentamento do real. A ausência desse enfrentamento, marca da sociedade moderna, designa-a como depressiva-humorística (Kupermann, 2003). Sociedade que se caracteriza pelo mau humor crônico e prazer em viver, mas, ao mesmo tempo, orientada a viver de forma cool ou light sob a bandeira da descontração, exhibe ainda um humor gratuito mantenedor da ausência de conflitos, cínico, impossibilitador de revolta e de manifestação de descrença. O século vinte é marcado por guerras mundiais, terrorismos, genocídios, pobreza, fome, degradação do meio ambiente, dentre outras mazelas. São essas *desgraças*, segundo Minois (2003), que estimulam o humor como um antídoto ou um anticorpo diante das agressões vividas, aqui é reservado a esse tipo de comicidade um ato de refugio a dor.

O humor penetra em todos os domínios, inclusive nas corporações profissionais, requer participação ativa do ouvinte e sua cumplicidade, o que permite compartilhar as desgraças e as dificuldades do grupo social empaticamente. Para Slavutzky (2005), o humor alivia a dor da existência, pois consegue brincar com o pânico do homem que é a morte. O excesso de seriedade, a luta competitiva, o querer ganhar sempre, tudo isso faz parte do nosso mundo, portanto, é preciso encontrar o caminho do humor, pois este permite ao homem aliviar-se do tédio cotidiano. Entender o caminho do humor ajuda na compreensão de como se dá esse alívio, que em primeira abordagem pode aparentar um mero afastar-se das aflições e não se trata disso. Por isso, após a

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

descrição do humor pela abordagem psicanalítica, faz-se necessário conhecer a metapsicologia dessa formação do cômico.

Freud trata do humor em duas de suas obras: em *Os Chistes e sua Relação com o Inconsciente* (1905/1996a), e em *O Humor* (1927), neste último ele é caracterizado como um dom raro, precioso e rebelde. Ao analisar as duas obras Mezan (2005) entende que a questão do prazer, central no argumento da primeira obra, foi enquadrada por vezes excessivamente em um modelo econômico. No segundo escrito, à luz da teoria do narcisismo, do investimento pulsional e sob a ótica da sublimação, Freud pôde acrescentar uma nova dinâmica à teoria do humor: distancia-se do modelo quantitativo ao descrever suas características como, caráter transgressor, formação de laços sociais, invencibilidade do Eu e sustentação do prazer. E inaugura uma nova maneira de pensar a sociabilidade, diferente daquela que tipifica os grupos e a massa, onde vigora a proibição do pensamento e a pobreza erótica. A partir de então, considera a proximidade desse fenômeno com o campo da criação e estética e as dimensões éticas e políticas nele implicadas.

A dimensão política é mais bem caracterizada em Kupermann (2003), ao estudar metapsicologicamente os fatores humorísticos que corroboram criticamente para as interações sociais: formação de laços sociais, caráter transgressor e processo sublimatório. Contrariamente ao que havia sido exposto por Freud, o humor, mais do que reforçar laços identificatórios, promove uma desterritorialização do que é previamente estabelecido. Essa dinâmica é promovida pelo poder de afetação do dito espirituoso (termo que reúne as formações chiste e humor) por aquele que o porta, na terceira pessoa. Afetação oriunda do compartilhamento de uma crítica social, denúncia de hipocrisias comuns a qualquer grupo e de evidências idealizadoras.

Ainda sobre o alcance político do humor, Birman (2005) ressalta o papel fundamental do interlocutor no dito espirituoso, pois é através de sua risada que o chiste é reconhecido. Na relação com o outro é que a experiência transgressora dos ditos espirituosos é enunciada. Ao transcender o recalque e obter prazer o chiste permite criar estratégias de desmontes e de desconstrução daquilo que oprime. Essa produção criativa, por ocorrer em uma cena social, inserção do terceiro, proporciona a circulação e compartilhamento do desejo. No campo social do trabalho Mendes e Ferreira (2001) apontam que o uso da criatividade é a expressão de uma marca pessoal, e quando reconhecido pelos colegas e chefes, é fonte de prazer.

Entretanto, para os autores (Irigaray & Saraiva, 2010), o humor como forma de comunicação nas organizações cumpre o papel de tolhimento e discriminação social. Para os

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

autores, as novas técnicas de gestão adotadas nas últimas décadas procuram abolir controles rígidos de trabalho, mas, em contrapartida, adotam outros mecanismos de controle mais sutis, como o humor. Irigaray e Saraiva, afirmam que chacotas, piadas e comentários bem humorados podem corroborar preconceitos e funcionar como controle social. Sugerem que entender esses códigos humorísticos é desvendar em parte áreas demarcadas como, perigosas, constrangedoras ou tabus. Parece faltar nessa leitura a compreensão dos elementos políticos do humor. Aprender esses elementos e pensá-los como surgem no mundo do trabalho ajuda a desvendar mensagens das novas estratégias de gestão que alardeiam a promoção da comunicação no meio laboral e, no entanto, mantém o interdito.

Os escritos freudianos sobre a formação humorística parecem revelar o predomínio do prazer mesmo em face ao risco, esse não apenas é assumido como também enfrentado. O desafio do humor *rebelde* (Freud, 1927/1996b) é a denúncia direta à fonte daquilo que gera o desconforto, e não apenas aos seus efeitos. Os ditos espirituosos propõem subverter socialmente o *status quo*, potencialmente com a intenção de alcançar dimensões maiores do que o escárnio frente aos efeitos indesejáveis gerados por uma situação constrangedora. Ao não se resignarem frente a essas situações, as formações humorísticas distanciam-se das formações patológicas possivelmente ao permitirem a fruição do interdito.

Após a compreensão da formação humorística, outro objetivo se apresenta, é sua possível funcionalidade no meio laborativo. Para Dejours (2012b), fundador da disciplina teórico-prática Psicodinâmica do Trabalho, que pensa a relação/trabalho trabalhar e suas implicações no equilíbrio psicopatológico do sujeito, as obras freudianas pouco tratam do trabalho ordinário, aquele versado para o mundo. Safatle (2016) concorda com a afirmação de Dejours, entretanto, lembra que o inconsciente é sobretudo uma modalidade de trabalho, que nada tem a ver com o trabalho enquanto expressão das representações da consciência. Ainda assim, Safatle entende que Freud foi o grande responsável pelo aparato conceitual que leva a compreender como o capitalismo pela gestão do trabalho desenvolve-se por uma matriz de sofrimento psíquico. Não existe nada em comum entre o labor (trabalho de força) e o opus (a obra). Esta última nunca foi pensada como trabalho, ela está na ordem da criação e deriva da sublimação, tal distinção salienta o fato de que nem todo trabalho leva à sublimação. Em uma releitura de distinção tão radical importa manter considerada a existência de um número elevado de empregos, que se caracterizam pelo confronto com os constrangimentos organizacionais. Esses tornam impossível

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

o emprego de inteligência e não dão oportunidade à criatividade, à descoberta e à engenhosidade. Sendo assim, para esses empregos, a clivagem radical entre labor e opus se aplica e merece o epíteto de tarefas antissublimatórias, conseqüentemente, provocam efeitos dramáticos para a saúde mental.

O trabalho como estruturado na contemporaneidade, vinculado aos modos de produção cada vez mais flexíveis do capital, perde o seu valor psíquico e social e ganha um valor instrumental. Contraditoriamente, os modelos de gestão oferecem ao sujeito o lugar da plenitude, que por sua vez se engaja nesse discurso a busca do sucesso e é remetido à onipotência, pronto a atender a demanda que se apresenta e falsamente lhe acena com o cessar do desamparo. Discurso que leva ao fracasso do laço social, humaniza o que é industrial e afasta o sujeito do desejo, rendido à promessa da plenitude e negando o desamparo (Mendes, Takaki, & Gama, 2016, p. 137). O sujeito permanece assim no lugar do invocado, atende àquilo que recebeu em troca a uma demanda por si proferida, mas não traduzida, enredando-se em um discurso imperioso sem lugar para o desejo.

O circuito imperioso do gozo possível no ambiente da plenitude/onipotência torna propícia a violência por conter em suas bases a recusa do desamparo, conforme defendido por Mendes et al. (2016). As conseqüências diante esse cenário em que o laço social é arruinado, de insensibilidade progressiva ao sofrimento do próprio sujeito e dos demais, é a solidão que leva aos ambientes de trabalho o uso de defesas, práticas desleais com os colegas baseados em condutas como *cada um por si* e ou *tapar os olhos*, e o ativismo que de forma exacerbada transforma-se em práticas articuladas a uma violência patológica. Assim, a violência patológica é conseqüência das formas de dominação social no trabalho e da recomposição das defesas, as quais precisam ser mais eficazes para dar conta dos efeitos das relações de poder.

A ausência de espaço para simbolizar o desamparo e sua recusa, expressa na mobilização do sofrimento patogênico e ético, permite a propagação de patologias, como a violência no trabalho, tendo no assédio moral a prática legitimadora dessa violência e passa a ser o imperativo vociferante e ressonante dos modelos de gestão contemporâneo: Trabalhe e seja absoluto! Romper com as facetas de um sistema totalitário é reconhecer e suportar a falta.

Algo suportável quando o laço social é estabelecido permitindo ao sujeito modificar o papel daquele que é convocado para aquele que também é capaz de invocar e assumir o seu desejo por maiores que sejam os riscos que este ofereça. Desinvestir do papel de super-homem que nos fazem requerer e impor, por vezes e muitas vezes pela via da violência, o lugar dos subestimados (Mendes et al., 2016, p. 143).

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

Essa crise se expressa no estatuto real da sociedade de hoje, gerando um mal-estar que, segundo Tfouni e Silva (2008), atravessa a subjetividade humana, ou melhor, a relação do sujeito com seu próprio desejo, levando-o a preenchê-lo com objetos. Entretanto, o desejo é por definição não preenchível, e o capital no lugar do outro pode tomar para si o papel daquele que preenche os desejos humanos. Birman (2012) reforça a localização do mal-estar na sociedade contemporânea, ao afirmar que ele assume novas formas associado às condições econômicas e sociais que os indivíduos experimentam no mundo moderno. Os filhos da modernidade tornam-se espectadores de uma experiência que melhor se conceitua como fome, miséria, barbárie, guerras, desemprego, instabilidade econômica e social. Todos esses fatores geram a insegurança social no indivíduo e, conseqüentemente, são responsáveis pelas doenças e sofrimento psíquicos de nossa época, sendo percebidas também nos contextos de trabalho.

Finalmente, o estudo sobre o humor e sua possível funcionalidade no mundo do trabalho pode contribuir para pensar saídas para os processos de engessamento do sujeito como os descritos em Mendes e Araújo (2012). O sujeito quando nega o sofrimento oriundo do fracasso do encontro com o real perde a chance de realizar seu potencial de ser ativo, abre mão do prazer, deixa de ser aquele que faz, que se mobiliza para encontrar soluções para os seus conflitos.

O presente estudo busca apresentar a evolução da funcionalidade do conceito de humor nos estudos psicanalíticos, centrada na abordagem freudiana, e compreender sua implicação social e política no trabalho contemporâneo. Portanto, pretende-se avançar o campo de estudo sobre o trabalho, incluindo estudos sobre o humor. Esta análise permitirá pensar como e quando nos contextos laborais surge o movimento de compartilhamento social, comum ao humor. De forma, a revelar, formações idealizadoras, por vezes sustentadas desmedidamente em contextos autoritários e contrários aos vínculos sociais. Explicitar essa dinâmica, viabiliza uma via política no trabalho ao desterritorializar dogmas estigmatizantes que impedem projetos futuros. Essa dinâmica, formação de laços sociais e transformação política no trabalho, apresenta-se nesse campo de estudos como potência para o trabalho vivo, e assim a emancipação dos sujeitos.

O Humor

A palavra é disfarce de uma coisa mais grave, surda-muda, foi inventada para ser calada. Em momentos de graça, infrequentíssimos, se poderá apanhá-la: um peixe vivo com a mão. Puro susto e terror (Adélia Prado).

Sociedade Contemporânea e o Humor

A sociedade contemporânea pode ser designada como *depressiva-humorística*, segundo Kupermann (2003), pois é marcada pelo mau humor crônico, pela falta do humor e prazer em viver, mas ao mesmo tempo orientada a viver de forma *cool*, ou *light* sob a bandeira da descontração. Um humor gratuito mantenedor da ausência de conflitos, impossibilitador de revolta e de manifestação de descrença, um humor cínico contrário aos propósitos elevados do humor descrito por Freud, o humor rebelde, como é descrito adiante.

Historicamente, o riso pode caracterizar em parte a evolução humana, como percebido no estudo de Minois (2003). O autor apresenta o século vinte como uma época marcada por guerras mundiais, terrorismos, genocídios, pobreza, fome, degradação do meio ambiente, dentre outras mazelas. Para ele, no riso residiu a força para zombar de todos esses males, o mundo riu de tudo e, sobretudo de si mesmo. O século morreu de overdose do riso, foi reduzido ao absurdo, e o mundo por fim reencontrou o *nonsense* original.

São esses fatos grotescos que estimulam o humor, como um antídoto ou um anticorpo diante das agressões vividas, e que penetra em todos os domínios, inclusive nas corporações profissionais. O humor sociológico, promotor de relação social, requer participação ativa do ouvinte, sua cumplicidade, que permite compartilhar as desgraças e dificuldades do grupo social empaticamente. Revela-se o que a princípio é percebido como a dimensão defensiva do humor, funcionando como proteção à angústia. Muito dessa dimensão aparece especialmente nas brincadeiras profissionais e em suas corporações, que desenvolvem suas piadas próprias para uso interno, marcando sua originalidade, sua diferença, reforçando o espírito corporativo, vacinando-se pelo riso contra os próprios defeitos.

Ainda no século vinte, um grave problema é detectado, a disseminação do uso da ironia e não do humor criativo, como salientado por Minois (2003). Para o autor, enquanto a elite cética utiliza a ironia mantendo a ordem das coisas, o povo, detentor de um poder transformador, ao

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

tornar-se irônico deixa de acreditar em seus valores, inaugurando uma situação perigosa que tende a se ampliar. O perigo reside no fato de que a ironia possui como princípio o pessimismo, ela reconhece a gravidade daquilo a que está a zombar e o indica sem nenhuma pretensão de aviltá-lo, superá-lo, apenas reconhece a derrota da razão. A ironia é individualista e antissocial, já que indica necessariamente um retrato estático do mundo, portanto não engendra um discurso social.

Ainda detalhando a descrição da ironia, Minois (2003), afirma ser essa, um sorriso mefistofélico, mas com certeza não o riso humorístico vulgar e plebeu. A ironia não permite compartilhamento do sentimento consolatório de que se pode rir de algo que não destrói o sujeito, ao contrário, preserva sua identidade apesar de todos os dissabores. O compartilhamento do consolatório frente à adversidade é a função mais sublime do humor e não a da ironia. Localiza-se então na generalização da ironia o desespero do homem em sociedade, a impossibilidade de sorrir verdadeiramente e vislumbrar mudança naquilo que se apresenta trágico. O autor retrata a morte do riso livre no século vinte; segundo ele, o riso torna-se um produto comercial disseminado como um *gás hilariante*, a sociedade ri de tudo, conformando-se com tudo, abolindo o bem e o mal a favor do cool.

Os diversos e perpétuos eventos contemporâneos, festas obrigatórias, que se apresentam como solução coletiva para a angústia, acabam por provocar o divórcio entre o riso e a cena social, por sua falta de sentido. O riso na sociedade contemporânea refugia-se no interior de cada um, ao contrário do que se pensa quando o observa por toda a parte. Para Minois (2003), ele não mostra mais os dentes, simplesmente assente aquilo que é dosado e calculado, retirando do indivíduo o reconhecimento do humor e a possibilidade do compartilhamento daquilo que verdadeiramente amedronta e, portanto, une os sujeitos.

Outra caracterização da sociedade contemporânea advinda do humor, bastante similar a de Minois, é apresentada por Kupermann (2001), que a nomeia como *sociedade depressiva*. Suas características são evitação do litígio, entre a busca do bem estar do sujeito e uma cultura social que possui como meta principal o sucesso pessoal e a adaptação, não há lugar para o conflito, e o sofrimento psíquico é explicado como tendo causalidade orgânica. Nessa sociedade o humor vigente é o acrítico e gratuito, uma espécie de *lubrificante social*, uma descontração que detona a falência de projetos comuns e promove o desinvestimento de transformação social.

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

A negação social em vivenciar os seus lutos negando a angústia leva a sociedade ocidental a negar parte do seu desenvolvimento, conforme Soares (2011). Portanto, ficar triste é uma peculiaridade do ser humano, e refletir sobre essa condição e as exigências do meio são uma forma de tornar-se coeso. Utilizar recursos internos para conferir novos significados aos acontecimentos e emoções que permitam reinterpretar as experiências vividas, pode apontar para mudanças que vão além do suportar as adversidades como elas se apresentam.

A dificuldade do indivíduo em suportar adversidades é, na atualidade, sustentada por algumas características da sociedade que contribuem para o afastamento social. Algumas dessas características são o ritmo de vida acelerado, exacerbação do ritmo consumista e imediatista e a ditadura da mídia determinando o que as pessoas devem fazer. Sobre esta última característica o autor (Soares, 2011) destaca o uso do humor em programas humorísticos, explorado às vezes pela faceta do entretenimento alienante como fórmula de felicidade, perdendo o poder de reflexão e se tornando também objeto de consumo.

O cenário contemporâneo convida o sujeito a ocupar um lugar de negação da realidade e afasta o sentido do humor. Afasta justamente a capacidade que reside, em aceitar que toda verdade é parcial e poder sorrir dos defeitos próprios e dos defeitos dos outros. O humor brinca com a seriedade da sociedade, bem como da morte; para Slavutzky (2005) o humor alivia a dor da existência, pois consegue brincar com o pânico do homem que é a morte. A irritação, o excesso de seriedade, a luta competitiva, o querer ganhar sempre fazem parte do mundo, portanto, é preciso encontrar o caminho do humor, pois esse permite ao homem aliviar-se do tédio cotidiano.

O Humor sob a Análise Psicanalítica

O estudo sobre os tipos de comicidade e a distinção entre essas formas, e em especial o humor, preocupou os românticos, inicialmente os alemães, e influenciou os estudos no começo do século vinte (Carignano & Garcia, 2007). Estudos que refletem sobre diversas obras, inclusive *Dom Quixote*, e destacam o humor como um tipo de comicidade, que representa o mundo romântico e moderno pela especificidade de sua sensibilidade. Essa sensibilidade diz respeito à natureza humana, e não a uma individualidade específica, o humor coloca em xeque não o outro, mas o mundo e a si mesmo. A apreensão da visão humorística acontece por meio e no próprio Eu do humorista, o que leva à identificação com o outro. Ao mesmo tempo em que diferencia o humor do cômico, porque neste último o outro é tomado como objeto do risível. Enquanto o

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

cômico adverte do contrário, o humor reflete sobre o sentimento do contrário, o que o torna amargo, mas revelador da natureza humana e aquilo que a aflige.

Freud, influenciado e determinando nesse contexto, escreve, como já dito, sobre as formações do cômico e especificamente sobre o humor em duas obras, a primeira *Os chistes e sua Relação com o Inconsciente* (1905/1996a) e o escrito *O Humor* (1925/1996a). No intervalo de tempo entre as duas obras, vinte e dois anos, Freud avança nos construtos psicanalíticos, teoria do narcisismo, do investimento pulsional e a sublimação, resgata e amplia a problemática do humor. Podendo, a partir de então, considerar a proximidade desse fenômeno com o campo da criação e estética e, também, às dimensões éticas e políticas nele implicadas. Kupermann (2003) ressalta nesse intervalo a construção de um trabalho sobre o sentido da sublimação, e enfatiza sobretudo seu caráter de potência criativa erótica. O que evidencia a dimensão da alegria, característica dos processos de criação sublimatória, da qual o humor pode ser considerado uma das figuras mais exuberantes.

Inicialmente, Freud apresenta o prazer obtido pelos tipos de cômico classificados como witz, o cômico e o humor, por um modelo econômico de energia psíquica baseado em um princípio de retenção e liberação de tensões psíquicas. Mas quando do deslocamento da ênfase do humor de uma explicação econômica para uma dinâmica, as características do processo anímico do humorista ganham maior destaque. Essa mudança, ocorre quando Freud percebe que a obtenção do prazer pelo riso no humor se dá pelo processo identificatório, não se restringindo apenas à economia do afeto. A nova compreensão permite enxergar a essência do humor para além de um elemento libertador de energia psíquica, comum ao witz, ao reconhecer o que para Freud lhe é grandioso, o triunfo sobre o narcisismo.

O humor é *rebelde e um dom raro*, afirma Freud em 1927, desafia o autoritarismo e diminui o medo. Slavutzky (2014) interpreta o medo desafiado pelo humor como sendo o desamparo, condição própria da natureza humana e que expressa a falta de garantias quanto à sua proteção e à segurança. Ele prossegue a discussão do homem frente aos sentimentos despertados pelo desamparo, e sua busca para se sentir seguro, pela via da experiência masoquista. Essa construção torna-se importante para este estudo, pois explica como o sujeito é levado a submeter-se ao outro ou a uma instituição. Um indicador dessa realidade é a forma como instituições religiosas e políticas, ao longo da história, utilizam o medo como fator de coação e obediência, elementos que atendem bem o masoquismo, que implica no sujeito submeter-se à servidão,

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

suportar humilhação, mas nunca a solidão. Portanto, enfrentar o desamparo é essencial para o crescimento, atravessar a ponte para ser independente é um percurso que o sujeito deve fazer ciente de que a proteção absoluta não existe.

Nesse percurso, destinos destrutivos podem ser traçados graças às situações traumáticas do desamparo, mas destinos criativos também podem ocorrer, o humor é um deles. Para Slavutzky (2014), o humor é uma forma de ver e viver o mundo, sem pretensão de ser salvador “... é um curativo da alma assim como a arte” (p.27). A arte e o humor exercem esse papel balsâmico, a arte como curativo do vazio e o humor como recurso da inteligência para enfrentar situações adversas, ambos alçam os sujeitos acima da realidade pesada.

Portanto, o humor pode ser visto como uma “... conduta de luto” (Slavutzky, 2014, p.34), suporta as mortes, perdas, encara a realidade a uma distância saudável. Talvez este distanciamento lhe permita criar antídotos às frustrações e às mortificações, através de uma brincadeira que pode ser expressa em palavras, como nos ditos espirituosos. Para o autor, as palavras são estrangeiras, substituem objetos e ajudam a atravessar o luto. Mesmo quando refere-se à morte, o dito espirituoso conserva a graça (o humor negro é o que mais bordeja a morte), pois ambos, humor e morte, dependem da capacidade de simbolizar. Essa capacidade de simbolizar, de criar por palavras ou atitudes humorísticas é que sustenta o triunfo do prazer, ou o gozo, e mantém a saúde mental quando se adota a postura humorística.

A compreensão da maneira como o triunfo do prazer estabelece-se no humor é possível pela sua análise metapsicológica. Mas antes dessa análise é traçado o percurso teórico freudiano para consolidação do tema, assim como a diferenciação entre os tipos de cômico.

É sabido que nesse percurso teórico de vinte e dois anos, construtos como o narcisismo, investimento pulsional, a sublimação e o Supereu foram determinantes para a mudança de concepção do humor freudiano. Ao descrever o processo de criação literária Freud afirma que “O oposto da brincadeira não é a seriedade, mas sim – a realidade” (1908/2015, p.327). Discorre como o brincar infantil baseia seus objetos e situações imaginárias em coisas do mundo real, e, por fim, compara esse brincar com o ato do escritor. O escritor cria um mundo de fantasia levado a sério, isto é, dota-o de afeto e ao mesmo tempo o separa da realidade. Esse ato é traduzido pelo uso da língua, que une em suas múltiplas formas a possibilidade do brincar infantil e do criar poético.

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

A técnica infantil que une objetos e situações imaginárias associadas ao real traz consequências à criação literária, como a obtenção do prazer a partir de coisas reais pelo uso da fantasia, e o compartilhar emoções dolorosas para os seus ouvintes e espectadores. É através do compartilhar o afeto doloroso pela escrita, evitando o levantamento de barreiras a aquilo que faz sofrer, que o escritor consegue a *ars poética* ao proporcionar assim prazer coletivo. Dois recursos dessa técnica parecem ser utilizados pelo escritor, o primeiro a atenuação dos devaneios egoístas por meio de recursos artísticos, o que o leva a cativar o público pela construção estética. E o segundo, o prazer estético, proporcionado pelo escritor, permite ao público a liberação de tensões devido ao desfrute das fantasias sem qualquer recriminação e sem pudor.

Em um de seus escritos inacabados, datado de 1938 *A cisão do Eu no processo de defesa* (Freud, 1940/2014c), Freud utiliza o brincar infantil para explicar como o Eu da criança, através da brincadeira, atende costumeiramente a uma exigência pulsional, que pode ser prejudicada por uma ameaça advinda do real. Frente à ameaça, à castração, o sujeito precisa escolher entre reconhecer o perigo real e renunciar à satisfação pulsional ou recusar a realidade, afastar o temor e ater-se à satisfação. A criança faz as duas coisas ao mesmo tempo, utiliza-se de mecanismos específicos para recusar a realidade e simultaneamente assume o perigo da realidade em forma de sintoma, e no futuro tenta se livrar dele. A solução encontrada leva a uma cisão do Eu, que nunca será curada, e cresce ao longo do tempo. Entretanto, outros caminhos aqui são pensados para que o sujeito, em meio à dualidade que lhe constitui, possa encontrar outras saídas afora a formação de compromisso representada pelo sintoma.

A forma como o sujeito lida com a realidade é determinada pelo princípio do prazer e da realidade. Assim, no transcorrer do desenvolvimento psíquico o último princípio predomina sobre o primeiro, como tentativa de resposta às exigências internas, o que resulta em enormes consequências. Uma delas seria a forma de pensar a realidade sustentada nas impressões objetais saindo do campo da fantasia. Nesse caso, a fantasia é submetida ao princípio do prazer e dissociada do princípio da realidade, manifestando-se como devaneio. Dois outros efeitos do domínio do princípio da realidade sobre o do prazer são o empobrecimento do pensamento criativo e a mudança nas pulsões sexuais.

Sendo as pulsões sexuais tardiamente detidas em seu desenvolvimento, devido ao autoerotismo e ao período de latência, elas permanecem, portanto, muito mais tempo submetidas ao domínio do princípio do prazer. Esse processo tardio permite uma relação mais estreita entre

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

pulsão sexual e fantasia, apesar desta estar sobre forte regulação da repressão. Tal situação denuncia a fragilidade da organização psíquica, que pode retornar ao domínio do princípio do prazer pensamentos já tornados racionais.

Para Freud (1911/2010a), a arte consegue reconciliar os dois princípios, por uma via peculiar, o artista afasta-se da realidade, concedendo aos seus desejos inteira liberdade na fantasia. Transforma-os em realidades apreciadas pelos outros homens e somente o consegue porque estes partilham da sua insatisfação com a renúncia exigida à substituição do princípio do prazer pelo da realidade, renúncia que faz parte da realidade. Entretanto, o processo artístico não alcança a todos, e a negação da realidade pode se dar por vias sintomáticas, como percebido na afirmação de Freud sobre o neurótico que dá as costas à realidade por considerá-la no todo ou em parte insuportável. Entretanto, na neurose, apesar de existir um abandono da realidade os sujeitos não abandonam a relação erótica com as pessoas e coisas.

Sobre esse investimento, existe uma oposição entre libido do Eu e libido objetal, quanto mais se emprega uma, mais empobrece a outra (Freud, 1914/2010b). Essa dinâmica leva o psiquismo a ultrapassar a fronteira do narcisismo e investir libido nos objetos, superando o investimento do Eu na libido. A sublimação é um exemplo de um movimento pulsional que atinge este objetivo. Freud chama atenção para a figura do humorista, que conquista o interesse do público pela coerência narcísica com que afasta de seu Eu tudo o que possa diminuí-lo. Tal atitude parece despertar inveja no outro ao perceber um estado psíquico que preserva uma posição libidinal satisfatória não percebida em si própria, o que pode provocar grande fascínio sobre aquele que desistiu da satisfação plena de seu narcisismo e busca o amor objetal.

As características narcísicas são abandonadas quando as pulsões libidinais sofrem o destino da repressão ao confrontar-se com ideias morais e culturais. A repressão nesse caso tem sua origem no Eu, precisamente no autorrespeito do Eu. O ideal do Eu é a instância psíquica que apresenta condições para a repressão, ele funciona como o substituto do narcisismo perdido na infância. A sublimação, ao contrário, é atinente à libido objetal e consiste no direcionamento da pulsão para uma meta diferente da satisfação sexual. Por sua vez, a idealização envolve o objeto, o qual é aumentado e elevado sem nenhum processo de transformação de sua natureza, e pode se referir tanto à libido do Eu como à libido do objeto. Portanto, a sublimação refere-se à pulsão e representa a saída para cumprir a exigência do real sem ocasionar recalque. A idealização, ao contrário, refere-se ao objeto e é relacionada à formação de ideal favorecendo o recalque.

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

O recalque é um dos destinos da pulsão, conforme apontado nos textos *A repressão* (1915/2010d) e *Os Instintos e seus Destinos* (1915/2010c). Esse mecanismo de defesa origina-se após a divisão da atividade psíquica entre consciente e inconsciente, e sua essência consiste em manter afastado algo da consciência. O recalque tem como motivo e propósito evitar o desprazer, e tenta fazê-lo evitando surgir no consciente a sensação de angústia, o afeto. Afasta do consciente as ideias ligadas ao afeto, mas fracassa quando não impede o sentimento de angústia. Anterior, a esse estágio, outros caminhos pulsionais são utilizados para defender a vida psíquica, como a transformação no contrário e a reversão contra a própria pessoa. A sublimação é outro destino pulsional, e será tratada à frente de forma mais específica.

A essência do processo de recalque não é anular à ideia que representa a pulsão, mas impede que ela se torne consciente, ficando então em estado inconsciente. A pulsão somente é conhecida pela ideia que a representa ou pelo estado afetivo que aparece, nunca é objeto da consciência, e no inconsciente é representado por sua ideia. No recalque o afeto é separado da ideia e seguem destinos diferentes, um afeto surge apenas quando consegue uma nova representação na consciência. A representação consciente abrange a representação da coisa e da palavra correspondente, já a inconsciente é apenas a representação da coisa. Aquilo que não é simbolizado pela palavra torna-se recalcado (Freud, 1915/2010e).

Após compreender a busca do prazer obtida na arte literária, pela união da fantasia com objetos reais, o que revela a fragilidade e ambiguidade do aparelho psíquico posto em risco pela sua própria dinâmica, e passar pelos destinos pulsionais acresce-se ao funcionamento psíquico o postulado apresentado em *Além do Princípio do Prazer* (Freud, 1920/2010f), a pulsão de morte. Essa força, a pulsão de morte, coloca o princípio do prazer a seu serviço, justamente por esse tender a reestabelecer o equilíbrio do organismo. Ménard (2015) descreve a independência do aparelho psíquico na busca do prazer. Nesse processo nem sempre se pretende alcançar o prazer pela descarga psíquica, mas também pela luta contra o desligamento máximo do aparelho psíquico, a morte. Essa independência se dá pela repetição assubjetiva em relação ao objetivo do prazer e permite um retorno, independente da intenção do sujeito, de algo morto que insistentemente é colocado no lugar de um desejo extinto.

Assim como o agir não é um decidir em função de informações e sim uma tentativa de afastar sofrimento e gozo, a compulsão à repetição consiste em representar um trauma como exterior a fim de constituir um “se” que foi destruído. Em 1914/2014, Freud já trabalhava essa

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

ideia em *Lembrar, repetir e perlaborar*, ao afirmar que a resistência, quanto maior, leva o *lembrar* a ser substituído pelo atuar, *repetir*, sendo o *perlaborar* das resistências a experiência mais transformadora do paciente. Em *Além do princípio do prazer*, Freud novamente abre espaço para a arte ao afirmar que o jogo adulto, ao compartilhar algo doloroso como na tragédia teatral, convida o outro à sensação de fruição do desprazer, ajudando-o a tornar objeto de recordação e elaboração psíquica àquilo que é desprazeroso. Nesses casos, a estética contida na arte dá conta do princípio do prazer, algo menos primitivo que a compulsão à repetição que é da esfera da pulsão de morte.

A arte é apenas um exemplo da participação do outro na vida do indivíduo pelo compartilhamento do prazer. A entrada do outro atesta a psicologia individual como sendo também psicologia social (Freud, 1921/2011a), porque na vida psíquica o outro é considerado como modelo, objeto, adversário. A formação de laços sociais entre os sujeitos apresenta-se como expressão de pulsões que não visam o sexual, embora proceda dessa fonte. Nesse processo social, o desvio da meta se refere ao processo sublimatório, e a pulsão sexual inibida na meta tem uma grande vantagem sobre aquela não inibida. Essa mudança alcança satisfação completa permitindo ligação afetiva mais duradoura, esse é o tipo de ligação que compõe um grupo, caracterizado por pulsões inibidas em sua meta, substituição do ideal do Eu pelo objeto e identificação com outros indivíduos.

O desvio da meta libidinal, que implica no abandono do ideal do Eu contribuindo para a formação de laços sociais mais duradouros, ganha mais nuances na compreensão dos caminhos pulsionais quando dois novos objetos, o olhar e a voz, são inseridos na escrita psicanalítica por Lacan. Ganho analítico que permite estruturar o conceito de pulsão invocante, revisitada e revisada, no que tange à pulsão da voz. A pulsão invocante permite a passagem do sujeito invocado (sujeito da demanda) para o sujeito invocante (sujeito do desejo). Esse caminho pulsional, percorrido da demanda para o desejo, implica no reconhecimento da falta e do outro, levando a formação de laço social (Vivès, 2013). Jean-Michel Vivès constrói conceitualmente o ponto-surdo e contribui para a compreensão do circuito pulsional da voz ao remeter o sujeito ao lugar ativo de tornar-se ele próprio invocante, na relação com o Outro “... sustentando que há um Outro não surdo capaz de escutá-lo” (Mattos, 2012, p. 927).

Vivès (2013) prossegue o seu estudo, e em referência a Lacan discute as *armadilhas* que envolvem o circuito pulsional do olhar. O quadro é uma armadilha, uma moldura para reter

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

questões persecutórias próprias do olhar, e Vivès vai adiante, agora em relação à voz. Sobre a voz primordial, o autor projeta as armadilhas tão necessárias para mantê-la à distância, e aponta o canto como uma dessas armadilhas. Entretanto, na pulsão da voz há uma ressalva, a mesma voz a ser mantida à distância por capturar o sujeito é a voz que o permite desenvolver sua linguagem subjetiva.

Atento para esse viés, Vivès retoma as míticas figuras das sereias para explicar a armadilha da voz, no episódio da *Odisséia*, que trata do retorno de Ulisses para casa. O autor, ao decifrar a língua grega antiga, elucida que Homero, autor do episódio citado, nunca falou no *canto* das sereias e sim *phthloggos* das sereias. O termo grego remete ao inarticulado, ao indistinto, ao grito das sereias que nada tem de bonito, e sim porta um apelo incondicional. “Um apelo que diz: Venha! Venha a você o saber absoluto. E o saber absoluto para o psicanalista corresponde ao gozo” (2013, p. 21). Nesse ponto da voz, onde o sujeito se perde no apelo ao gozo infinito, além do princípio do saber, é que se encontra a matriz das sereias.

O canto funciona como armadilha para essa voz gutural, esse grito, esse apelo primário, a demanda. O canto é uma mistura do real, já que a voz está aí implicada como real, mas num real articulado ao simbólico. Não é o grito da sereia, esse o puro real, mas o real ligado ao simbólico, porque o canto tem também a palavra. O canto seria um *doma-voz* para a voz, assim como o quadro seria um *doma-olhar*. Domar a voz não para fazer desaparecê-la, mas para lhe dar um *lugar-tenente*. Lugar que não é ainda, para Vivès (2016), o lugar da castração simbólica, mas é igualmente do desejo. O canto reconhece o lugar vazio do objeto, mas o faz presente pela sua vocalização, sua sonoridade melodiosa que ao mesmo tempo o sublima e o mascara. A discussão em Vivès de armadilhas, como aquilo que atrai simbolicamente/artisticamente o real, leva a considerar se o riso humorístico não seria a armadilha para o afeto.

A partir da articulação em Freud (1923/2011b), da pulsão com a segunda tópica - Eu, Isso e Supereu - destacando o sentimento de culpa, implicando o Supereu e a pulsão de morte, torna possível pensar no circuito pulsional sublimatório. Para Ungier (2001), somente após essa escrita pode-se pensar o processo da circulação da energia no aparelho psíquico como energia sublimada, a partir da intermediação do Eu, que primeiro converte a libido sexual em narcísica - narcisismo secundário - para depois lhe dar outra meta. Desta forma, em seu livro que trata do humor, Ungier (2001) afirma que a retirada do afeto daquilo que causa mal-estar no processo humorístico não é derivado para o supereu *benevolente*, abrandando-o, mas sim o transformando

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

em uma pequena obra de arte. O que leva a pensar que, em 1905, quando Freud aponta o humor como o mais elevado processo defensivo, esta às voltas com a sublimação e não com um mecanismo de defesa.

Dando continuidade ao percurso freudiano (1924/2011c), o autor, ao desenvolver a temática do masoquismo, afirma que o princípio do prazer em sua busca de equilíbrio interno do aparelho psíquico não está apenas a serviço do princípio de morte. Os dois princípios se misturam, o que acaba por provocar aumento de tensões e distensões prazerosas. Uma das maneiras da libido de neutralizar a pulsão de morte é desviar parte de sua energia para fora, manifestando-se como pulsão de destruição, de apoderamento e vontade de poder. Uma parte dessa pulsão é colocada a serviço da função sexual e transforma-se no sadismo, a parte que permanece no organismo e que é libidinada pela excitação sexual transforma-se no masoquismo, amplamente acionado pelas instituições de poder ou religiosas via o medo do desamparo, como já visto em Slavutzky (2014).

A evolução da obra de Freud ajuda a compreender o sujeito submetido ao princípio do prazer e ao da realidade, envolvido pela pulsão de morte e vida, em sua busca para dar conta da natureza conflitual do seu desejo. Um pequeno, entretanto denso, texto de Freud *A negação* (1925/2014b), provoca discussão no emprego dos termos negação *Verneinung* e levantamento do recalque *Aufhebung*, e auxilia a problematizar a manifestação do desejo pela fala. A negação é um modo de tomar conhecimento do reprimido, na verdade um levantamento dessa defesa, mas não significa sua aceitação. É um processo que auxilia na anulação de apenas alguns dos efeitos do recalque, o não acesso do conteúdo da representação à consciência, processo este que promove uma dissociação da função intelectual e do processo afetivo.

Entretanto, a discussão que se dá em relação ao emprego dos dois termos é justamente por se acreditar que o processo de negação, mais do que um papel auxiliar na suspensão do reprimido, contribui para libertar o pensamento de limitações e se enriquece de novos conteúdos. Imprime pelo negativo uma marca reveladora de algo que se preferia reprimir, cria um símbolo que permite ao pensamento certa independência das consequências da repressão, e com isso a fruição do princípio do prazer.

Safatle (2014), problematiza a função da negação em Freud, para ele *Verneinung* assemelha-se a uma inversão, uma passagem ao contrário daquilo que se quer dizer. Nesse sentido, a palavra está mais próxima de uma lógica da contrariedade do que de uma lógica

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

dialética da contradição. Dinâmica essa que suporta a suspensão do recalque (*Aufhebung*) ao afirmar algo pelo seu oposto, comporta as duas ideias, e não apenas encobre algo negado por contradição, como queria Freud. Para Safatle, a negação é uma forma peculiar de o sujeito falar de si para um outro, pois o sujeito, ao afastar o seu desejo pelo uso da negação, tenta inscrever simbolicamente algo que só ele pode reconhecer ao separar conteúdo intelectual do afeto. O objeto implícito na negação indica a direção da fala do sujeito, mas ao mesmo tempo oculta o seu desejo, e de forma astuciosa permite que algo perturbador retorne, guardando uma distância dele. Esse novo objeto, implícito, estabelece uma nova comunicação que porta o desejo de forma paradoxal, ao apontar para uma direção que “... não é a última estação de seu desejo” (Safatle, 2014, p.50), levando à hipótese de um processo sublimatório.

Assim como no processo de negação, alguns aspectos da formação do witz (Freud, 1905/1996a), apontam para o uso de técnicas que permitem a fruição do princípio do prazer ao contornar o recalque. A brevidade, facilidade de entendimento, distrair a atenção destacando algo que capte a atenção e não provoque a interrupção de liberação de energia prazerosa, utilizando-se de omissões na verbalização, enigmas, raciocínio dedutivo e a representação pelo oposto, são algumas dessas técnicas. A representação pelo oposto, uma das técnicas do dito espirituoso, consiste no uso do deslocamento, e assemelha-se à negação, funciona como uma confirmação exagerada do que se nega e desponha como recurso para a suspensão do recalque.

No momento em que Freud apresenta o witz e sua relação com o inconsciente, ele trabalha sob a perspectiva da primeira concepção tópica do aparelho psíquico. Essa concepção é apresentada no capítulo sete da obra *A Interpretação dos Sonhos* de 1900 (Laplanche & Pontalis, 2001). A primeira tópica distingue três sistemas, *Inconsciente, Pré-Consciente e Consciente*, com funções, tipos de processos e energias de investimentos distintos e especificados por conteúdos representativos, o que poderia levar à compreensão de noção de lugares psíquicos, ideia combatida por Freud. Entretanto, Laplanche e Pontalis (2001) chamam a atenção para a forma como Freud utiliza-se de referencial anatômico para mapear o processo psíquico entre uma extremidade perceptiva e outra motora do aparelho usando do esquema arco-reflexo.

Desde 1920, outra concepção da personalidade, a segunda tópica, foi elaborada por Freud. Agora o sistema psíquico é pensado na formação do *Eu, Supereu e Isso*. Segundo Laplanche e Pontalis (2001), o motivo clássico para essa mudança é a consideração crescente pelas defesas do inconsciente, mas não se limita apenas a isso. Também diz respeito às diversas identificações e

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

formações que constituem e são depositadas no seio do sujeito. Apesar de Freud insistir no inconsciente como eixo principal da segunda tópica, correntes como o *annafreudismo* e a *psicologia do ego*, progressivamente interpretam a segunda tópica de forma reducionista, privilegiando a parte consciente do ego. Nessas correntes a esfera psíquica Eu é concebida como um polo de defesa ou de adaptação à realidade (Roudinesco & Plon, 1998). Ao apresentar o conceito de Isso, Roudinesco e Plon (1998) reforçam que a segunda tópica foi fundada ao preço de lenta maturação na experiência clínica de Freud, e conclui que grandes partes do Eu e Supereu são inconscientes. Sendo assim, essa conclusão leva a crer sobre a impossibilidade da existência de uma identidade entre Eu/Supereu de um lado, recalcado/inconsciente de outro, diferentemente do apregoado pelas correntes citadas.

A dinâmica instaurada na passagem da primeira para a segunda tópica não impõe separação radical entre as instâncias que constituem. Os limites do Isso deixam de ter a precisão dos que marcavam a separação entre o inconsciente, e o sistema consciente-pré-consciente da primeira tópica, o Eu deixa de ser estritamente diferenciado do Isso, sobre o qual o Supereu mergulha suas raízes. A evolução do estudo do aparelho psíquico permite sustentar o conflito entre suas instâncias muito menos do que na marca genética, mecanicista, e mais a favor de um sistema que explica o inconsciente pelo processo do recalque. Tais mudanças levam Freud, ao escrever o artigo *O Humor* (1927/1996b), a conceder ao Supereu um papel diferente daquele ao qual se está acostumado, de *senhor severo* para uma instância *benevolente* que profere palavras *bondosas* ao Eu.

Essa trajetória leva a repensar o lugar do humor como um processo psíquico que permite à pulsão caminhar para o universo da simbolização, evitando a explicação meramente econômica, e o distanciando dos mecanismos de defesa. No humor o reprimido não volta como nos lapsos e nos sonhos, há uma criação da exigência de trabalho feita ao aparelho psíquico, que no lugar da angústia produz uma fala que se torna risível por sua imprevisibilidade.

Ao estudar a metapsicologia do humor, é evidenciado como o percurso teórico freudiano desenvolvido entre os dois escritos o levaram a pensar nessa formação do inconsciente como algo mais dinâmico. Ao percorrer esse intervalo de tempo sobre o estudo do humor, e observar os construtos teóricos como a segunda tópica, o masoquismo, o narcisismo, o Supereu e pulsão de morte, fica mais claro compreender como a satisfação pulsional engendra-se pela busca de um objeto inalcançável, responsável por todas as ações humanas, do sintoma à obra de arte (Ungier,

2001). Entretanto, antes do estudo da metapsicologia do humor, é preciso discutir as diferenças entre os tipos de comicidade.

Diferenças dos Tipos de Comicidade

Freud (1905/1996a) descreve os tipos de comicidades diferenciadas entre *witz* (aqui traduzido por piadas), o humor, e outras espécies de cômico (mímica, caricatura, paródia, travestismo e desmascaramento). A ironia, apesar de muito confundida com a piada, é considerada uma subespécie do cômico. O cômico se comporta diferentemente das piadas, por contentar-se com duas pessoas: a primeira que constata o cômico, e a segunda em quem se constata, a relação estabelecida é objetal. A terceira pessoa, a quem se conta a coisa cômica, intensifica o processo, mas nada lhe acrescenta. A mímica, a caricatura, a paródia, o travestismo e o desmascaramento, dirigem-se contra pessoas e objetos que reivindicam autoridade e respeito, que são em algum sentido percebidas como sublimes. A fonte do prazer cômico é a comparação entre duas despesas, ambas atribuídas ao pré-consciente, algo apreendido, sem maiores acréscimos.

No chiste a terceira pessoa é indispensável para a complementação do processo de produção de prazer, entretanto, diferente do cômico, a segunda pessoa pode estar ausente. Freud (1905/1996a) traça o seguinte paralelo: um chiste se faz, o cômico se constata antes de tudo nas pessoas; apenas por uma transferência se constata nas coisas, situações etc. No que toca aos chistes, as fontes do prazer residem no próprio sujeito e não em pessoas externas.

Antes de discutir o humor, é defendido aqui o uso da tradução da palavra alemã *witz* por piada e não chiste. Mezan (2005) explica que a Edição Standard Brasileira, ao escolher traduzir *witz* por chistes, influenciados pela tradução da língua espanhola, comete um equívoco ao não considerar que no Brasil não se conta ou escuta chistes e sim piadas. Também se torna uma tradução dispendiosa, já que para brasileiros piada evoca imediatamente uma anedota ou história engraçada, algo que se assemelha mais a *witz*. O autor apresenta uma breve digressão sobre a etimologia da palavra e conclui que é o *witz* que reúne a inteligência, o conhecimento de algo pode resultar em uma piada mais não apenas aquele tipo de piada clássica, com princípio, meio e fim, mas também em um dito mordaz, espirituoso. Mediante essa constatação, o autor opta por adotar a palavra piada como tradução de *witz*, mesma escolha adotada neste estudo.

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

O humor é definido por Freud (1905/1996a) como a espécie do cômico mais facilmente satisfeita, completa-se em uma única pessoa, não há necessidade de comunicar o prazer obtido para que este frua. Funciona como um meio de obter prazer dos afetos dolorosos ao colocar no lugar deles uma construção espirituosa. Ao realizar esta substituição o humor não permite a liberação de um afeto penoso, e ocorre uma economia na despesa do afeto. Considerado como o mais alto dos processos defensivos, pretende retirar da atenção consciente o conteúdo ideacional que porta o afeto doloroso, tal como faz o recalque, e assim domina o mecanismo de defesa. Realiza isto descobrindo os meios de retirar energia da liberação de desprazer, já em preparação, transformando-o pela descarga em prazer.

A origem do prazer nos três tipos de comichidades também é explicada por Freud (1905/1996a). Nas piadas o prazer procede de uma economia na despesa com a inibição, no cômico de uma economia na despesa com a ideação, e no humor de uma economia na despesa com o afeto. Nas três formas o prazer deriva do ganho de uma economia, e todos concordam em representar métodos que restabelecem, a partir da atividade psíquica, um prazer que se perdera no desenvolvimento daquela atividade. O resgate dessa perda remonta ao período infantil “... quando ignorávamos o cômico, éramos incapazes de chistes e não necessitávamos do humor para sentir-nos felizes em nossas vidas” (p.219).

A discussão sobre o humor é retomada em Freud (1927/1996b) vinte dois anos após o seu primeiro escrito, como já dito em outros momentos. Agora essa formação psíquica é vista como o triunfo do narcisismo na afirmação da invulnerabilidade do Eu, ao recusar as provocações traumáticas do mundo externo e demonstrar que elas não passam de ocasiões para obter prazer. Portanto, o humor não é apenas o triunfo do Eu, mas também do princípio do prazer sobre a crueldade das circunstâncias reais. O que permite pensar em suas duas principais características, a invencibilidade do Eu pelo mundo real – narcisismo – e a sustentação do princípio do prazer, mantendo a recusa do indivíduo para o sofrimento, sem ultrapassar o limite da saúde mental. Também eleva o humor sobre as piadas, considerando que estas últimas buscam apenas a produção do prazer ou colocar-se a serviço da agressão.

A diferenciação entre piadas e humor é bastante controversa entre os psicanalistas que se dedicaram ao estudo dessas formações psíquicas. Existe uma tendência em não separá-las, devido à localização psíquica de ambas, o inconsciente e a realização do processo sublimatório. Invariavelmente são tratadas em conjunto e denominadas ditos espirituosos.

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

O quadro abaixo apresenta as características dos tipos de comicidade na obra de Freud.

Quadro 1

Características das Formas de Comicidade

<i>Características</i>	<i>Humor</i>	<i>Piada</i>	<i>Cômico</i>
Localização psíquica	Inconsciente, em contribuição ao cômico por intervenção do Supereu.	Inconsciente, em contribuição ao cômico.	Pré-consciente.
Fonte de prazer	Economia na despesa com o afeto.	Economia na despesa com a inibição.	Economia na despesa com a ideação.
Lugares	Apresenta 3 lugares, o humorista, o objeto do qual se ri e o Outro .	Apresenta 3 lugares, a pessoa que conta, a terceira que escuta (indispensável) e a segunda pode estar ausente.	É uma relação dual, objetual: quem constata e o que é constatado.
O riso	Riso liberador e enobrecedor mais sublime do que o da piada e cômico, um “sorriso entre lágrimas”.	Do riso à gargalhada, em conformidade àquilo que se pretenda atacar.	Gargalhada que surge da diferença entre a expectativa de uma ideia e sua constatação.
Objetivo	Elevado mecanismo de defesa. A serviço do princípio do prazer. Obter prazer dos afetos dolorosos. Não tem na pilhéria seu principal objetivo.	Produção do prazer ou colocar-se a serviço da agressão. A serviço do princípio do prazer.	Dirige-se contra pessoas e objetos que reivindicam autoridade e respeito, percebidos como sublimes. A serviço do princípio do prazer,
Outras características	Principais características, invencibilidade do Eu pelo mundo real – narcisismo – e a sustentação do princípio do prazer. Relaciona-se com a sublimação.	Técnica composta pelos elementos: nonsense, contraditórios, condensação (metáfora), deslocamento (metonímia), representação indireta. Relaciona-se com a sublimação.	Utiliza-se da caricatura, mímica, paródia, travestismo, desmascaramento, pantomina.

Fonte: Freud (1905,1927)

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

Diversos autores buscam compreender as esferas dos tipos de comicidade em suas representações, piada, o cômico e o humor, assim como traçar suas diferenças, alguns são aqui descritos. Goldenberg e Jablonski (2011) discorrem sobre o efeito da risada como uma possível valorização de quem a provoca e de desvalorização de quem ri, associando-a a atividade e passividade e ao poder que a risada pode significar. Provocar a risada é um comportamento ativo, já rir dela é uma reação em muitos casos passiva. “Aquele que é ativo é o que domina a relação, o polo valorizado. O passivo, o que recebe, é o dominado o desvalorizado” (p.23).

No estudo de Goldenberg e Jablonski (2011), a risada aparece como uma chave para a intimidade e proximidade, para o contato físico e emocional, levando ao prazer físico e mental. É considerado, pelos entrevistados no estudo, que é mais importante *rir com o outro* do que *rir do outro*, bem como *rir de si mesmo* é mais importante do que *rir do outro*. Os estudiosos afirmam também que rir da risada do outro, o chamado contágio, é uma grande fonte de prazer, e que as pessoas gostariam de rir mais e reclamam daqueles que não sabem rir e dos que não o permitem rir.

Além disso, a risada foi considerada uma prevenção contra o envelhecimento físico e mental, a risada foi avaliada como algo *leve*. Quem ri e faz rir é considerado *leve*, em oposição às pessoas mal humoradas e negativas. Uma opinião compartilhada entre os entrevistados é a de que fazer rir é uma demonstração de inteligência. Goldenberg e Jablonski (2011), ao estudar os efeitos da risada, apontam para a importância do campo social gerado por ela, assim como a importância em divertir-se com aquilo que aflige o próprio sujeito, e não fazem nenhum tipo de classificação entre os tipos de comicidade.

Vasconcelos (2001), influenciado pela teoria lacaniana, articulou as formações humorísticas ao sujeito desejante capturado pela linguagem, um ser humano entrelaçado pelos três registros, real, imaginário e simbólico. Estudou o cômico como forma de comicidade relacionada ao imaginário, a piada investida no simbólico e o humor enfrentando o real.

É próprio do cômico a comparação por imagem, como muito exemplificado na obra freudiana, o que implica em uma pessoa tornar-se objeto de derrisão de outra. Essa comparação pressupõe uma sensação de superioridade momentânea ou não. Para Vasconcelos (2001), tal fato aponta para uma via imaginária marcada pela semelhança, pela pacificação do igual e pilhéria ao outro. Já a piada é marcada por um jogo de linguagem, necessita do terceiro que a compreenda e a valorize. Para a autora, essa formação psíquica é o aprimorar da linguagem, pelo investimento

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

simbólico, e a denúncia do não senso é o que caracteriza o processo da piada. Quanto ao humor sua marca é o deslocamento do afeto. A palavra afeto aqui compreendida como algo que leva o sujeito a se afetar por alguma coisa, por uma ideia intolerável. Finalmente, Vasconcelos conclui sobre as diferenças entre os tipos de comicidade:

Se o cômico não suporta estar afetado, se o chiste mascara este afeto, o humor o enfrenta e o capitaliza. Desafia a dor, o trauma, o não dizível – o real em suma – e produz o riso, ou melhor, o sorriso, pois o humor não é gargalhante. Sorriso, só o riso, o riso só, que compartilha a miséria, os erros, o estranho que habita o sujeito. Não será o humor o riso diante do que não pode ser articulado em palavras? Paradoxalmente, essa seria a sua grandeza: ele opera no limite do inapreensível, face ao não sentido do real. (Vasconcelos, 2001, p. 12).

A autora traça, a partir da obra freudiana, pelo afeto, de forma bem clara as diferenças entre as comicidades. O cômico e o afeto se excluem, a liberação de afetos aflitivos é o maior obstáculo ao surgimento do cômico. O chiste, por sua vez, obscurece o afeto e, para acontecer, precisa ser contado. O humor obtém prazer dos afetos dolorosos, atua como um substituto para a geração destes afetos, desloca-os, e no lugar de paralisar-se frente ao terror produz a irreverência do sorriso.

Outra pesquisadora que traça as diferenças entre os tipos de comicidade é Ribeiro (2008), que a partir das duas principais características do humor, o triunfo do Eu sobre o princípio da realidade e sua recusa em sofrer, caracteriza-o como uma forma espirituosa sem arrogância e niilismo. A autora levanta a discussão sobre uma possível distinção entre o humor e a piada, ressalta novamente as diferenças apontadas por Freud entre as duas formações. A piada é uma ideia recalçada no Inconsciente, que sobre pressão surge na consciência. Exige um público da mesma representação recalçada, submetido à mesma experiência tópica e requer três lugares, o sujeito, o assunto e quem a confirma através de uma gargalhada. O humor tem sua origem no Pré-consciente, por atuação do Supereu, na evitação de um sentimento doloroso, não se confirma por uma gargalhada como a piada, e sim por um riso mais discreto, entretanto mais sublime. Ambas as formações estão a serviço do princípio do prazer, mas de formas diferentes, e obtém o mesmo resultado, divergindo apenas em sua intensidade. A necessidade de um público também é a mesma, a presença do Supereu é o que se enuncia em maior contraste, sendo acionado no humor.

Também inspirada por Lacan, Ribeiro, envereda pelo estudo dos tipos de cômico a partir do entrelaçamento dos três registros psíquicos: simbólico, real e imaginário. Nesse estudo cabe à piada o lugar do simbólico, ao cômico o imaginário e ao humor o enfrentamento do real.

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

Seguindo essa égide lacaniana, Francisco (2015), assim como Vasconcelos (2001) e Ribeiro (2008), ao discutir o estado da arte da piada, cômico e humor, retoma os lugares que os privilegiam, como sendo, o simbólico, imaginário e real consecutivamente. Resumidamente, para esse autor as três formas do cômico distinguem-se pelos processos psíquicos envolvidos e pela eficácia, e equiparam-se pelo objetivo de atingir o princípio do prazer. Compreende que em maior ou menor grau a piada e o humor se relacionam com a sublimação. A piada utiliza em menor grau a sublimação, a pulsão que não é satisfeita é sublimada ao ser simbolizada em linguagem culturalmente aceita. No outro extremo estaria o humor, que implica em uma sublimação mais elaborada. As pulsões afastam-se do alvo, dificultando a compreensão de sua origem, tornando aquilo que é dito não apenas aceito pelo outro, mas também valorizado e enobrecido socialmente. Nesse estudo já é percebido a dificuldade em diferenciar piadas e humor, e utiliza-se a prerrogativa de maior ou menor elaboração sublimatória.

No livro *Humor é coisa séria*, Slavutzky (2014) avança ainda de forma mais crítica na diferenciação entre os tipos de comicidade, e não se restringe a apenas diferenciar humor e piada, assim como não se preocupa em erigir separações rígidas entre estas formações. Inicialmente, aponta a diferença entre humor e ironia “... a ironia ataca, o humor ajuda a viver” (pg. 36), entretanto alerta que ambos não ocupam papéis fixos de mocinho e bandido. O humor sublima, nunca idealiza, e traz em si algumas formações agressivas, sarcásticas e ácidas, mesmo sendo um dom precioso, como foi chamado por Freud, não pode ser idealizado. Não soluciona conflitos psíquicos, não diminui a violência, mas diminui os percalços. Não há, para o autor, *graça* em separar humor da ironia e sarcasmos, estas nem sempre são finas, mas ainda assim podem ser divertidas.

Slavutzky (2014) aponta diferenças entre o humor e a comédia, o primeiro olha a realidade pelo lado da graça e da desgraça, mergulha na amargura e convive com a loucura. A comédia privilegia o enfoque na graça. Sobre as diferenças gerais entre os três tipos de comicidade o autor aponta os esforços de Freud e Pirandello para delimitar as separações. Entretanto, ao longo dos estudos sobre essas formações, aponta uma tendência para a definição do humor de forma ampla, como qualquer mensagem que busque o sorriso ou o riso.

Apenas para efeito ilustrativo, é transposto uma situação registrada No seminário *Humor, Indivíduo e Sociedade* realizado em 2009 (Jablonski, 2010). No trecho fica evidenciado a angústia do personagem que narra o fato, uma “brincadeira” por ele proferida e sua incapacidade

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

em compreender o seu efeito. Aqui também não caberá classificar o tipo de comicidade apresentada, apenas é compartilhada a angústia de quem a proferiu. O seminário em questão contou com a participação de nomes representativos do humor entre artistas e teóricos na área. O depoimento de um ator é salientado pela reflexão que o mesmo faz acerca de uma piada por ele realizada em um de seus espetáculos. No espetáculo o ator encena um personagem erudito que fala várias línguas, quando finalmente retoma a língua portuguesa o autor pergunta para a platéia se há pessoas de outros países ali. Esperava, como lhe parecia óbvio, encerrar o espetáculo dizendo que ali só existiam brasileiros. Porém, nesse dia um rapaz levanta-se na platéia e responde ser de um país localizado na América Central. O ator revida a resposta de forma imediata com uma frase curta e certa, e que desqualifica o país nomeado, a plateia, cerca de quinhentas pessoas, ri do rapaz. Segue a reflexão do autor, que foi debatida em conjunto no seminário.

(...) E aquilo deixou no espetáculo um pequeno incômodo... E o espetáculo seguiu, depois de dez minutos acabou, mas o aplauso final não foi tão vibrante quanto em outras ocasiões. Não foi vibrante porque aquela piada não era elucidativa para a peça, ela era uma mera confirmação da imobilidade do meu preconceito em relação àquele rapaz, ela não moveu o pensamento em nenhum sentido. Neste sentido esse tipo de piada, embora possa ser eficiente, ela não conduz à saúde. Aí fiquei me perguntando: como algo que é eficiente, ou seja, que produz a gargalhada pode ainda assim não conduzir à saúde? E ainda assim, empiricamente, me ocorreu responder que aqueles que riem de algo que não os está transformando estão rindo apenas da mesmice que visa confirmar a sua ignorância a respeito de si mesmos. Aqueles que estão rindo de algo que os está transformando, ainda que seja um processo inconsciente, estão rindo de uma forma que será libertadora lá na frente.

E de que maneira o riso é provocado? E aí é o final do que eu tinha a dizer. Acho que o riso é provocado em função da vontade, é um ato da razão, não é um ato inconsciente, da determinação. É porque eu quero provocar um bom momento que eu o provoço e é porque eu não quero provocar um bom momento que eu não o provoço. Então quando os brancos senhores dos escravos ou eventualmente até nós quando rimos de alguns aspectos do Presidente ou de qualquer coisa, enfim, dependendo do que nós verdadeiramente queremos, ou seja, dependendo do afeto, nós vamos obter uma piada que seja libertadora ou uma piada que seja meramente aprisionadora, da prisão na qual nós já estamos (...). (Jablonski, 2010, p. 212)

O trecho do depoimento transcrito foi aqui apresentado de forma detalhada, para ajudar na compreensão do efeito da comicidade, Uma grande discussão poderia ser traçada sobre o que ocorreu naquele espetáculo, mais precisamente na interação entre o formulador do dito e o público, entretanto, no momento são ressaltados apenas dois aspectos do fato narrado. A sensação de mal estar percebida no espetáculo, sobre o qual o ator reflete como sendo a *imobilidade de um*

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

preconceito compartilhada pela platéia. O lugar psíquico originário da suposta piada, possivelmente o consciente em busca de um efeito gargalhante como se percebe acima. Esses dois elementos destacados são bastante representativos da diferença obtida, efeito gargalhante do cômico e não do humor e da localização psíquica da produção humorística. Uma longa discussão desse caso poderia ser traçada para exemplificar a sociedade humorística delineada por alguns dos pensadores aqui descritos.

Como função, o humor afronta o absurdo da realidade de forma lúcida e sem tanto medo, ao brincar com as angústias e o medo, diminui o desamparo humano em um ato de potência. Ele não nega a realidade, cria outra a partir da primeira. Já a piada é confirmada por quem conta e pelo ouvinte, o gozo gerado no outro é um “... poder que exige, como se sabe provas” (Slavutzky, 2014, p.124). A prova é o riso, e quem ri é quem se surpreende com a narrativa. E descarrega uma agressividade que gera prazer, por conseguir expressar um desejo inconsciente ou erótico, as principais fontes da piada.

O prazer sentido por quem escuta uma piada vem de fora de algo que o sujeito escuta, lê... Mas esse prazer não se explica apenas pelo que é sentido internamente ou pela intensidade em que se é envolvido pelo dito espirituoso. É explicado também pelas relações estabelecidas com outro, aquele quem forjou a piada representa o externo que provoca o prazer, assim como a criança que sente prazer ao mamar ou ganhar afagos.

Ao diferenciar o humor dos outros tipos de comicidade, Slavutzky oferta o que chama de máxima do humor “Há certezas? Sou contra” (2014, p.86). O humor se opõe aos poderes e às ideias seguras, coloca tudo em xeque, consegue alcançar dimensões fora do alcance de outros saberes. A verdade que a ironia satiriza para um público, pelo uso do contrário, é a mesma que o humor questiona sem validá-la, mesmo que assuma o risco de voltá-la para si mesmo. Enquanto o cômico expõe uma contradição engraçada, o humor cria reflexão, o que explica em relação ao riso humorístico a expressão riso filosófico. Por fim, o autor afirma ser o humor grandioso por provir do narcisismo e da invulnerabilidade do Eu, e permitir um sereno triunfo sem negar a melancolia.

Barbieri (2009), partindo do paradigma que representa o objetivo dos tipos de comicidade frente ao afeto doloroso, assim como o fez Vasconcelos (2001), nomeia pelo afeto a diferença entre as comicidades, fugir (cômico), escamotear (piada) e desafiar (humor). E ao pensar os três registros psíquicos Barbieri pode avançar nas diferenças, a piada está no campo do simbólico da

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

linguagem e o afeto fica encoberto. Apesar de o riso, nesse caso, funcionar como descarga de afeto e ser compartilhado entre quem faz e quem escuta a piada, ele não desmascara o afeto. O cômico é da ordem do imaginário, relacionada à imagem patética, risível, diferente e, portanto, objeto de derrisão. A diferença é abjeta, é marcada uma distância entre o considerado normal. O riso aqui funciona como uma descarga direta de alívio, é o não suportar estar no lugar do risível, *antes ele do que eu*. No humor, como na sublimação, é transcrito algo do registro do não dizível, que ao atingir a forma do dito passa ao registro da linguagem. Nos estudos que contemplam os registros psíquicos desenvolvidos por Lacan, percebe-se com mais clareza os tipos de comicidade inseridos no campo da linguagem.

O historiador Minois (2003), ao realçar as diferenças entre os tipos de comicidade, enfoca o uso do riso no contexto contemporâneo. O autor, ao apontar a diferença entre as formas da comicidade, inclui a ironia, pela diferença dos efeitos das risadas. A comédia (riso constatador) busca prazer ao zombar de algo que não é reconhecido como nosso e, portanto, sem interesse de alcance e transformação. A ironia (riso mefistofélico) possui como princípio o pessimismo, ela reconhece a gravidade daquilo a que está a zombar e o indica sem nenhuma pretensão de aviltá-lo, superá-lo, apenas reconhece a derrota da razão. A ironia é individualista e antissocial, já que indica necessariamente um retrato do mundo. A piada (riso do alívio) permite a satisfação do desejo inconsciente, apesar dos limites impostos pelo recalque, busca constituir um campo social na relação com o outro. O sentido do riso do humor (riso emancipador) reside na capacidade de aceitar que toda verdade é parcial - reconhecimento da castração - e poder sorrir dos seus defeitos e dos defeitos dos outros. Ele busca denunciar um território consolidado e de forma rebelde como preferia Freud.

Como a ironia não é aqui estudada entre as formas de comicidade, mas invariavelmente é citada e confundida com os ditos espirituosos, cabe o registro do tratamento dispensado a ela por Freud (1905/1996a). A ironia é um pensamento que se utiliza da representação pelo oposto, entretanto, sem remissão ao inconsciente, é muito próxima da piada e contada entre as subespécies do cômico. Sua essência consiste em dizer o contrário do que se pretende comunicar a outra pessoa, mas poupando a esta uma réplica contraditória, fazendo-lhe entender, pelo tom de voz, por algum gesto simultâneo, ou (onde a escrita está envolvida) por algumas pequenas indicações estilísticas que se quer dizer o contrário do que se diz. A ironia só pode ser empregada quando a outra pessoa está preparada para escutar o oposto, de modo que não possa deixar de

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

sentir uma inclinação a contradizer. Em consequência dessa condição, a ironia se expõe facilmente ao risco de ser mal-entendida, mas proporciona à pessoa que a utiliza a vantagem de evitar as dificuldades da expressão direta, por exemplo, no uso de palavras violentas.

Dito isso, é retomada as diferenças dos três tipos de comicidade agora por Mezan (2005). O autor aponta as características da piada e demarca a origem psíquica das três formas. As principais características da piada são: brevidade, estabelecimento de relações entre coisas disparatadas, efeito de surpresa, nonsense etc. A piada torna-se um excelente meio para manifestar propósitos fundamentais da vida psíquica: exibição narcísica ou sexual, agressão contra pessoas, instituições ou crenças que exigem respeito, ou contra as exigências da razão. Pode ostentar uma fachada cômica, mas é algo dispensável, que serve para distrair a atenção do ouvinte a fim de contornar a censura. Piada e cômico diferenciam-se sobretudo pela localização psíquica, o primeiro forma-se no inconsciente e o segundo no pré-consciente.

Ao diferenciar os tipos de comicidade, Pereda (2005) ressalta o lugar do Outro nessas formações psíquicas. Afirma que no cômico a relação dual é a privilegiada e se situa no plano especular da relação narcísica, se configura como no tipo de pensamento *o outro como eu*. Portanto, no cômico ri-se de uma imagem que é a sua própria, por isso a utilização de jogos de forma e imagem como a: pantomina, a gag, o desenho animado etc. No humor o Outro ocupa o lugar do simbólico muito além do ser vivo que o encarna, é o Outro como lugar do código, dos significantes da linguagem que quando acionados exercem sua essencial função, a criação de sentido. Sendo assim, um dito espirituoso se faz, necessita do processo sublimatório, e o cômico se constata. Na piada a terceira pessoa é indispensável para a complementação do processo de produção de prazer, entretanto, a segunda pessoa pode estar ausente, exceto quando se trata de uma piada tendenciosa. As fontes do prazer residem no próprio sujeito e não em pessoas externas. A característica peculiar dos ditos espirituosos, piadas e humor, é sua relação com o inconsciente, o que talvez para Pereda permita distingui-los do cômico.

Para Kehl (2005), nos jogos verbais é bem mais difícil do que nas encenações corporais estabelecer uma distinção rigorosa entre a comicidade, a piada e o humor. O efeito do riso parece ser o elemento que leva Kehl a traçar as diferenças entre os tipos de comicidade incluindo a ironia. O humor diferencia-se da piada, pois não visa a produzir um ataque de riso, mas apenas o distanciamento do Eu em relação a uma situação que o ameace ou humilhe. O cômico e a piada fazem gargalhar, já a ironia faz sorrir, o seu efeito humorístico é obtido com a duplicidade da

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

posição do sujeito que inverte o valor de uma comunicação, retirando o seu sentido. A ironia joga com a dubiedade da linguagem, que permite expor o avesso de uma verdade sem discordar claramente dela, é a linguagem consciente do seu próprio engodo.

A autora busca entender o significado do distanciamento do Eu da situação humilhante ou ameaçadora percebida no humor, o que o leva a uma dinâmica própria. O prazer do humor, se existe, revela-se ao custo de uma liberação de afeto que não ocorre, portanto, procede de uma economia na despesa do afeto. O fato de que a situação seja dominada pela emoção de caráter desagradável que deve ser evitada, coloca fim na possibilidade de compará-la com as características do cômico e das piadas. O deslocamento humorístico é, efetivamente, um caso de despesa liberada para ser usada em outra parte, um caso que, é perigoso para efeito cômico.

Para além da compreensão das diferenças entre os tipos de comicidade nos estudos psicanalíticos, um estudo originário de pesquisas antropológicas em Dahia (2008) traz para a esfera do preconceito racial questionamentos sobre a função do cômico e reforça a importância de compreendermos as nuances entre as suas formas. A autora indica que o final da escravidão no Brasil propicia o surgimento de novos e sutis mecanismos de defesa psíquica e discriminação sociorracial. Mecanismos discriminatórios que permitem contornar não apenas a ameaça, mas também o sentimento de afronta que representa a integração do negro à sociedade, quando passa a competir no mercado de trabalho livre e assalariado. Outros estudos, segundo a autora, reforçam a tese de que durante a escravidão praticamente inexistiam piadas com conteúdos ofensivos direcionados aos negros, visto que esses não estavam inscritos na esfera social por serem vistos e tratados como mercadoria.

Talvez aqui caiba tentar compreender os motivos pelos quais no período anterior ao fim da escravidão não se fazia piadas sobre negros, ou pelo menos aqueles na condição de escravos, e porque no período que se seguiu iniciou-se o processo de piadas. Anterior ao fim da escravidão brasileira, os negros escravos não estavam inscritos no campo social, por serem perversamente tratados como objeto mercantil, como bem disse Dahia. A ausência desse sujeito nos tipos de comicidade sustenta-se por esses preverem um campo social em sua formação, ou pelos menos os ditos espirituosos.

Encerrado esse período pode-se pensar como o negro alçado a uma condição social embora frágil, é previsto nos tipos de comicidade. No cômico não há necessidade da constituição das relações sociais para que se consiga o efeito da risada, basta ridicularizar-se um outro, aquele

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

a quem o sujeito se julga superior, nesse caso o ex-escravo. A piada necessariamente precisa do campo social para ser constituída, e o escravo ao adentrar nessas relações como uma ameaça torna-se alvo das pulsões agressivas, o que explicaria o marco histórico para a formulação de piadas envolvendo os negros. E o humor, formação mais elevada do cômico? O humor poderia ser formulado ao desterritorializar o pensamento social que desqualifica o negro justamente por temê-lo como uma ameaça à ordem social elitista branca. Esse é apenas um exemplo de como o humor é criado de forma emancipatória, o que deve ser mantido é sua característica diferenciadora, o seu caráter de proposição de mudança ou *rebeldia*.

Entretanto, essa distinção entre os cômicos, não é uma tarefa fácil; Kupermann (2003) não adota uma distinção rígida entre piada e o humor, pois, como afirma Freud, ambos são manifestações do inconsciente, e no desenvolvimento de sua obra fica evidenciado que os dois fenômenos caracterizam o processo sublimatório, o que o leva (Kupermann) a sugerir que a distinção não é importante. Portanto, para encerrar essa discussão é apresentada uma breve síntese das ideias dos autores aqui arrolados em relação às diferenças dos tipos de comicidade. As ideias freudianas sobre as comidades são reafirmadas, entretanto, questões teóricas interessantes, acerca principalmente do humor, são lançadas utilizando como arcabouço o que foi produzido no intervalo das duas obras sobre o humor, principalmente no que se refere ao afastamento do humor como processo de defesa e sua afirmação como processo sublimatório.

Uma grande questão perpassa pelos pesquisadores aqui estudados, em especial os que possuem orientação psicanalítica (principais expoentes Kupermann, Slavutzky e Ungier), o papel do Supereu na formação humorística. O humor repousa na volta dada ao Supereu como instância psíquica benevolente e propulsionadora da tirada espirituosa, termo cunhado por Lacan (1957-1958/1999), ou sustenta-se pelo processo sublimatório ao dar voltas no recalque. Ungier (2001) aparece como uma defensora consistente dessa última proposta, alguns autores, inclusive Lacan, contestam a participação do Supereu no processo sublimatório alegando ser o Ideal do Eu a instância participante desse processo. Tal controvérsia é passível de compreensão, já que as duas instâncias são dificilmente discerníveis na obra de Freud.

Dessa discussão uma nova se origina, a reunião da piada e humor pelo processo sublimatório e tratados sem maiores diferenciações. Nesse aspecto a discordância é maior, alguns autores preferem tratar os dois tipos cômicos em separado, Kehl (2005) é bem objetiva a favor

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

dessa separação, e outros como Slavutzky (2014) os unificam, e até mesmo os ampliam, incluindo a ironia dentro dos ditos espirituosos, pois não haveria *graça* em tratá-los separados.

Uma vertente que ancora de vez os ditos espirituosos no espaço social pela via da linguagem é a tratativa de Lacan a essas formações, em especial no seu Seminário cinco pelo campo da linguística. Ao utilizar dos preceitos lacanianos localizando os tipos cômico, piada e humor nas representações psíquicas Imaginário, Simbólico, e Real consecutivamente (Vasconcelos, 2001; Ribeiro, 2008; Barbieri, 2009; e Francisco, 2015), evidencia-se o processo metafórico e metonímico como recursos técnicos desses ditos espirituosos. Esses recursos da linguagem são esclarecidos na cadeia significante, na construção do discurso humorístico. Transportados assim para o discurso, esses recursos da linguagem revelam sua potencialidade em criar um novo sentido para algo que até então se apresentava como um código. Desta forma, a tradução pela linguagem assegura a grande função dos ditos espirituosos, que é confrontar as verdades absolutas mantidas no espaço social. Para melhor compreensão dessa dinâmica segue-se a descrição da metapsicologia do humor.

Metapsicologia do Humor

Para melhor compreensão do processo humorístico é necessário a sua descrição metapsicológica. O termo metapsicologia cunhado por Freud em seus estudos sobre as relações entre o aparelho psíquico, leva a um conhecimento psicológico que considera as dimensões dinâmicas, tópicas e econômicas reveladas nessas relações. Freud, em suas duas obras sobre a temática, define o humor como uma formação psíquica caracterizada pelo ato criativo, invencibilidade do Eu e sustentação do prazer. Os elementos em destaque da metapsicologia do humor são a formação de laços sociais, o caráter transgressor e a sublimação. Esses elementos são destacados na constituição do humor possivelmente por contribuírem para a compreensão da função do humor no campo social e no presente estudo, em especial, para sua contribuição na esfera social do trabalho.

Kupermann (2017), a partir da reanálise metapsicológica do humor, inicialmente realizada por Freud, chama a atenção para a similitude e ao mesmo tempo para a diferença do processo de investimento egóico entre os processos melancólicos e humorísticos. Tal processo de investimento do Supereu pelo Eu poderia guardar semelhanças entre os dois processos, entretanto os destinos do investimento na instância herdeira do complexo paterno – Supereu - pelo humor

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

diferencia-se da mortificação melancólica. A identificação do humorista com a figura paterna, tornando-se um adulto protetor, assinala como registrado por Freud (1927/1996b) em um identificar-se *até certo ponto* com o pai.

Para Kupermann, Freud avança passos decisivos em 1927 ao revelar que o humorista ao rir de si mesmo é ao mesmo tempo a criança aflita e o adulto superior em relação a essa mesma criança. Reconhecer-se *até certo ponto* é uma modalidade identificatória que permite a elaboração do luto de um objeto que fora imprescindível. O humorista, ao reconhecer-se *órfão* desse pai, diferencia-se da identificação narcísica que, por meio da perpetuação da sombra de um objeto idealizado, promove os quadros melancólicos (e também masoquistas) caracterizados pelo empobrecimento do sujeito.

A posição subjetiva do humorista contrapõe com aquela do triunfo egóico narcísico que, identificado de modo absoluto com o pai idealizado, reflete a arrogância falicista com a qual quer ser investido. Ao contrário dessa figura heroína pela crença em sua intangibilidade, a figura do órfão aqui aproximado do humorista o levaria pela orfandade a sua própria condição de possibilidade “... é aquele que se reconhece definitivamente insuficiente, identificando-se com o pai somente *ao ponto* de poder constituir um ideal do ego portador do signo de alteridade no psiquismo, a condição para o trabalho da imaginação criadora” (Kupermann, 2005, p.35).

Em relação ao comportamento paterno assumido pelo humorista, ao tratar o outro e a si mesmo, como um adulto trata uma criança a partir do superinvestimento do Supereu pelo Eu, deparamos com a seguinte situação “... para o superego, assim inflado, o ego pode parecer minúsculo, e triviais todos os seus interesses...” (Freud, 1927/1996b, p.192). Essa configuração econômica permite ao Supereu pronunciar palavras bondosas ao Eu, traduzidas da seguinte maneira: “Olhem! Aqui está o mundo, que parece tão perigoso! Não passa de um jogo de crianças, digno apenas que sobre ele se faça uma pilhéria” (p.194).

Portanto, se para Freud o humor é o *triunfo do narcisismo*, a *afirmação vitoriosa do ego*, em Kupermann (2005) ele é também a figura suprema do descentramento e do desapego narcísico. A posição subjetiva evidenciada no humor, diferentemente do descrito por Freud, não se confundirá com o triunfo narcísico, o humorista não é apenas o adulto superior que sorri ao revelar a fragilidade do outro, ele também ri de si mesmo, ao perceber a falência de suas idealizações. O humorista se identifica até certo ponto com o pai, evocando-o e criando condições para o trabalho criativo, a alteridade do psiquismo é quem permite essa elaboração. Ao

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

evocá-lo, o humorista sabe que falhou e, portanto, não possui pretensão fálica nem para si nem para o outro. Essa ausência de pretensão fálica não precisa necessariamente significar desespero, e sim descrença.

O humorista adota uma atitude paterna em dois momentos, ao sorrir do outro quando reconhece situações triviais que são supervalorizadas por ele, dispensando a esse sujeito tratamento semelhante à de um adulto à uma criança. O outro momento, seria quando o humorista ri de si mesmo afastando possíveis sofrimentos, tratando-se como uma criança. A atitude do humorista consiste em retirar energia do Eu e investir no Supereu, instância que realiza o papel do pai. Essa dinâmica faz com que o humor se eleve a piada, pois ele obtém o prazer reinvestindo o Supereu, acionando assim o papel do pai que nos socorre ofertando consolo, como a uma criança. O humor, portanto, nos eleva, revertendo o mundo real através da regressão ao princípio do prazer. Momento em que se dá o reencontro com o prazer infantil, insistentemente buscado nas diversas formas patológicas.

Mezan (2005) ressalta que é sob essa ótica do reconhecimento da orfandade sem reivindicações falicistas que devemos compreender o Supereu benigno contido em Freud (1927/1996b). Nessa obra o Eu não se opõe a ação do Supereu, muito pelo contrário, a ele se abre e nessa instância encontra não a voz do pai castrador tantas vezes encarnado pelo mesmo, mas um Supereu que encarna a função benévola do pai da infância. Castro (2014), a partir da análise de um filme correlacionado a um caso clínico, descreve como o humor, seja pela arte seja pelo setting analítico, possibilita a compreensão do funcionamento de um Supereu tirano e sua superação pela via da castração.

O estudo da temática do humor quase sempre o remete ao lugar da rebeldia, por se contrapor “... a uma realidade deserotizada, à resignação de uma inércia psíquica, à cisão entre os princípios de prazer e de realidade, à melancolia do desinvestimento libidinal, à resignação masoquista, ao real implacável” (Ribeiro, 2008, p.108). Mas esse movimento de contraposição provocado pela transferência da carga libidinal aflitiva do Eu para o Supereu também torna-se uma alternativa possível para o masoquismo, que tende a erotizar o sofrimento, colocando-o em primeiro plano em forma de queixas e lamentos intermináveis.

Ribeiro (2008) defende o papel do Supereu benevolente que se dirige ao Eu de forma consoladora e amorosa, permitindo o gozo não proibitivo, vital. Utiliza do imperativo: *Goze!*

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

adotando uma tonalidade que difere do seu uso na proibição de gozo pelos pais da infância, quando o indivíduo não se sente autorizado a suplantar as figuras de autoridade.

Sobre o emprego da tonalidade da voz, Vivès (2009) utiliza da voz da sereia como *pura materialidade sonora* e explica o quanto essa pode tornar-se um ordenamento ao gozo. Narra os mitos gregos que envolvem esse ser mítico e o seu poder em arrastar para o fundo das águas aquele que lhe atende. Bem como o imperativo *Goze!* proferido pelo Supereu, na teoria lacaniana, leva o Eu acuado por essa voz a cometer contra si atos de extrema violência como o suicídio. Quando essa voz superegóica soa como um apelo ao qual nada se tem para responder, o sujeito é confrontado com o real e lhe restam duas escolhas. A primeira seria o caber no simbólico, ou que Vivès diz *abrir a boca*, simbolizando a situação ameaçadora; a outra seria se submeter ao desejo do Outro como se esse fora o seu, e então tornar-se um objeto ao sabor do som gutural que lhe é direcionado.

Calar a voz gutural requer perpassar pelo recalque originário e proporcionar um ponto surdo que permite ao sujeito ensurdecer-se para o imperativo do gozo e proferir o seu discurso, explica Vivès. Essa voz silenciada, ao se tornar um objeto errático sem poder de simbolização, ganha dois destinos, por vezes retorna significando o interdito por uma piada ou pela interpretação ou é aceita pelo sujeito para ser esquecida, e uma nova voz surge, uma que modula o real e simbólico, reinaugurando a subjetividade do sujeito ao inseri-lo na cadeia da pulsão invocante.

Esse duplo tratamento estará, por um lado, na origem do Supereu – trata-se da primeira parte do circuito da pulsão invocante: O Outro se endereça ao sujeito, mas o sujeito é incapaz de fazer o que quer que seja com esse endereçamento – e, por outro lado, permitirá a emergência da voz do sujeito, na medida em que, para poder ter uma voz, ele teve que perder a do Outro após tê-la aceitado (Vivès, 2009, 338).

Se na primeira parte do circuito da pulsão invocante é permitida a entrada do outro pela falta, o que possibilita modular o imperativo do Supereu em um novo chamado, o processo humorístico, ao tentar superar as exigências do mundo externo e do próprio Supereu, virtude do humor, também se traduz no espaço da fala por não pretender concluir um discurso e sim abrir novas vias de fluxo (Ungier, 2001). O sujeito ao criar a frase humorística não foge daquilo que o atemoriza, mas descobre recursos para enfrentá-lo. Sendo assim, torna-se problemático pensar o humor como um mecanismo de defesa que o aproxima do sintoma. Ele não desmerece a realidade ameaçadora e não há comprometimento de sua capacidade em avaliá-la, ele investe o afeto

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

penoso em uma parte mais agradável da realidade e desta forma evita momentaneamente o sofrimento.

Ungier (2001) questiona ainda o papel do Supereu na formação do humor. Para a autora não é o posicionamento benevolente do Supereu, a quem sempre foi atribuído o papel de censor frente ao Eu, que permite ao sujeito evitar uma posição ou queixa masoquista. Essa postura é conquistada quando um novo trajeto pulsional promove o registro simbólico sobre uma experiência angustiante, e o faz através da criação de uma frase perturbadora que presenteia o sujeito com um prazer estético semelhante à criação de uma poesia. Em outras palavras, essa criação permite ao sujeito combater com o riso o despotar da mortificação na qual seria precipitado em função da inclemência do Supereu. De qualquer forma, Freud apontou o triunfo narcísico como elemento essencial do humor quando o Eu se recusa a ser atingido pela provocação da realidade, e o dito espirituoso representa a vitória do princípio do prazer sobre a crueldade das circunstâncias reais. Em ambos os casos, pensar no triunfo narcísico, seja pelo processo sublimatório ou pela participação do Supereu, sem que tenha ocorrido pelo sujeito a admissão de uma catástrofe eminente e não a sua recusa como seria em um mecanismo de defesa, torna-se insustentável.

A autora prossegue a descrição do funcionamento humorístico e sua relação com o Supereu. O humor não pretende dar conta da insistência da pulsão, admite o real, e a partir dele cria algo inesperado, que causa prazer não apenas pela economia do afeto, mas também pela experiência estética ocasionada pela reviravolta do discurso. Ele se opõe à ordem do Supereu *Goze!* e no lugar da angústia coloca o dito espirituoso.

O dito espirituoso é fruto da consciência do sujeito de forças que não consegue domar, de uma experiência traumática, mas que nem por isso se deixa tomar pelo desespero, ao contrário, faz uso desse vazio para criar algo novo. A proposta do humor não é fazer rir, isso é consequência. Quando o aparelho psíquico é invadido pela pulsão, o afeto é deixado à deriva, o que pode levar à angústia. Entretanto, capturado – o afeto - pelo aparelho psíquico, uma trama dos significantes pode ser tecida levando a obra humorística. E Ungier (2001) finalmente encerra afirmando que aquilo que distancia o humor da defesa é o seu objetivo que não é rir e sim transformar o afeto frente à angústia.

No enfrentamento da angústia o humor apazigua a aversão ao se tornar estranho em si mesmo, cria uma nova ordem de algo convencional, e desta forma reafirma a impossibilidade do

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

sujeito em estar inscrito completamente na lei “... o humor se faz estrangeiro em sua própria casa, e constrói, assim, uma nova morada, mas arma sua tenda ao relento, especialmente porque reconhece a força do chamado ao deserto, que mais que o habitat, o habita” (Ferraz, 2009, p. 85). Com belas metáforas o autor descreve não apenas a originalidade humorística “uma nova morada”, mas a sua afirmação do desamparo “tenda ao relento” e a recusa a falicidade ao reconhecer a força do deserto.

Ao retratar o humor com as características metafóricas acima descritas, torna-se ainda mais difícil pensá-lo como um mecanismo de defesa. Considerar o que Ungier (2001) disse sobre o distanciamento do humor da defesa pelo seu propósito em relação ao afeto, pode contribuir para pensar a origem da confusão sobre a função do humor. Inicialmente, Freud pensa o deslocamento de afeto promovido pelo dito espirituoso como um mecanismo de defesa. Justifica o propósito defensivo pelo posicionamento de exaltação do Eu, que se sente inatingível pelos afetos dolorosos. Em 1905, como lembra Morais (2008), Freud não havia desenvolvido o construto do narcisismo. Somente em seu segundo escrito sobre o humor ele possui condições de apontar para uma elevação e grandeza do humor agora explicada pelo triunfo do narcisismo. O humor é descrito como a formação psíquica que denuncia o fracasso e a impossibilidade de realização das ilusões narcísicas do Eu, o que o leva a uma desidealização e desmontagem das certezas e permite abertura de caminhos ao desejo. O triunfo narcísico difere do triunfo do Eu, por se opor à resignação masoquista do sujeito diante do real e das exigências sociais. Essa oposição é o que torna o teimoso e rebelde por insistir no erotismo e no desejo do sujeito, mesmo diante das adversidades da realidade.

Morais (2008) afirma ainda que o humor, assim como a arte, é um caminho que leva ao triunfo do princípio do prazer sobre o da realidade dentro do campo da saúde psíquica. Para a autora é nesse campo que o desejo se realiza e se contrapõe a pulsão de morte e conclui:

(...) o humor é ético porque é afirmação do desejo ante a pulsão de morte; é estético, pois criativo contorna os interditos e causa prazer da ordem da sublimação; é político, pois que é uma forma de desconstrução, pelas beiradas, do poder instituído, para que o sujeito reafirme o seu desejo e restaure o seu direito de existir numa comunidade social. Sem perder a graça (Morais, 2008, p.122)!

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

Slavutzky (2014) contribui para a compreensão do humor como um processo sublimatório e não defensivo, e ainda elabora o humor metapsicologicamente ao descrevê-lo através das três dimensões que explicam os processos psíquicos econômica, tópica e dinâmica.

No campo econômico o humor se expressa ao colonizar o princípio da realidade pelo princípio do prazer. E o faz ao separar o afeto que causa desprazer, ligado a uma representação, deslocando parte de sua energia para um aspecto secundário que gera riso. O humor não nega a realidade, brinca com ela, e assim aumenta a tolerância à dor. Para Slavutzky “... o humor reduz o masoquismo a sua mínima expressão, por isso ele não é um anestésico, mas, sim, um bálsamo, algo que alivia a dor” (2014, p.330). Do ponto de vista dinâmico, encontra-se no humor duas forças pulsionais, erotismo e agressividade. E por fim, em relação a sua localização psíquica, Slavutzky contesta a diferenciação de lugar psíquico que Freud postula para a piada e o humor, a primeira localizada no inconsciente e o segundo no pré-consciente. Para o autor não cabe diferenciar piada e humor, ambos estão ligados ao mesmo lugar psíquico o inconsciente e ambos possuem raiz na segunda tópica, mas precisamente no Supereu.

Salles (2011) situa o momento em que o humor irrompe, sempre diante de situações limites, através da súbita criação simbólica de algo novo que gera um pequeno ganho de prazer. Esse deslocamento do afeto, do limite que assusta para aquilo que gera prazer, pode, a princípio, ser visto como um processo defensivo, mas a formação humorística não se restringe a apenas evitar o desprazer, parece buscar uma nova interpretação para aquilo que aniquila o sujeito, a fonte do afeto.

O abrandamento das situações adversas se dá pela intervenção de um Supereu benevolente, que permite ao Eu desconsiderar suas pretensões narcísicas e por uma manobra criativa triunfar sobre o sofrimento. Salles defende que esse movimento só é possível pela atuação do Supereu que se destaca momentaneamente do Eu e o trata como um adulto a rir de uma criança em apuros, da pequenez de suas ilusões. Uma faceta do Supereu benevolente resultante da simbolização da castração. O supereu alia-se a um frágil Eu que agora não se deixa amedrontar, porque a cruza e maldade do mundo também mudaram pela ressexualização da pulsão de morte pela a de vida. Por consequência, o Eu deixa de agir masoquisticamente não se oferecendo mais como objeto de gozo para o Supereu.

Muito já foi dito de que o humor gera o riso e não a risada, isso decorre de sua essencialidade que não é a piada, mas sim o que transmite um novo olhar sobre aquilo que gerou

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

o sofrimento, o que o afasta do processo defensivo e o aproxima do processo sublimatório. Para Salles (2011), o humor realiza um trabalho próximo ao do luto, mas ao contrário deste, não reconstrói o objeto perdido dentro do eu, mas o próprio eu dentro do eu, assim como na sublimação. “Ao realizar essa reconstrução de si mesmo, o eu não admite a sua destruição, faz um luto dos seus ideais e abre caminho para novos investimentos pulsionais” (p.24).

Em sua análise, Salles (2011) reitera o Supereu sádico e rigoroso como o herdeiro dos ideais de perfeição narcísica do complexo de Édipo, sendo o Supereu benigno resultante da simbolização da castração. A atuação do Supereu benigno somente é possível quando o sujeito se reconhece simbolicamente castrado e admite a falta, levando o Supereu a perdoar os fracassos do Eu. O triunfo narcísico do Eu consiste em ele manter o amor próprio até mesmo diante da castração, diferente do triunfo heróico que acredita que nada pode atingi-lo, e do maníaco, pois o humorista não nega a realidade dolorosa. Ele se assemelha mais ao órfão do que ao herói, como defendido por Kupermann, e é essa condição que confere ao humor lucidez e dignidade.

Ao encerrar a metapsicologia do humor fica compreendido a relação entre o *frágil* Eu e o *poderoso* Supereu. O Eu ao identificar sua vulnerabilidade frente às exigências do real, reconhece-se como um órfão, e se apresenta ao Supereu como objeto de desamparo. Identifica-se *em parte* com o Supereu, em outras palavras, identifica-se com aquilo que lhe falta, a outrora proteção. A crueldade? Esta, já está posta! Proteção contida pelo Supereu – representante paterno – o que lhe é tirânico é posto de lado, assim, a poderosa instância repressiva pode convidar o Eu a fazer uma *pilhéria* sobre os perigos do mundo.

O desvelar da metapsicologia humorística explica, através de uma relação de poder entre o oprimido e o opressor, o triunfo do narcisismo sobre a invulnerabilidade do Eu, tão decantado em Freud. Triunfo obtido pelo reconhecimento da falta, o sujeito a reconhece e a aceita, e é capaz de construir o discurso faltante, que o remete ao desejo. Discurso da falta do qual o dito espirituoso elevadamente participa.

Ao compreender a metapsicologia do humor, pode-se avançar sobre um discurso falicista, agora expresso no contexto social das relações do trabalho. Descrever o atual cenário sócio-político-econômico neoliberal onde assenta, o discurso falicista, ou som gutural da sereia ou apenas discurso gerencialista do mundo do trabalho contemporâneo é o próximo tema deste trabalho, o que permite finalmente reconhecer nos elementos sociais do humor – laços indetectáveis, caráter transgressor e sublimação – contribuições ao mundo laboral.

Cenário Contemporâneo do Trabalho

*Anota aí: eu sou ninguém.
Manifestante de junho de 2013,
respondendo a pergunta de jornalista sobre
quem ele era (Safatle, 2016).*

Descrever o cenário contemporâneo, onde se insere os meios de produção e a forma como o trabalho se organiza, ajuda a pensar na inscrição do humor nesse contexto e a repensar sua função. As mudanças vividas nos tempos contemporâneos provocadas por um conjunto de relações institucionais, caracterizam-se pelo desapego, provisoriedade e acelerado processo de individualização em um tempo de liberdade, e ao mesmo tempo de insegurança aberto à lógica do consumo, do gozo e da artificialidade (Bauman, 1998). Tendo esse cenário como pano de fundo, são enfatizadas mudanças políticas ocasionadas pelo neoliberalismo sobre o capitalismo, discutindo ainda o alcance dessas mudanças em contextos que a princípio não seriam regidos pelo interesse do mercado, como os públicos.

Sobre este último aspecto, os autores Dardot e Laval (2016a) afirmam que não é a privatização das instituições públicas que caracteriza a ordem neoliberal, e sim a difusão no interior dessas instituições, de técnicas e regras gerenciais que passariam a moldar ações e as subjetividades ali contidas. Instrumentos como avaliações de resultados, avaliações quantitativas de desempenho e premiações, criam em hospitais, escolas, universidades, tribunais de justiça e outras instituições públicas, uma situação de mercado sem mercadorias. Situação que promove uma dinâmica competitiva, que ao ocorrer na esfera pública não produz bens ou valores, mas difunde a lógica concorrencial por toda a sociedade mercantil.

Essa linearização de incentivo à concorrência permite a homogeneização das esferas públicas e privadas, porta a questão do neoliberalismo e a forma como a população é pensada independente do seu contexto. Para aprofundar esse pensamento, é resgatado o conceito de gestão de populações pelo governo, expresso na biopolítica de Foucault (1999). O conceito explicita a construção de tecnologias de poder governamentais dirigidas ao homem em termos populacionais, pensando-o como um problema político e científico. Conforme exposto em Dardot e Laval (2016a), a gestão da população atinge os indivíduos em seu modo de viver, e os põe à prova pelos mecanismos de avaliação, incitando cada vez mais os trabalhadores à busca de elevação do seu desempenho.

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

A doutrina do neoliberalismo cria uma falsa impressão de autonomia nos sujeitos, que inseridos em um modelo concorrencial, acreditam não estarem subordinados a nada, além de si próprio, na busca dos seus próprios interesses. Assim, a racionalidade liberal produz subjetividades que consentem em serem dominadas ao acreditarem em *quimeras*. Os autores acentuam ainda que a novidade do neoliberalismo é criar uma nova ordem de mercado, regida pela exacerbação da concorrência, também nas esferas políticas e sociais, excesso que os estudos de Marx já não são suficientes para explicar.

Sobre essa limitação conceitual, Kindi (2013) reforça a necessidade de ampliar estudos que revelem a complexidade da interação política e social, em especial pelo mundo do trabalho. A exacerbação da concorrência se expressa pela homogeneização de esferas privadas e públicas para além da divisão entre o mercado e o não mercado, por meio da imposição de um padrão de relações sociais em todos os níveis de existência individual e coletiva, no comportamento econômico e na relação do indivíduo consigo mesmo, isto é, no âmbito mais global e no mais íntimo.

A lógica do racionalismo neoliberal é discutida por Dardot e Laval em longa entrevista concedida a Andrade e Ota (2015), e caracterizada como uma extensão, a princípio, ilimitada, de um modelo normativo, que possui duas dimensões distintivas, a norma da concorrência e o modelo da empresa. A racionalidade neoliberal nasceu não como uma doutrina pronta, um programa completo, que emergiu da vontade de um Estado-maior político mundial, e sim como resultado prático de uma série de experimentos políticos conduzidos por diversos governos nos anos de 1980, mesmo antes, conforme aponta Dardot e Laval, nos *laboratórios* que foram as ditaduras no Chile e Argentina.

O neoliberalismo é um efeito global de processos muito heterogêneos, e não um ato deliberado, construído a favor de uma ideologia ou de uma doutrina, não é um modo de governo que faz da adesão à doutrina o meio privilegiado de poder. Ele se apoia sobretudo na coerção que exerce sobre os indivíduos por meio de ações de concorrências implantadas ativamente. A racionalidade que Dardot e Laval afirmam (2015), origina-se dessas práticas comandadas desde o interior do indivíduo, e não apenas no sentido externo de uma motivação ideológica e intelectual. Racionalidade que atravessa todas as esferas da existência humana, sem se reduzir apenas à esfera econômica. “Não é a esfera econômica que tende a absorver espontaneamente todas as outras esferas, como poderíamos pensar, mas uma extensão da lógica de mercado e do modelo

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

empresarial para um conjunto de reformas públicas, de dispositivos de gestão, de práticas comerciais” (p. 284, Andrade & Ota, 2015). Não se trata apenas do caráter globalizante do capitalismo, o que não é nenhuma novidade, mas da extensão da racionalidade capitalista a todas as atividades, instituições e relações sociais.

Cientes de que Karl Marx, pensador incontestado do capital, já havia previsto que o processo espontâneo de autodesenvolvimento do capital conduziria à submissão completa da sociedade aos imperativos da acumulação. O filósofo Dardot e sociólogo Laval insistem na análise que fazem sobre o neoliberalismo, ou seja, a incapacidade do capitalismo de conseguir com os seus próprios meios a abrangência completa da sociedade. E buscam demonstrar, inspirados principalmente em Foucault, que esse avanço das relações sociais próprias do capitalismo não se estendem por meio de uma dinâmica econômica, isolada das relações de poder, das construções institucionais, das formas jurídicas.

A racionalidade liberal não procede de uma extensão autônoma da ordem econômica em direção a outras esferas, nem é analisável com um efeito passivo da pressão capitalista, como uma expressão superestrutural de um capitalismo financeiro que se tornou tão poderoso que não podia mais ser contido pelas regulamentações e regulações do fordismo. Sabemos que essa é a maneira usual de pensar dos marxistas e de muitos economistas, para quem o neoliberalismo é essencialmente negativo e só faz “desenfrear” [aspas dos autores] as forças imanentes do capital, suprimindo as regras, desmantelando as instituições, destruindo o Estado social. De certa forma, esses autores sempre tomam o efeito pela causa e supõem desse o início uma estratégia plenamente consciente de uma classe ou de um poder econômico (a “burguesia”, o “capital”, as “finanças” etc.) [parênteses e aspas dos autores], ao passo que essas entidades são o produto de toda uma série de decisões e de dispositivos que lhes deram o poder social e econômico que elas não tinham inicialmente” (p. 285, Andrade & Ota, 2015).

Dito isso, e apoiados pelas análises foucaultianas, os pesquisadores mostram duas coisas que nem sempre são bem visíveis nos estudos dos marxistas e economistas. A primeira, que o neoliberalismo não é apenas uma expressão ou reflexo do poder do capital financeiro. É, na verdade, uma racionalidade que possibilitou construir um mundo em que o capital financeiro pôde se firmar como tal. Em segundo, o neoliberalismo não diz respeito só à economia, não é definido apenas por um conjunto de receitas de política econômica, na verdade, é um modo de governo dos homens que possui um caráter geral e afeta todas as instituições. O *neo* do liberalismo refere-se a uma racionalidade global que supõe o intervencionismo governamental. Estado esse *governamentalizado* por dispositivos que o distinguem e que visam “... construir situações de concorrência, introduzir lógicas de escolha, desenvolver medidas de desempenho,

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

cujo efeito é modificar a conduta dos indivíduos, mudar sua relação com as instituições e, mais precisamente, transformá-los em consumidores e empreendedores. As políticas educacionais e acadêmicas são exemplos perfeitos dessa dinâmica” (Andrade & Ota, 2015, p.288).

Pensando nesse cenário englobante de subjetividades, os entrevistadores Andrade e Ota (2015) problematizam a questão da reversão e recuperação, ou revitalização do capitalismo. Processo que incorpora transformações sociais pela gestão empresarial, assim, renovando o management empresarial, de acordo com as necessidades do capitalismo. Essa *renovação empresarial* que captura subjetividades, acoplando os seus manifestos ao modelo de empresa, impõe a seguinte questão: frente a esse movimento ameboide, qual recurso crítico o indivíduo dispõe, para afirmar a primazia estratégica da *politização da subjetividade*?

Antes de pensarem sobre a *politização da subjetividade*, como nomeado por Andrade e Ota (2015), Dardot e Laval descrevem como a empresa se tornou progressivamente a norma pelo qual o sujeito deve se compor como sujeito. Cada um é chamado a agir como uma empresa de si mesmo, e não o faz, sem envolver certo tipo de relação com o outro, uma relação de concorrência. Sobre a subjetividade, não é mais o valor da força de trabalho ou o valor criado pela força de trabalho no processo de produção que importa, mas o valor que o sujeito torna-se em si mesmo e os valores que privilegia ao longo de sua existência. “É o sujeito que se relaciona consigo próprio durante toda a sua vida sob o modo da autovalorização como um capital; algo como o capital feito sujeito” (Andrade & Ota, 2015, p.293). Portanto, Dardot e Laval (2015) insistem em chamar atenção para a relação não imediata de transposição dos valores do neoliberalismo para a esfera subjetiva, depois de ocorrido o domínio da esfera da produção material. Ocorre uma *ultrasubjetivação*, isto é, forma de subjetivação que convida o sujeito a ir sempre além de si mesmo, não é apenas uma conversão para si, nem uma autoniquiação do sujeito. Esse modelo empresarial diz respeito não apenas a relação do sujeito consigo, mas também com o outro, é uma dupla transformação, e a alavanca é a relação consigo mesmo.

Retornando à questão de uma *politização da subjetividade*, capaz de antagonizar à subjetivação neoliberalista, os pensadores franceses se indagam, se a alternativa a esse cenário se daria exclusivamente no campo da subjetividade. Se assim fosse, o campo político expresso no termo da luta de classes seria abandonado em proveito de um retorno à subjetividade. Os autores percebem que nessa clivagem, subjetividade *versus* ideais políticos, não se pode mais adiar a transformação da relação consigo mesmo. E assim, evitar a miopia predominante nessa visão, que

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

é a conquista imediata do poder político, como se o poder estatal pudesse se oferecer como meio decisivo de transformação da subjetividade.

Uma alternativa apresentada a essa dicotomia é a *subjetivação alternativa*, que passa por um meio de produção que não propõe uma conversão a si mesmo, mas sim uma produção coletiva de um *comum*, sustentado por uma governamentalidade alternativa. Essa nova razão política, chamada por Dardot e Laval de “*razão do comum*”, só pode se constituir a partir de situações sobre as quais é preciso trabalhar ou criar ativamente e coletivamente. Criação que não pode ser obra do governo como instituição, só se pode dar por meio do trabalho coletivo, engajando todos na coprodução de novas regras ou normas. Para os pesquisadores, resistir não consiste apenas em se defender contra um ataque ou uma agressão, mas em coproduzir novas regras e, assim, produzir-se a si mesmo nessa coprodução e por meio dela. “O ponto decisivo é que, ao mesmo tempo que é relacional, a resistência pode ser ativa. Caso contrário, ela não pode resultar em emancipação” (Andrade & Ota, 2015, p.296). Os autores discutem que a verdadeira aceção de emancipação ou liberação, consiste em produzir constantemente a si mesmo por práticas de liberdade.

Os combates pela democracia real, o movimento das praças, as “novas primaveras” dos povos, as “ocupações” dos estudantes na luta contra a universidade capitalista, não são acontecimentos caóticos e aleatórios, erupções acidentais e passageiras, tumultos sem finalidade. Essas lutas obedecem à racionalidade política do *comum*, a busca coletiva de formas democráticas novas. Alguns cidadãos, marcados como estranhos pelo poder vigente, passam a defender o seu espaço de vida, criam algo em comum, no momento em que foram empurrados para o isolamento. Frente a esses movimentos e sua pretensa caoticidade, os governos buscam assinalar uma identidade aos seus atores, como se fosse preciso atribuir propriedade privada ao movimento. E, assim, não reconhecer uma subjetivação coletiva, que fizesse reunir todas as matrizes identificatórias (Dardot & Laval, 2016b).

Antunes (2005), em concordância com Dardot e Laval sobre a natureza dos movimentos pela democracia real, sinaliza que as recentes greves e explosões sociais contemporâneas são confrontos assumidos entre o capital social e a totalidade do trabalho. São ações que articulam luta social e ecológica, luta de classe com luta de gênero, ação social com luta étnica. São exemplos a explosão social dos negros em Los Angeles 1992, a rebelião de Chiapas no México, a emergência do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) no Brasil. Antunes nomeia como

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

involucral a sociedade contemporânea geradora do descartável e supérfluo, que tem no shopping center um verdadeiro templo de consumo do capital. É contra essa sociedade, que recentes movimentos urbanos, mesclando criatividade e criticidade, invadiram shoppings do Rio de Janeiro realizando o que ficou conhecido como *rolezinhos*. Manifestantes que estampam sua repulsa e descontentamento por serem alijados do universo do consumo, sendo produtores dos bens ali expostos.

A atenção dada às lutas e às práticas, que se traduz por meio de ligações fortes com os movimentos sociais e o retorno do trabalho *comum*, possibilita conceber um princípio político. Princípio que viabiliza o elo entre setores, práticas, conflitos e atividades cujas interações não são percebidas em uma primeira abordagem, devido à fragmentação social e à dispersão geográfica. Cabe ao trabalho teórico identificar o que nesse elo é portador, tanto da invenção conceitual quanto do projeto político. O social-histórico não pode ser associado somente à faculdade imaginativa, mas sim, reinscrito no universo das práticas e dos afrontamentos, que caracterizam uma sociedade e de onde surgem novas significações que conduzem os indivíduos na ação histórica.

Ao discutirem o quadro sócio-histórico das transformações e mudanças da sociedade contemporânea e sua expressão em forma de exigência ao sujeito, Facas e Ghizoni (2017) analisam o impacto dessa exigência na vida do trabalhador. Assim, como promovem a constatação dicotômica de que, se por um lado reconhece-se a importância da centralidade do trabalho para o sujeito, por outro, admite-se a precariedade e desfavorecimento do trabalhador no cenário laboral. E em enriquecimento a discussão da racionalidade crítica e subjetivação, afirmam que a lógica do capital remete o sujeito diretamente à sociedade de consumo com a máxima “...você trabalha, você ganha, você compra” (2017, p. 2).

Os autores (Facas & Ghizoni, 2017), em consonância com a preocupação de Dardot e Laval (2015), relativa a dissonância política entre estudos teóricos e práticas sociais, e ocupados com o campo do saber da subjetivação no trabalho lançam um apelo ao compromisso político e ético que as pesquisas na área da categoria trabalho precisam defender. O apelo é traduzido em romper com a distorção do sentido do trabalho e entendê-lo para além de ação produtiva. Assumir esta responsabilidade reflete em ação política e de resistência aos modos perversos de estruturação das organizações de trabalho.

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

O cenário aqui descrito pela racionalidade do liberalismo, provoca uma crise social que, para Dejours (2012), é responsável pelo esgotamento da solidariedade, de desenfreada concorrência em todos os domínios da vida e da derrocada dos elementos propulsores que motivam e fundamentam a ação para o trabalho. Esses elementos quase sempre são percebidos como uma falência individual e não social, o que agrava a psicopatologia no trabalho em todos os escalões de trabalhadores, intensificando a desagregação do viver junto, representada pela solidão, pelo fim dos gestos de solidariedade face ao sofrimento e à injustiça, e diretamente transformando as identidades ou subjetividades não apenas dos trabalhadores.

Para a psicodinâmica do trabalho, o trabalho não consiste em apenas um conjunto de atividades laborais, é ainda uma relação social. Pois se expande em um mundo humano, caracterizado pelas relações de poder e de dominação (Dejours, 2012b). O trabalhar é o engajar da subjetividade em um mundo hierarquizado, repleto de contradições e perpassado pela luta de dominação. Trabalhar é experimentar a resistência do mundo social e, mais precisamente, das relações sociais na implantação da inteligência e da subjetividade. Sendo assim, será nesse espaço social, com todas as suas características peculiares, onde o sujeito deverá exercer toda sua potencialidade. Em justaposição, as exigências impostas por uma coletividade organizada hierarquicamente.

Uma das formas de se trabalhar em um coletivo é através dos acordos firmados entre os trabalhadores, que se estabilizam em acordos normativos ou regras de trabalho, e apresentam sempre um vetor duplo: o objetivo de eficácia e qualidade do trabalho e o objetivo social. A cooperação supõe um compromisso que é a um só tempo técnico e social, essa combinação permite que a organização real do trabalho evolua.

O consentimento em cooperar, isto é, tolher pelo menos em parte sua inteligência e subjetividade, enfrentar os riscos que pressupõem o engajamento na discussão coletiva, ocorre por uma razão precisa à busca do reconhecimento. O reconhecimento não é a mera gratificação material, é necessária uma eficiência simbólica para mobilizar a inteligência. Essa eficiência passa por dois tipos de julgamentos, o julgamento da utilidade e o julgamento da beleza. O primeiro refere-se ao julgamento da hierarquia, que reconhece a utilidade econômica, social ou técnica da contribuição própria do trabalhador. O julgamento da beleza se anuncia sempre(,) em termos estéticos, são elogios explícitos a um trabalho realizado. Só pode ser proferido por aqueles

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

que conhecem a fundo o trabalho, isto é, os pares os colegas, e acaba por conferir um estatuto novo àquele que trabalha (Dejours, 2012a).

Entretanto, o primordial no reconhecimento é que o seu julgamento foca o *fazer* o trabalho e não a pessoa. Apenas em um segundo momento o sujeito pode repatriar esse julgamento do registro do *fazer* no registro do *ser*, transformando-se pelo reconhecimento no sentido de sua realização. É porque o trabalho pode oferecer gratificações essenciais no registro da identidade que se pode obter a mobilização subjetiva, a inteligência e o zelo dos que trabalham. Esse reconhecimento sobre o fazer, é o que permite a manutenção do respeito e relações de convívio com aquelas pessoas com quem não se tem grande empatia. Portanto, o reconhecimento das contribuições singulares no registro do fazer desempenha um papel essencial na conjuração da violência entre os seres humanos.

A sublimação, para Dejours, inicia-se quando o sujeito é submetido ao julgamento do outro, seja o estético ou o de utilidade, isto é, pelo reconhecimento. Emitido o julgamento, o sujeito compreende que a resposta dada no momento em que foi confrontado com o real se valida como certa. Nesse momento, ele sente prazer. Pois, de fato, o reconhecimento se refere ao uso, pelo sujeito, dos seus registros individuais em criação a algo novo que resolveu o inesperado. Trata-se do trabalho criativo, uma resposta inovadora a uma realidade constituída, e, como consequência, a assunção da individualidade sobre o social. Para Dejours, o movimento sublimatório, *investimento no registro do fazer para o registro do ser*, constitui no entusiasmo em fazer, o que proporciona mudanças no registro individual.

Para compreender a correlação entre trabalho e processo de formação de identidade, Safatle (2016) evoca alguns aspectos fundamentais da hipótese weberiana, ao afirmar que a racionalidade econômica depende fundamentalmente da disposição dos sujeitos em adotar certos tipos de conduta. Nesta lógica, explica-se o nascedouro do capitalismo atrelado à internalização psíquica de uma ética protestante do trabalho, e de uma convicção estranha ao cálculo utilitarista.

Safatle lembra que, apesar de Freud raramente discutir problemas ligados ao mundo do trabalho, à sua maneira, forneceu o aparato conceitual para compreender a concepção de trabalho como matriz de sofrimento psíquico. Ele insiste que toda internalização de sistemas de regras, normas e leis de conduta com forte apelo moral é feita através de dinâmicas repressivas em relação à satisfação pulsional. “Isso vale também para a formação da estrutura psíquica necessária para entrar no mundo do trabalho. Marx, por exemplo, falava da submissão ao trabalho

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

capitalista como ‘repressão’[aspas do autor] (*Unterdrückung*) [paratênses do autor]de um mundo de impulsos (*Trieben*) [paratênses do autor] e capacidades produtivas” (2016, p.167).

Para Safatle (2016), Freud é sensível às ambivalências do processo repressivo, que constitui o Supereu como *instância moral de observação* de si, para sustentar sua eficácia, a repressão não pode ser apenas vivenciada como coerção. Existe sempre uma demanda de amor e reconhecimento dirigida a um Outro fantasmático, que, se sustentada, muda as dinâmicas repressivas. A demanda de reconhecimento, uma das formas de sustentação, se manifesta como sentimento patológico de culpa em relação à satisfação libidinal. Esse sentimento é um dispositivo importante para regime de trabalho como o descrito em Weber, ao tematizar a ética protestante.

Através da culpa, afasto minha atividade daquilo que Weber chamou de ‘gozo espontâneo da vida’ [aspas do autor], aprendo a calcular minhas ações a partir de sua ‘utilidade’ [aspas do autor] suposta, suporto as frustrações às minhas exigências de satisfação pulsional e conformo meu trabalho a uma espécie de ritual obsessivo-compulsivo de autocontrole que só pode levar à formação de uma personalidade rígida e clivada. Modelo de personalidade que Freud descreve de forma precisa ao cunhar a categoria patológica de neurose obsessiva (Safatle, 2016, p. 167).

Essa personalidade, marcada pela rigidez e estereotipada, forneceu a correlação psíquica necessária para um mundo do trabalho dominado por empresas e organizações. Submetido a uma concepção mecanicista, modelo organizacional que imperou na primeira metade do século vinte e alcançou seu apogeu por meio das teorias tayloristas e fordistas. Seria equivocado afirmar que esse modelo de trabalho, com suas matrizes de sofrimento psíquico, não faz mais parte do presente (Safatle, 2016). Mas, na atualidade, novas matrizes de sofrimento convivem com outras formas de dominação psíquica no mundo do trabalho. Sempre configuradas a partir de uma outra racionalidade. Para Safatle, essas novas formas são hegemônicas, não por darem conta de um maior número de pessoas, mas por constituírem a matriz ideológica dos discursos contemporâneos de justificação do universo do trabalho nas sociedades capitalistas avançadas.

A partir desse ponto, Safatle (2016) discute a reconfiguração psíquica do mundo do trabalho através das mutações sofridas pelo capitalismo contemporâneo. Apoiado em estudos sociológicos que indicam o nascimento de um novo éthos do capitalismo, resultante da absorção do impacto dos movimentos de contestação, como os de maio de 1968, às formas hegemônicas de vida. Uma das críticas sociais desenvolvidas a partir do movimento social citado, visa o trabalho

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

e sua incapacidade de reconhecer as exigências da autenticidade. “Visto como o espaço da rigidez do tempo controlado, dos horários impostos, da alienação taylorista e da estereotipia de empresas fortemente hierarquizadas, o trabalho fora fortemente desvalorizado pelos jovens de 1968” (Safatle, 2016, p.183).

O resultado dessa crítica resultou na reconfiguração do núcleo ideológico da sociedade capitalista e a conseqüente mudança do *éthos* do trabalho. Valores como segurança, estabilidade, respeito à hierarquia e à especialização deram lugar a um conjunto de valores vindos diretamente do universo de crítica do trabalho. Capacidade de enfrentar riscos, flexibilização, maleabilidade, desterritorialização resultante de processos de reengenharia compõem atualmente um novo núcleo ideológico. Se ainda na década de 1960 o profissional modelo seria aquele que impunha a sua personalidade, uma funcionalização que o tornava fiel, como um corpo da instituição laboral, atualmente, seria visto como uma pessoa acomodada, sem capacidade de se reinventar, e, por isso com baixa capacidade de criação e inovação. O *manager* modelo na atualidade é o homem da rede, fluido, sem fronteiras geográficas ou derivadas de ligações profissionais e culturais.

Safatle (2016) chama atenção para o que ele denomina de *sofrimento de flexibilização* advindo dessa nova conformação do trabalho, paraísos neoliberais de desregulação de identidades flexíveis, produtores de sofrimento psíquico e responsáveis por uma nova circulação de afeto. Essa lógica é possível ao aceitar que uma sociedade não define apenas sistemas de normas a serem seguidas. Define, principalmente, modos de sofrimento diante das normas que ela mesma enuncia e gere, em um quadro tacitamente aceito de patologias. É necessário estar atento para um paralelismo, a reconfiguração do mundo do trabalho devido à flexibilização neoliberal e o surgimento cada vez mais dominante de sofrimentos psíquicos como, as depressões e transtornos de personalidades como as patologias narcísicas e borderline.

Em que sentido seria possível afirmar que modificações no universo do trabalho foram fatores importantes para o crescimento de certos quadros de patologias psíquicas? Não se trata aqui de perguntar se o sofrimento no mundo do trabalho se manifesta tendencialmente sob a forma de transtornos depressivos. Trata-se, antes de indicar como as formas de conflito produzidas pelo impacto psíquico do mundo do trabalho são atualmente geridas, entre outras estratégias, pela constituição de quadros clínicos capazes de individualizar dinâmicas de sofrimento cuja estrutura causal mascara a possibilidade de compreensão das relações profundas entre sofrimento social e psíquico (Safatle, 2016, p. 187).

Safatle (2016) reconstrói brevemente o percurso de ajustes e atualizações do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM). Ressalta, nesse percurso, as *coincidências* de

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

ajustes nosográficos em torno da classificação da depressão na década de 1980. Momento histórico em que a depressão conhece substancial crescimento, em paralelo à guinada neoliberal nos países capitalistas centrais. A depressão só pode aparecer como problema central no momento em que o modelo disciplinar de gestão de condutas cede lugar a normas que incitam cada um à iniciativa pessoal, à obrigação de ser si mesmo. Enquanto que no modelo freudiano de neuroses, o sofrimento psíquico gira em torno das consequências da internalização de uma lei que socializa o desejo e organiza a conduta a partir da polaridade permitido/proibido, na depressão, essa socialização ocorre a partir de uma polaridade mais complexa e flexível possível/impossível.

No mundo laboral percebe-se que a proibição moral originada das exigências de socialização cede lugar à flexibilização das leis, gestão que coloca as ações não sob o crivo da permissão social, mas sob o crivo individual do desempenho, da performance, da força relativa ao quanto o indivíduo consegue sustentar demandas insaciáveis. Assim, o indivíduo é confrontado a uma patologia da insuficiência e da disfuncionalidade da ação, em vez de uma doença da proibição e da lei. Nesse contexto, a depressão aparece como tragédia implosiva da insuficiência e da inibição. Impera a crença de que cabe apenas ao indivíduo a responsabilidade pelo fracasso da tentativa de autoafirmação de sua individualidade no trabalho. O próprio discurso social é constituído a partir da incitação à autoexpressão, ao empreendedorismo de si, e quando não realizado a culpa é exclusiva do indivíduo. “Colocar-se na posição depressiva é uma forma de sustentar a norma que não pode ser realizada, embora deva ser fantasmaticamente sustentada. É uma forma de sustentar a norma que me oprime por transformar o gozo em uma injunção que se impõe a mim por meio da anulação de minha própria voz” (Safatle, 2016, p. 191).

Como articular a causa do desejo e a causa do desejo comum? Em busca de responder essa questão, Périlleux (2013), a princípio, responde imediatamente construindo a narrativa, mas articula a diferença entre a palavra elaborada em um coletivo de trabalho e a palavra no espaço público político. Para essa articulação utiliza da experiência da clínica do trabalho, em vias de similaridade com outras práticas da clínica do trabalho que ocorrem no Brasil.

A palavra no coletivo de trabalho precisa ser pensada em um contexto onde impera a competição, provisoriedade, acelerado processo de individualização em um tempo aberto à lógica do consumo, do gozo e da artificialidade, como já apresentado aqui (Bauman, 1998). Esses elementos quase sempre são percebidos como uma falência individual e não social, o que agrava a psicopatologia no trabalho. Os coletivos formados no ambiente laboral possuem sua voz crítica

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

abafada, sofrem forças internas para não se consolidarem, e seria a crítica baseada na experiência de injustiça e no sentimento de indignação que forma as causas comuns. Os clínicos do trabalho também não escapam da crise que decompõe as equipes de trabalho, e assim como esses se encontram submetidos à lógica do mais gozar.

Dito isso, os atores envolvidos na escuta da clínica do trabalho, clínicos e trabalhadores, precisam entender que o sofrimento é algo inevitável constituinte, origina-se da falta, que nos leva a ser sujeito do desejo. Mas, não há como desconhecer o sofrimento apropriado pelos mecanismos sociais, e é contra essa apropriação que é preciso lutar. A lógica neoliberalista nos impulsiona a preencher a falta existencial com objetos, negando-a por intermédio de um discurso social e sob o imperativo do Outro. Portanto, para Périlleux (2013), na clínica do trabalho o sofrimento deve ser nominado e identificado, pois oculta-se em defesas impedindo sua visibilidade pública, sendo reconhecido como sofrimento individual. Construir a ponte que leva do individual para o social, do social para o individual, na clínica do trabalho, é entender o sofrimento no trabalho, sem desconsiderar a singularidade do sujeito a partir do que se fez sintoma, frente às exigências do trabalho. É a procura do assento do singular – o desejo – em uma causa comum.

A racionalização produtiva nos contextos laborais torna incompatível a expressão pública no coletivo de trabalhadores. Angústias, difíceis de nomear em decorrência de impedimentos do encontro entre o sujeito que carrega uma história singular e a organização do trabalho despersonalizante, gera um impasse laboral, entre o sujeito revelar suas vulnerabilidades ou calar-se frente a um contexto perverso. Tudo isso, permeado por uma lógica de competição, enfraquecimento dos laços sociais, que nega ao trabalhador o reconhecimento de sua potência transformadora. Ao enfraquecer frontalmente os laços sociais, lança os trabalhadores num estado de solidão psicológica (Gómez, Mendes, Chatelard, & Carvalho, 2016, p.255). Entretanto, mesmo frente a todas essas adversidades, as autoras são convictas ao afirmarem que é por via da fala que o sujeito pode instaurar o laço social. A palavra provoca afeto, restitui a desbanalização das injustiças e permite a elaboração do que faz sofrer.

Pensando nas exigências e formatações psíquicas vividas pelo trabalhador inserido nessa lógica do trabalho, e buscando saídas pela fala restauradora do afeto, Mendes (2014) utiliza dos dispositivos clínicos – análise da demanda, transferência e interpretação – em suas pesquisas e práticas de trabalho sobre a subjetividade do trabalhador. A junção dos saberes práticos e

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

teóricos, permite evoluir no alcance da potência política dos trabalhadores inseridos na clínica do trabalho. Em entrevista, Mendes (2015) remonta a uma experiência de uma clínica do trabalho desenvolvida na *Associação de catadores de materiais recicláveis da Região Centro Norte de Palmas/To –Ascampa* (Ghizoni, 2013). Ao discorrer sobre o sintoma social apresentado na clínica, descreve como o coletivo não consegue desvincular da figura de autoridade paterna. Modelo parental de relações organizacionais propiciada pela própria constituição da sociedade inserida no modelo de capital flexível. Aqui, possivelmente, observa-se o predomínio do modelo de conformação psíquica neurótica do trabalho, como descrito em Safatle (2016). Modelo progressivamente em convívio com outros mais próximos do novo modelo neoliberal de flexibilidade.

Mendes (2015) cita a permanência do coletivo de trabalhadores da Ascampa na queixa (gozo), e como pela clínica do trabalho são lançados à construção do laço social. A pesquisadora, a partir de seus estudos e práticas, constrói três eixos que demonstram no mundo laboral contemporâneo o manifesto do sintoma e o seu deslizar para a potência política, *Aceleração/Fadiga ----- Vitalidade, Exigência/Necessidade ----- Desejo, Impotência ----- Potência*. Os eixos aqui apresentados contêm, mas também propõem saídas para as matrizes de sofrimento psíquico advindas das conformações do trabalho e apresentadas acima (Safatle, 2016). Essas matrizes contêm as polaridades *permitido/proibido, possível/impossível*, sendo a primeira mais associada a modelos de gestão rígidos e a segunda a modelos de gestão flexíveis.

Discutir esses eixos e matrizes entrelaçadas à análise da evolução do trabalho contemporâneo e o seu poderio em sistematizar esquemas de sofrimento psíquico do social no âmbito individual, encontrando pontes que proporcionem o deslize do mal estar no trabalho para o prazer de se descobrir como sujeito e não objeto de demanda, requer uma nova agenda de estudo.

Os excessos no trabalho são revelados como algo que forja o cenário das boas práticas dos modelos de gestão, sustentados por um discurso ultraliberal, que produz ultrasubjetivação, estruturado na ideia do absoluto e da plenitude. Sobre esses modelos de gestão, Mendes e Ghizoni (2016a) elencam alguns dos seus excessos, seja de controle, de normatização, de disciplina ou outros elementos que permitam uma gestão *eficaz*. Ainda caracterizando esses modelos de gestão as autoras descrevem sua centralidade.

É um modelo que predominantemente caracteriza-se pelo culto ao individualismo normativo, com alto e sofisticados dispositivos de comando, tecnicismo na condução de

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

processos de trabalho e pessoas, estabelecimento de metas desconectadas do real de trabalho, com prescrições idealizadas de excelência. Legítima uma lógica que se caracteriza pela demanda de quantificação, medição e avaliação de tudo que diz respeito ao trabalho. Pauta-se na fragmentação das tarefas e padronização dos processos e foca no resultado quantificado do trabalho - e não na qualidade do trabalho. Destitui o protagonismo do trabalho na constituição do sujeito, transformando-o em objeto de consumo e o trabalhador em objeto a ser consumido, criando assim, a rede de consumismos (Mendes & Ghizoni, 2016b, p.12-13).

O sujeito da cena principal do trabalho agora é objeto a ser consumido, e não mais protagonista do fazer trabalho frente ao inesperado do real, desumanizado, pois não há mais descoberta de si e nem reconhecimento da existência do Outro. As autoras utilizam o termo *taylorização da subjetividade* para, de forma condensada, mas não menos impactante, significar o espaço de trabalho como espaço de repetição afastado do vazio do real e negando o desamparo, condição do humano. Forma que anuncia um novo nascimento “... o do sujeito invocado, da repetição do e no trabalho” (Mendes & Ghizoni, 2016a, p.13). No trabalho expropriado de sua angústia e sofrimento, sem permissão para falhar, fracassar, errar, apartado do afeto e do desejo, em fim, tentando adoecidamente, pela via do “sofrimento flexibilizado” (Safatle, 2016), dar conta da fluidez da nova configuração do trabalho.

Voltar à questão do sofrimento e sua organização, seja por polos representativos de sua ambivalência ou por eixos que avancem em saídas para a dor, simbolismo do sofrimento, conforme afirmado por Mendes e Ghizoni (2016b), permite pensar o sentido do sofrimento como força motriz questionadora do querer, poder e dever do sujeito frente à experiência com o real, algo para o qual o sujeito não encontra tradução em sua linguagem. Sofrimento que coloca em xeque o sintoma, sua funcionalidade e relação com o desejo, e mantém-se à frente do real, como condição do ser sofrente que não cede ao discurso do capitalista em busca de saída para a angústia e castração. Esse mesmo sofrimento é o que, no trabalho, leva o sujeito a se manter vivo, frente ao inesperado que não cessa em se apresentar no construir trabalho. Mas nem sempre no circuito laboral o sofrimento se insere como força motriz, aliás, o que se pode observar é a falência do sofrer como força transformadora, provocada deliberadamente pelos modelos de organização e gestão de trabalho, como se tem discutido aqui.

No modo de produção consumista propaga sujeitos desafetados, dor não simbolizada, afetos recalçados, modos de subjetivação normopata. Essas são algumas características apontadas por Mendes e Ghizoni (2016) como resultado da expulsão, pelos modos de gestão, do sofrimento

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

como força questionadora. O que implica na impossibilidade de confrontar o real com o apelo do desejo, único modo de o sujeito suportar e aceitar a condição de sofrente, vazio, incompletude, a imperfeição e a finitude.

A força questionadora talvez seja o que se caracterize pelo humor a formação de laços sociais. A possibilidade de confrontar o real pelo desejo é o ato transgressor e rebelde do humorista. Trilhar esse caminho requer criatividade, o ato sublimatório a ser compartilhado, sob o olhar auspicioso do outro. As características sociais do humor são apresentadas a fim de reconhecimento de traços dessa formação psíquica, que contribuam para a nova formatação do trabalho contemporâneo.

Elementos sociais do humor e trabalho.

Kupermann (2003) ressalta alguns aspectos sociais do humor, que contribuem inclusive para a compreensão do seu funcionamento no mundo do trabalho, como os laços sociais, o caráter transgressor e a sublimação, ressaltando o caráter político desses elementos, em especial no seu aspecto transgressivo. Para Kupermann, com o estudo do humor em Freud, inaugura-se uma nova forma de sociabilidade diferente daquela que tipifica os grupos e a massa, onde vigora a proibição do pensamento e a pobreza erótica.

O poder de afetação do outro que porta o dito humorístico anuncia a possibilidade da construção de um laço social não massificante, que permite a participação em sociedade sem a abolição da sua singularidade pulsional e desejante em nome de uma causa comum sustentada pelo narcisismo das pequenas diferenças. Um laço cultural não incrementado pelas exigências idealizadoras do Supereu, permitindo aos sujeitos um espaço de criação sublimatória. Portanto, contrariamente ao que havia sido exposto por Freud, o humor, mais do que reforçar laços identificatórios, promove uma desterritorialização de algo e apresenta a proposta de algo novo.

A política do humor contribui para proporcionar laços identificatórios e troca de experiências afetivas satisfatórias, mantendo abertura para a transformação social. Portanto, é na sua função social que os ditos espirituosos possuem um caráter transgressor do recalçamento ao vislumbrar novas possibilidades identificatórias e sublimatórias, criando novos modos de sociabilidade. Quando se transmite um dito espirituoso busca-se compartilhar uma crítica social, denunciar hipocrisias comuns a qualquer grupo e evidenciar idealizações.

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

A abertura de sentido promovida pelo humor na vida social teria como contrapartida o advento do entusiasmo necessário para a promoção do laço social, afeto coletivo que corresponde à alegria experimentada por cada um em seu processo de criação sublimatório. O entusiasmo gerado pelo reconhecimento por parte do sujeito de sua condição política, na sua potência transgressiva e transformadora do mundo talvez seja o que leve Freud (1927/1996b) a ressaltar a grandeza e dignidade do ato humorístico.

Birman (2005) ressalta o papel fundamental do interlocutor no dito espirituoso, pois é através de sua risada que a piada é reconhecida. Essa mediação é que permite ao desejo inconsciente se inscrever no campo intersubjetivo, rompendo com os interditos. Na relação com o outro é que a experiência transgressora da piada é enunciada, permitindo a satisfação do desejo inconsciente, apesar dos limites impostos pelo recalque. Ao transcender o recalque e ainda obter prazer, a piada permite criar estratégias de desmontes e de desconstrução daquilo que oprime. Essa produção, por ocorrer em uma cena social, proporciona a circulação e o compartilhamento do desejo. Portanto, a sua função pode encontrar efetividade no campo social e político.

De forma que é preciso sempre rir e produzir chistes cotidianamente, para desconstruir a crosta dos interditos instituídos pelo poder, para que assim o sujeito possa afirmar o seu desejo e restaurar então certos direitos, para manter a existência de sua comunidade social (Birman, 2002, p. 106).

O humor só existe em articulação com um meio social e seus sujeitos, para tornar-se compreensível é preciso a inserção na cultura, caso contrário há o risco de não ser compreendido (Feldman, 2009). Dois princípios do funcionamento da criação humorística, pensados na dramaturgia (Motta, 2009), ajudam a compreender a importância de sua inserção no campo social. De um lado o rosto que revela a nudez e provoca no outro o riso, ao transpor o interdito, cai a máscara e o outro entra no circuito do desejo. Do outro lado o correlato, a máscara do sintoma, da identificação com o pai, o rosto impassível, que mantém o outro no circuito da demanda. “Sob um ângulo, suspende-se o recalque e, por outro, o reafirma-se” (pp. 76).

Sendo o dito espirituoso revelador do desejo e por via deste estender um convite ao outro para repensar o campo social, repensar o ideário consolidado que o mantém, começamos a desnudar sua contribuição para um mundo laboral, onde o desejo é negado e a liberdade de pensar os seus processos é cada vez mais massificada. Modelo de trabalho inserido em um sistema onde a autenticidade é expropriada dos manifestos sociais quando ousam a se apresentar, por mais difícil de compreensão que sejam hoje esses manifestos devido sua fragmentação de

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

interesses e dispersão geográfica, mas ainda assim expropria-se e adequa-se aos modelos de produção vigente aquilo que eles possam apresentar de rebeldia.

Diante desse cenário dantesco, o humor apresenta-se como uma centelha nessa *sociedade depressiva humorística*, acenando com a possibilidade de enxergar contra o que se deve lutar, o que vale a pena desterritorializar. Aceitar a proposta de Birman (2005) de rir e fazer piada cotidianamente é uma tentativa de ampliar os laços. Mas quanto é possível rir em espaços onde imperam a repressão ou o imperativo Trabalhe! Trabalhe! oculto nas diversas exigências de flexibilização? O riso fica melhor em casa, na frente da tela, assistindo aos chamados programas de humor ou ainda solto em gargalhadas programadas a serem emitidas nos encontros de trabalho.

Talvez, refletir sobre o que Dardot e Laval apresentaram (2015) sobre a urgente necessidade do sujeito em se repensar para não prosseguir uma luta de subjetividade, que ao contrário de antagonizar com a subjetivação neoliberalista, a alimenta em sua voracidade de apropriar-se do novo que escassamente se apresenta. O convite dos autores é para a construção de uma subjetivação alternativa que se dá na construção do *comum*, a partir de situações do comum, sobre as quais é preciso trabalhar ativamente, sem um governo a gerir, e sim com todos engajados em uma coprodução de novas regras ou normas. E a partir do trabalhar o comum, produzir-se a si mesmo, podendo então surgir o sujeito da emancipação, aquele que se constrói por práticas de liberdade.

A subjetivação alternativa é uma proposta de retorno ao sujeito pelo social, e, portanto, percorrer o caminho das formações de laço social pelo humor pode ajudar nas pistas da constituição dessa subjetividade em encontro com o outro.

Laços identificatórios.

Freud (1905/1996a) inicia a reflexão sobre o laço social e o ato político promovido pelos ditos espirituosos. Há duas características que compõem essa política, a primeira refere-se ao próprio conteúdo do dito espirituoso, que busca satisfazer as pulsões sexuais ou agressivas, através da suspensão do recalque originada pela censura e pela moral cultural, no caso das piadas políticas, quando seu alvo são figuras representativas da autoridade e a hipocrisia de algumas instituições sociais. A segunda característica política é menos óbvia, apesar de ser justamente a característica que Freud ressaltou como o processo social promovido pela piada, o impulso de

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

passá-lo adiante, transmiti-lo. O processo do dito espirituoso só se concretiza quando ela é contada a alguém, a participação da terceira pessoa é que possibilita a comprovação da eficácia do dito espirituoso e o surgimento do riso.

Mais adiante, Freud (1927/1996b) tenta elucidar a função do público, terceira pessoa, na estrutura do dito espirituoso, e explicita bem que este é efetivamente um processo social. Ressalta o seu papel no reforço dos laços identificatórios estabelecidos em um determinado grupo, ao eleger uma segunda pessoa como seu alvo, o bode expiatório de toda a agressividade do grupo, o que acaba por reunir o grupo em torno daquilo que é o estrangeiro. Para Kupermann (2005), o humor, mais do que reforçar laços sociais pré-existentes, é um ato que denuncia as hipocrisias e os engessamentos sociais vigentes, e promove uma *desterritorialização* em um local já constituído, permitindo, assim, a via para a ventilação do pensamento e para a criação de modos de sociabilidade até então inéditos.

A análise conjunta das duas obras sobre o humor e os avanços na psicanálise freudiana no intervalo entre elas, permitem a Freud a reformulação da teoria da sublimação e mesmo a concepção do ato político do humor. Assim como permitem a Kupermann (2003) redimensionar o papel da terceira pessoa na piada, conforme passa a ser exposto.

A primeira função que Freud atribui à terceira pessoa seria a de testemunha do sucesso do dito espirituoso, como fosse esse um avalizador do jogo e do nonsense promovido pela primeira pessoa. Kupermann (2003) afirma que a piada transgride, pela linguagem, os princípios que regem a razão e os códigos sociais que impõem o recalçamento de certas pulsões sexuais e agressivas. Aqui, o outro assume uma função de autorização dessas mesmas transgressões, e não apenas de testemunho. Os afetos prazerosos proporcionados pelo dito espirituosos então precisam ser compartilhados, a transgressão criada pelo humorista precisa circular com pelo menos mais alguém que componha com esse uma identidade grupal.

Para ampliar a ideia de compartilhamento do dito espirituoso é destacado aqui como esse ganha o caráter de mensagem e é sancionado pelo Outro na teoria lacaniana. O dito espirituoso, para Lacan, ganha o estatuto de uma mensagem justamente por apresentar algo de novo e distingue-se do código, diferença essa sancionada pelo Outro. Portanto, para que o dito espirituoso ocorra é preciso que o terceiro reconheça no código uma mensagem, e que essa seja reinscrita como uma tirada espirituosa, provocando um alinhamento da mensagem no código. O

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

dito espirituoso aponta para algo fora do significante, “... designa, e sempre de lado, aquilo que só é visto quando se olha para outro lugar” (Lacan, 1957-1958/1999, p.29).

É preciso melhor compreender o chamado código e a mensagem em Lacan (1957-1958/1999). A fala do sujeito possui dois planos, cuja distinção se faz da seguinte maneira: um é o plano do discurso corrente, do código, que é comum à realidade, onde se produz o mínimo de sentido, uma vez que aí o sentido já está dado pelos ideais comumente aceitos, fala-se do lugar comum. O outro plano é o da mensagem, onde, devido ao resultado da conjunção entre o discurso e a cadeia significante, vem à luz o sentido. Este último é o espaço que o humor utiliza através dos seus recursos de linguagem para anunciar algo novo dentre o que é comum.

Freud já chamava a atenção para a necessidade de um público próprio para acolher o dito espirituoso, esse público deveria possuir uma conformidade psíquica com aquele que formula o dito. Kupermann (2003) afirma que essa conformidade psíquica, construída a partir de identidades já constituídas e celebradas em laços sociais, amplia-se com o advento da prática lúdica própria do humor, gerando novas conformidades psíquicas e inaugurando um movimento criativo nos psiquismos dos integrantes daquele público específico.

Kupermann apresenta um novo dinamismo para a *paróquia* que compartilha o dito espirituoso. E Fernandes (2008), ao discutir como Lacan pensou os ditos espirituosos em seu seminário cinco, ressalta a importância que o autor reserva ao Outro. Ele é fundamental não apenas para a formação do dito espirituoso, mas por estar ali também como sujeito. Para que haja uma tirada espirituosa é preciso que o Outro se dê conta de um sentido mais além, capaz de marcar a formulação do desejo. Nos estudos lacanianos fica evidenciado que o motivo do prazer nas formações espirituosas não é o *nonsense* (sem sentido), mas uma comunhão entre o *peu-de-sens* (pouco sentido) e o *pas-de-sens* (passo de sentido). Ao outro cabe decodificar o que aquela mensagem porta de sem sentido (deslocamento) e o que foi capaz de condensar para um passo de sentido (metáfora).

Do exposto, vale insistir no papel social do dito espirituoso, o compartilhamento social de um afeto gerado pela transgressão e que solicita emergencialmente a sua transmissão. A experiência afetiva do dito espirituoso não reside apenas na suspensão do recalque, experiência essa mais individualizada, e também não se refere apenas a um contágio psíquico das massas. Somente após transcorrido o período necessário para Freud trabalhar outras questões psicanalíticas é que então se pode positivar o afeto coletivo e político promovido pelo humor,

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

considerando-o um afeto inerente à promoção do laço social. Esse afeto é entusiasta por permitir uma sociabilidade sem destruição da singularidade pulsional e desejante.

Tal realidade torna-se bastante animadora se considerarmos que na obra de Freud não há uma teoria *stricto sensu* da cultura e nem uma teoria política elaborada. Entretanto, há indicativos e reflexões suficientes acerca da problemática crucial na vida social e política, que seria o conflito irreconciliável entre o sujeito, em sua individualidade narcísica e singularidade pulsional, e sua necessária e constitutiva inserção social. Nos ensaios freudianos sobre vida cultural, o que se pode perceber é que a coexistência dos sujeitos em uma vida grupal somente é possível quando essa congregação de individualidades conquista o equilíbrio ideal que permita a proximidade, mas preserva a individualidade. Esse equilíbrio dependerá do desejo singular, bem como do narcisismo aliado à destrutividade dirigida ao outro. Portanto, o laço social implica nessa busca de equilíbrio construindo-se em uma convivência social e política processual, possível somente por um movimento e gestão constantes para melhor adequação de contextos.

A estruturação dos laços sociais deveria, portanto, suportar a estabilidade própria da junção de individualidades, caracterizada pela insatisfação permanente devido à sujeição às constantes variantes da natureza e ao desejo humano de buscar uma satisfação que nunca será completa, por tratar-se de uma insatisfação incessante que nos incita a outros caminhos. Esse jogo de forças que confronta vida e morte, permite a construção de uma criativa e permanente transformação. Mas tal instabilidade não soaria contrária a um projeto civilizatório, que teria como principal sustentáculo a garantia de uma união social sólida e duradoura?

Sendo o objetivo da civilização proporcionar segurança aos seus agregados, pois do contrário pensaríamos em um retorno a barbárie, que espaço poderia ocupar a transgressão alegre e socialmente compartilhada do humor? A política do humor contribuiria para proporcionar laços identificatórios e troca de experiências afetivas satisfatórias, mantendo abertura para a transformação social a partir da criação de novos objetos de compartilhamento social.

É justamente contra a opressão massificadora que o humor volta a sua transgressão. Na obra *O Humor* (1927/1996b) esse movimento pode ser resumido na seguinte advertência: se o sujeito não afirmar insistentemente seu potencial sublimatório, erotizando a vida e celebrando o laço social, estará destinado à tirania do Supereu, que nesse caso se incumbirá de abolir o desejo no registro das subjetividades, e a violência e a guerra no corpo social. O movimento de criação comum ao humor é o que permite ainda a elaboração de um projeto que venha solapar formações

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

idealizadoras, por vezes sustentadas desmedidamente por figuras de autoridades. Esta dinâmica garante a viabilidade de uma vida política, via a criação de projetos futuros.

A abertura de sentido na vida social promovida pelo humor teria como contrapartida o advento do entusiasmo necessário para a promoção do laço social, afeto coletivo que corresponde à alegria experimentada por cada um em seu processo de criação sublimatório. O entusiasmo gerado pelo reconhecimento por parte do sujeito de sua condição política, na sua potência transgressiva e transformadora do mundo talvez seja, para Kupermann, o que leve Freud (1927/1996b) a ressaltar a grandeza e dignidade do ato humorístico.

Os laços sociais criados pelos ditos espirituosos e sua positivação do afeto coletivo e político, ao manter a singularidade pulsional e desejante do sujeito e ainda colocar em xeque as formações idealizadoras, refletem em interessantes reflexões para o mundo do trabalho. Em muito foi aqui descrito como as práticas gerencialistas são capazes de desatarem e impedirem construções de laços sociais em seus ambientes. Os sujeitos nesse contexto são chamados a agirem como empresários de si mesmo, e isso não se faz sem uma relação de concorrência com o outro. Aceitam ocupar esse lugar de gestor de si mesmo e concorrem com o outro, pois subjetivamente se relacionam consigo mesmo, como um capital a ser constantemente autovalorizado. Comportamento materializado no consumo desenfreado de coisas materiais e imateriais.

Prosseguir a descrição do sujeito inserido no mundo do trabalho contemporâneo é necessário para enxergar a possibilidade do vislumbre do sujeito do desejo, aquele que ainda possui alguma chance de buscar consolidar laços sociais. Portanto, o sujeito submetido às novas formatações de trabalho, não apenas converte internamente os valores do sistema, como vivencia uma ultrasubjetivação onde se busca ir além de si mesmo, não bastasse as exigências do mundo moderno. Essa realidade formuladora de uma nova subjetivação provoca modificação nas relações do sujeito consigo e com o outro, sendo o próprio sujeito a alavanca dessas mudanças. Frente a essas novas configurações da subjetividade humana, criar um coletivo a partir de um projeto que solape os excessos de desmandos, somente é possível a partir de trocas nas relações sociais de algo que circule no campo do desejo, e não apenas no campo do real.

Qual a pista que nos deixa a formação de laços via os ditos espirituosos? A criação e propagação de um discurso que porte o novo, dentre uma realidade deslibidinada por ser repetitiva e previsível em manter o consolidado. Novo, por revelar algo do afeto do desejo

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

negado, com a potência de inserir o Outro nesse discurso, ao denunciar algo que inviabiliza não apenas a individualidade de um, mas de todo um coletivo.

A psicodinâmica do trabalho em seu principal expoente, Dejours (2012a) contribui em muito para explicar essa relação de socialização com o outro a partir de alguns dos seus construtos, o reconhecimento, a cooperação vertical e horizontal, apresentados aqui em sua interface com o humor.

A cooperação, segundo a psicodinâmica do trabalho, pode construir uma solidariedade fundamental entre a subjetivação e a implicação coletiva na vontade de contribuir com as condições éticas do viver junto. Portanto, a ação coletiva somente é racional se ela se dá como objetivo não apenas de luta contra a injustiça, mas de forma explícita e prioritária, também a celebrar a vida tomando de empréstimo aquilo que procede da subjetividade. Assim, como uma das características do dito espirituoso que pretende celebrar a capacidade de superação das limitações do sujeito e do seu coletivo frente às dificuldades impostas no real.

Uma das formas de se trabalhar em um coletivo é através dos acordos firmados entre os trabalhadores, e que se estabilizam em acordos normativos ou ainda sob a forma de regras de trabalho, apresentam sempre um vetor duplo: o objetivo de eficácia e qualidade do trabalho e o objetivo social. A cooperação supõe um compromisso que é a um só tempo técnico e social. Essa combinação permite que a organização real do trabalho evolua, tanto em seu sentido horizontal como vertical. Nas ligações informais da convivência ordinária nos locais de trabalho, assiste-se ao encontro não apenas dos pares, mas também dos chefes. As ligações de cooperação, como dito acima, não são apenas horizontais, entre pares, são também verticais, nessas ligações pode-se apreciar não apenas a civilidade, mas também a sua construção a partir das relações de poder.

Em uma experiência de atendimento coletivo na Clínica do Trabalho do Projeto Práticas em Clínica do Trabalho da Universidade de Brasília (Gama, Mendes, Araújo, Galvão & Vieira, 2016), desenrolou-se a seguinte cena que ilustra o questionamento e o efeito do dito espirituoso a uma prática arraigada de poder: o grupo em atendimento discutia já há duas sessões qual a forma de se coordenar as atividades do local. O que estava em jogo na verdade era o excesso ou a ausência de autoridade por motivos diversos.

Um dos profissionais, ocupantes de um cargo de gerenciamento, ao narrar de forma eloquente como “aprendera”, por meio de recursos particulares, a dirigir a palavra educadamente (algo não perceptível naquele momento, a entonação era alta e autoritária) aos seus subordinados

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

e colegas é interrompido por outro componente da equipe que diz de forma jocosa: “Você está pagando para ser grossa”!

O momento e a entonação em que a frase foi proferida provoca risadas generalizadas, inclusive para a pessoa a quem foi dirigida. A risada seguiu-se a um pedido de desculpas ao grupo pelo ocupante do cargo gerencial. O sujeito parece entender, naquele momento, a falta de concordância entre sua postura e o discurso proferido.

O ambiente de trabalho em estudo é marcado pelo desmando, provocado pelo excesso ou ausência da coordenação das atividades locais. O que acaba exacerbando individualidades em detrimento a uma atividade essencialmente coletiva. Situação essa que se reflete na incapacidade do grupo em evoluir para um coletivo de trabalho, e, sendo assim, desenvolver um trabalho de cooperação em suas duas vertentes horizontal e vertical.

A palavra *Grossa* parece apontar para um comportamento comum no ambiente em questão: a agressividade dirigida aos trabalhadores da equipe, podendo ser esse um gerente, subordinado ou colega. Esse comportamento *grosseiro* dirigido ao outro, ocorre quando deparam com a falência de um projeto supostamente coletivo, apesar de insistirem em individualizá-lo.

Em ambientes de trabalho que permitem essa convivência coletiva, que constrói as ligações de cooperação, possivelmente possuem no humor uma excelente ferramenta. Reconhecer a falência individual, processo que permite a formação dos ditos espirituosos, torna coeso o grupo que atua no campo da cooperação horizontal, e, ainda, incita a modificar o estabelecido socialmente ao interferir no campo da cooperação vertical. Esta última dinâmica, conhecida como a desterritorialização no humor é a que permite mudanças no campo social.

Para Dejours (2012a), a satisfação pulsional está nesse encontro social marcado pela cooperação, mas isto não significa um movimento altruísta. A implicação na cooperação diz respeito às pulsões egoístas ou egóicas, isto é, diz respeito a um investimento narcísico e não ao investimento objetal. Os indivíduos, ao se engajarem em um processo de cooperação, buscam obter resultados nos registros da proteção de si, preservando assim sua identidade, e no registro da realização de si mesmo, lutando pelo reconhecimento. Portanto, a cooperação exige ligações de civilidade e de convivência, permitindo que coexistam e equilibrem os egoísmos do grupo pela elaboração de compromissos negociados entre indivíduos do coletivo. O investimento pulsional do indivíduo seria socializado via o espaço de cooperação. Superar os anseios narcísicos pelo

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

laço social no mundo laborativo, encontra no compartilhamento do dito espirituoso um exemplo categórico da superação das ambivalências psíquicas para o seu alcance.

A obtenção de uma coerência nas contribuições singulares de cada sujeito dar-se-á pela cooperação que possibilita então a organização do trabalho, que se torna efetiva apenas se cada um desejar. E a partir do desejo, Dejours (2012a) introduz o conceito de mobilização subjetiva. Elemento que reúne as condições para que os sujeitos se engajem na dinâmica de construção e de evolução da organização de trabalho.

A cooperação é o manifesto da vontade dos sujeitos em trabalhar juntos, e esse manifesto somente ocorre se o sujeito estiver mobilizado subjetivamente. O que implica na constituição de um espaço que acolha a criatividade do sujeito em prol de um coletivo. Para que isso ocorra, as organizações de trabalho não devem ser desoneradas como objeto político que são, de pensar, conceber e tolerar em seu meio tal atividade e seus riscos. “A tolerância e a manutenção de um espaço de deliberação no trabalho só são possíveis se a direção da empresa assumir a decisão de conceder aos trabalhadores uma parte do poder sobre o ajuste e o controle da organização no trabalho” (Dejours, 2012a, p.102).

Para Dejours (2012a), o trabalho e a cooperação, mais do que o amor e a libido, podem situar-se no princípio das ligações que unem os sujeitos em um mundo comum. A participação na realização de uma obra coletiva gera o entusiasmo, desempenhando um papel de mediação extraordinário nas relações entre pares e esconjurando a rivalidade entre pares e os seus desdobramentos, mas também permutando o sexual pelo trabalho.

Após essa longa digressão sobre alguns conceitos fundamentais da psicodinâmica do trabalho e como esses se relacionam diretamente ao desejo e o seu potencial para libinizar as relações sociais, talvez fique mais claro pensar a função do humor, não como uma estratégia de defesa, e sim como poderosa ferramenta para a constituição da mobilização subjetiva. Pois, é justamente contra a opressão massificadora do Supereu que o humor volta a sua transgressão. Kupermann (2003) resume esse movimento de superação humorística à tirania do Supereu no campo do trabalho, ao tratar dos representantes superegóticos e de como o sujeito pode resistir a eles, pela afirmação insistente do potencial sublimatório erotizando a vida e celebrando os laços sociais. Nesse momento, outra característica social merece ser destacada, a transgressão.

Caráter transgressor.

O caráter transgressor é outro elemento do humor que permite a visibilidade de sua importância nas relações sociais, e, portanto, nas de trabalho. Segundo Kupermann (2003), o riso, para Freud, seja na piada ou pelo humor, possui em comum a transgressão. Na piada, ao ocorrer a suspensão do recalque, a satisfação pulsional é obtida, bem como se reafirma o laço social, é uma transgressão autorizada. Em decorrência desse fato advém a necessidade, indicada por Freud, da repetição da piada. Já o humorista brincaria com a iminência da morte transgredindo o princípio da realidade em benefício do princípio prazer, autorizado pelo Supereu, que passaria a servir a uma ilusão. Nesse sentido, o caráter rebelde do humor se opõe à resignação do sujeito frente às adversidades do real e aos imperativos sociais.

Sendo assim, os ditos espirituosos possuem caráter transgressor do recalque ao vislumbrar novas possibilidades identificatórias e sublimatórias, criando novos modos de sociabilidade. Quando se transmite um dito espirituoso busca-se compartilhar uma crítica social, denunciar hipocrisias comuns a qualquer grupo e evidenciar idealizações. A elaboração de ditos espirituosos promove, mesmo que temporariamente e de forma subversiva, a libertação de imposições sociais anacrônicas. Essa dinâmica, entretanto, cobra um preço angustiante em certa medida, a desterritorialização de algo até então mantido pelo próprio grupo. Sendo assim, o dito espirituoso permite o exercício da liberdade, mas não sem uma experiência de angústia coincidente com a emergência de processos criativos.

A transgressão contida nos ditos espirituosos guarda estreita relação com o poder, já que um de seus alvos são as estruturas que mantêm o *status quo* de forma repressiva. Para se pensar o manifesto desse dito espirituoso é preciso reconhecer o momento sócio-histórico em que ele é proferido, compreendendo assim do que o dito trata. Como afirmado por Lacan “... só existe tirada espirituosa particularizada – não há tirada espirituosa no espaço abstrato”. (Lacan, 1957-1958/1999, p. 12).

Orientado dessa forma, cabe o registro de uma importância histórica e não apenas metapsicológica da obra de Freud sobre as piadas. Importância destacada por Billing (2002), para quem o livro dos chistes foi uma rebelião intelectual contra todo o movimento anti semitista, vivenciado nas primeiras décadas do século vinte. Entretanto, poucos psicanalistas da época compartilharam dessas ideias com Freud. É preciso que esse contexto seja considerado em uma análise da obra de 1905, pois pode revelar a dimensão do quanto Freud conseguiu rebelar-se

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

contra a ordem social, e o tanto que ele foi reprimido por essa mesma ordem, justamente o paradoxo do poder retratado em sua obra.

Ainda sem o alcance pretendido por Billing, mas refletindo sobre o contexto judaico, Brumer (2009) busca esclarecer como o humor judaico é utilizado pelos próprios judeus. O autor entende o seu uso como uma estratégia de sobrevivência e reação às agressões (reais ou imaginárias) vividas por esse povo. O que os leva, em sua vulnerabilidade diante da violência, a afirmar sua superioridade e seu direito de viver sem restrições.

Ao analisar as transformações das piadas judaicas ao longo do tempo, Mezan (2001) entende que a função desse tipo de humor mudou. Talvez na atualidade não seja mais oferecer canais para a liberação da agressividade, nem para a manifestação socialmente admitida da agressividade, isto é, já não parece voltar-se contra a ditadura do Supereu, nem contra a autoridade do governo ou de religião. Seu papel é o de oferecer uma plataforma identificatória para os judeus se reconhecerem nas piadas formuladas ao seu próprio respeito. Ao fim, o autor entende como justificável pensar o humor judaico atual nem do lado das defesas, nem das sublimações, e sim, provavelmente, na região psíquica dos recursos identificatórios.

Em defesa ao teor crítico do humor, Slavutzky (2009) afirma que ele não pode defender uma religião e ideologia, ele é antiautoritário, e, por isso, muito atacado por ditaduras e radicais fundamentalistas. Portanto, se na atualidade a função da piada judaica mudou de função psíquica, como sugere Mezan (2001), no início do século vinte a sua relação com o poder e ao enfrentamento dos desafios é bem retratada na piada judaica. Muitas dessas piadas eram colecionadas pelo próprio Freud, que, por utilizá-las em seus escritos no livro dos sonhos, foi criticado pelo então amigo Fliess. Esse fato possui registro no prefácio, edição inglesa da *Imago*, do livro *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. A crítica, se não foi determinante, possivelmente precipitou a escrita dessa obra, revelando-se ser essa já em seu início transgressiva.

Em uma perspectiva ampla do alcance dos ditos espirituosos, Mezan (2001) afirma ser a piada um fenômeno social, por envolver um sujeito e mais alguém, quer na posição de objeto de hostilidade ou na posição de aliado contra tal objeto. Sendo assim, aquilo de que se ri pode dar uma pista importante sobre as instituições, os costumes, as crenças, as hierarquias sociais, os tipos característicos, enfim, aquilo que caracteriza uma sociedade ou parte dela. Fornece pista também sobre a estrutura psíquica dos componentes dessa sociedade, isto é, as relações entre os

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

vários níveis e mecanismos do aparelho psíquico em níveis universais, mas, em especial, em um dado grupo humano. Todos os seres humanos possuem um aparelho psíquico e equipamento pulsional bem como formas de lidar com os conflitos, que podem desencadear defesas, sublimações e identificações. Mas a experiência social e histórica de um grupo sedimenta conteúdos que serão determinantes para a socialização dos indivíduos pertencentes àquele grupo, fazendo deles o que são e não o que poderiam ser se tivessem nascidos em outra época em outro lugar.

Birman (2010) discute como o humor iguala ontologicamente o homem comum à realeza, e para isso utiliza de um fato histórico ocorrido no Brasil no final do século 20 início do 21. Trata-se da apreensão declarada de um ex-Presidente brasileiro despertada pelas charges publicadas matinalmente em crítica a sua figura. Esse ex-Presidente é conhecido pela alcunha *O Príncipe*. O humor contido nessas charges destitui *O Príncipe*, e revela ao cidadão comum que os limites e prerrogativas impostas pela existência são as mesmas para ambos. No campo do imaginário social, o cidadão comum acredita na onipotência do ocupante do poder ao supor que esse tanto pode lhe ajudar como prejudicá-lo através das políticas públicas. Por outro lado, quem exerce o poder acredita igualmente na sua diferença hierárquica em relação ao cidadão, e a expressa pelas políticas que decide executar.

Sendo assim, o cidadão sente-se ameaçado pelo poder e pode conduzir o seu ocupante à tirania. Em contrapartida, no campo do imaginário, a figura do Príncipe acredita igualmente que pode fazer o que quiser, pela aura que lhe foi conferida. Nessa perspectiva, o humor tem a potência de promover a ruptura no registro do imaginário social, e de remeter momentaneamente o cidadão e quem exerce o poder a sua igualdade ontológica. A risada do leitor ao ver a charge é resultante do alívio dessa percepção de igualdade, já ao Príncipe cabe o tormento de reconhecer o que sempre soube e negou, ao se deixar convencer pela indumentária real. Seria por essa irrupção promovida pelo humor, mesmo momentânea, que nos regimes totalitários as práticas públicas do humor e da piada são ostensivamente proibidas, devendo disseminar-se de forma clandestina.

Os ditos espirituosos são eminentemente sociais por desafiam insistentemente o poder e apontarem sua mortalidade, sendo assim, não existem fora do espaço social. Espaços de intimidade absoluta e do silêncio se opõem radicalmente aos enunciados humorísticos “... que não são apenas práticas discursivas como também se inscrevem efetivamente na *cena social* [ênfase do autor]” (Birman, 2010, p. 183).

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

De encontro a essa inserção na cena social, estudos da semiolinguística fazem uma análise do discurso humorístico e indicam a importância do contexto histórico na determinação dessa formação do inconsciente. Descrevem a confluência do locutor, destinatário e o alvo na piada. O locutor, aquele que conta a piada, desdobra-se tanto na pessoa que pertence a um mundo físico sócio-histórico, como na figura do humorista. O destinatário se subdivide em a pessoa que entra em contato com a piada, assim como é de certo modo uma instância idealizada pelo o que conta a piada. Já o alvo possui uma natureza cambiante, pode ser fusionado a cada uma das duas outras instâncias desdobradas ou desenvolver o papel de terceiro.

Porém, é o alvo - entidades, instituições, pessoas e comportamentos os quais o destinatário procura atingir e modificar – o que leva Vale e Mello (2012) a pensar nas visadas discursivas presentes nas piadas. Esses objetivos não são fáceis de perceber, pois um pode estar mascarando o outro, ou seja, o que a princípio se mostra com o objetivo de fazer rir na verdade busca a adesão dos ouvintes contra determinados comportamentos sociais. Essa complexidade importa em entender, no discurso humorístico, como se dá sua construção, o momento histórico em que ocorre e as relações entre os sujeitos envolvidos.

Ainda analisando a potencialidade da linguagem afirmada não apenas como constituinte do homem e do seu mundo, mas também como produtora do social, da cultura e da subjetividade, Gruda (2011) destaca um pressuposto importante dessa construção. A linguagem enquanto produção social, parte das relações de poder e se presta como instrumento de dominação, provoca um efeito homogeneizador quando alinha, classifica ou domestica discursos dispersos e heterogêneos. Nesse cenário o discurso humorístico é percebido como uma possibilidade de *trapacear* com a língua, e possibilita uma produção de sentido diferenciada dos discursos dominantes, caracterizado pela inversão e deformação do que é sério e ou instituído.

Entretanto, Gruda (2011) ressalta que o humor frente ao posicionamento da sociedade moderna, ou sociedade *depressiva-humorística*, tratada no início deste trabalho, pode perder o seu caráter combativo e contestador, tornando-se produto para consumo individual. E indica alguns padrões que domesticam o humor “... se fizer concessões para ser aceito, adequar-se à superficialidade de um consumo fácil, assimilar um tom politicamente correto e assumir um caráter *light*” (p. 752). O humor como objeto para consumo é neutralizado pelas estruturas de poder, deixa o seu viés revolucionário de lado, já que os ouvintes não fazem reflexões. Muitas

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

vezes, o próprio humorista se esquece de que o discurso humorístico porta uma crítica radical e revolucionária, dirigida às práticas sociais, ao poder e aos costumes.

Finalmente, Gruda lembra que o humor não dá explicações ou afirma outras *verdades* contra hegemônicas, “... ao contrário ele é capaz de produzir outros vieses que possibilitam notar que nem um (viés hegemônicos), nem outro (viés contra hegemônico), são infalíveis, corretos e/ou verdadeiros” (p. 757).

Para os autores (Irigaray, Saraiva, 2010) existe uma necessidade de politização do humor como forma de comunicação nas organizações, pois ele tem cumprido no meio organizacional o papel de auxiliar dos processos sociais de tolhimento e discriminação social. Em consulta a literatura especializada, os autores afirmam existir evidências de que as novas técnicas de gestão adotadas pelas empresas nas últimas décadas procuram abolir controles rígidos de trabalho, mas, em contrapartida, tem adotado outros mecanismos de controle mais sutis como, por exemplo, o humor. O estudo conclui que a comicidade, ironia, piadas e anedota naturaliza como exemplo a homofobia no ambiente de trabalho e é utilizado como instrumento de controle.

Ainda para os autores, chacotas, piadas e comentários bem humorados podem burlar os discursos organizacionais, estigmatizar, corroborar preconceitos e funcionar como controle social. Portanto, entender esses códigos humorísticos é desvendar em parte áreas demarcadas como perigosas, constrangedoras ou tabus. O que parece faltar nessa leitura é a compreensão dos elementos constitutivos do humor, que permite a promoção dos laços sociais de forma transgressora e sublimatória. Portanto, apreender esses elementos no contexto do trabalho nos ajuda a entender contextos que dizem promover a comunicação no meio laboral, e no entanto estão a manter o interdito adotando “novas estratégias de gestão”.

A função política do dito espirituoso é insurgir contra a proibição do pensamento, a sua pobreza erótica. E permitir assim criar estratégias sociais de desmonte e de desconstrução daquilo que oprime. O presente estudo nos leva a pensar no caráter transgressor dos ditos espirituosos, contextualizados, sempre em um intervalo histórico. O que talvez ajude a definir sobre e como se transgride afinal. O cenário contemporâneo, já descrito aqui, deve ser considerado sempre na produção de humor. É sempre pouco lembrar de que se trata de um cenário antissublimatório, onde espaços de fala não são incentivados, de laços sociais destruídos, de manutenção e reprodução de poder sobre o invólucro da flexibilidade, o que lhe permite diversas facetas da opressão e formatação de subjetividades neoliberalistas.

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

Vimos em Dardot e Laval, especialmente, que uma nova subjetivação nasce desse contexto social, e é dessa que podemos esperar o surgimento de formações psíquicas, sejam essas os sonhos, os atos falhos, os sintomas ou o dito espirituoso. O dito espirituoso nesta pesquisa é o objeto de estudo justamente por ser a formação psíquica que promove o discurso, e por isso dotada de sociabilidade. Enfim, que tipo de comicidade é possível de ser produzida se concordamos com a nova subjetivação do homem contemporâneo? Por tudo o que foi visto até agora no contexto ao qual o sujeito está inserido, em primeiro momento pode-se pensar que resta apenas a sub-espécie do cômico à ironia, pelo seu poder de confirmar discursos homogênicos.

Esse contexto torna mais fácil entender o funcionamento da *sociedade depressiva-humorística* (Kupermann, 2003), agora bem enquadrada pela *subjetivação neoliberalista* de Dardot e Laval (Andrade & Ota, 2015), e compreendida em sua configuração psíquica, aliás, revelada no espaço social do trabalho, o que Safatle (2016) chamou de *sofrimento de flexibilização*. Entretanto, fica a expectativa de dirigir o olhar para outro lado, o humor ensina isso, ele busca outra faceta da instância tirânica e a contorna. Persiste a esperança em apostar na ambivalência constituinte do sujeito, que o torna capaz de proferir discursos que, mesmo raros, possuem rebeldia suficiente para desterritorializar espaços julgados sólidos.

Registra-se aqui, de forma abreviada, a evocar esperança contra uma sociedade depressiva-humorística, um fato recente que marcou o cenário brasileiro em uma das festas mais populares do mundo, o carnaval de 2018. Trata-se do desfile de uma escola de samba que teve por ousadia conchamar o povo a pensar de forma unificada, o presente e o passado, sobre quem são os exploradores e expropriadores das riquezas, materiais e imateriais, dos trabalhadores. Presente e passado resumidos em um lapso temporal, cento e trinta anos após a escravidão brasileira. Onde se identificou no marco histórico da contemporaneidade os neocapitães do mato, nominados como neoescravagistas do sistema neo-Liberalista. A liberdade foi gritada e entoada em uma festa popular, correu a mídia em diversas fontes, e na rede, em sua fruição, sob o símbolo *#naosouescravodenenhumsenhora*.

O exemplo apresentado leva a algumas conclusões e expectativas. O tempo do inconsciente é atemporal, produzir novas subjetividades expressas em formas de poder e em contracondutas requer o trabalhar, o modificar e o expressar contínuo. O tempo e os seus atores históricos dirão como um grito libertador inscrito em um discurso humorado, capaz de despertar

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

um *sorriso entre lágrimas*, será absorvido e subjetivado historicamente. A partir desse criativo e humorado desfile é hora da entrada do terceiro elemento social do dito espirituoso, a sublimação.

Sublimação.

A criação sublimatória nos ditos espirituosos é identificada no construto teórico freudiano no intervalo de vinte e dois anos dos seus escritos sobre o humor. É expresso no escrito *O Humor* (Freud, 1927/1996b), quando o autor, de forma reflexiva, parece afastá-lo dos processos de defesa. A construção da teoria do narcisismo, como a da formação dos ideais e sua distinção da sublimação parecem ser decisivos para a revisão da *atitude* do humor na obra freudiana, bem como o aspecto estético dessa formação espirituosa aproximada do ato artístico e que esculpe o desejo coletivo.

Para Ungier (2001), se com o livro das piadas Freud definiu o humor como um mecanismo de defesa, pois em forma de frase espirituosa provoca alívio no orador evitando o desprazer, no segundo escrito, após a mudança teórica introduzida pela segunda tópica, Freud conceitua o humor como um fenômeno que, apoiado pelo Supereu, evidencia ganho de prazer. A autora evoca os estudos sublimatórios como acréscimo para esta mudança. Segundo ela, no humor a pulsão contorna o real e encontra o trajeto natural de circulação. “Diante do real, fruto da pulsão de morte, engendra-se uma curiosa obra de arte (...) o humor é produto da sublimação, destino pulsional por excelência e marca da constituição do sujeito (p. 12)”.

Alguns autores, inclusive Lacan, contestam a participação do Supereu no processo sublimatório, alegando ser o Ideal do Eu a instância partícipe desse processo. Tal controvérsia é passível de compreensão, já que as duas instâncias são dificilmente discerníveis na obra de Freud. Para Mijolla (2010), a sublimação está ligada ao *investimento de um tempo futuro* e ao trabalho para se conseguir isso. Tal dinâmica é o que aproxima a sublimação dos processos de reelaboração identificatórias como: o trabalho de luto, o do humor, o tempo do período de latência e a cura psicanalítica. Portanto, o Ideal do Eu em sua busca para tornar-se como o pai incita qualquer atividade que possa resgatar uma imagem identificatória valorizada para o Eu.

Mijolla (2010) apresenta a diferenciação entre idealização e o processo sublimatório, assim como o fez Freud (1914/2010b). A idealização introjeta identificações inconscientes emprestados dos objetos do Édipo sem que esses sofram elaborações. A sublimação trabalha sobre o luto do próprio Eu. “A representação sublimada de si é ligada a um projeto preciso e

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

limitado, no qual a própria busca terá o poder de restituir ao Eu a imagem ideal que ele perdeu” (Mijolla, 2010, p. 503). Essa lógica sublimatória, leva a autora a afirmar que o processo está ligada ao investimento de um tempo futuro e ao trabalho.

Mijolla privilegia no estudo sublimatório, não a transformação da pulsão sexual em um objeto criativo, mas sim as condições que tornam isso possível. Esse discernimento reforça a compreensão de que o humor se firma não pelo triunfo narcísico, a conquista da risada pelo outro. O humor se firma pela invencibilidade do Eu no mundo real, realizando um trabalho sublimatório, que transforma desamparo em arte e assim sustenta o princípio do prazer.

O circuito sublimatório, difuso na obra de Freud, é aqui representado em Cruxên (2004). Na sublimação ocorre a deserotização do objeto primário para um objeto artístico e, ao fim desse percurso, o público é chamado a testemunhar esse circuito pulsional, da libido para outra fonte pulsional. O humor frente ao desamparo, perda do objeto primário, não busca a proteção paterna o enfrenta sozinho, essa busca é muito bem representada pela orfandade em Kupermann (2017) “...reconhecendo-se órfão desse mesmo pai, ao contrário da identificação narcísica que, por meio da perpetuação da sombra de um objeto idealizado, promove os quadros melancólicos (e também masoquistas) [paratenses do autor] caracterizados pelo empobrecimento do sujeito.” (p.78).

O sujeito órfão, *aquele que se identifica até certo ponto com o pai*, como defendido em Kupermann (2017), reconhece em si e no outro a falência de um atributo que o faça onipresente e onisciente, e essa percepção da ausência permite a condição para o trabalho da imaginação criadora. A percepção da ausência leva o sujeito a investir em objetos, o trabalho em Mijolla (2010), que possam nos satisfazer e nos manter produtivos, renovados e inovadores, portanto, mesmo confrontados com realidades limitantes, a saúde mental é mantida pela criação. Essa é a perspectiva da sublimação, o movimentar-se criativamente frente a situações adversas, contrariamente ao comportamento paralisante, idealizador e ou identificatórios em contextos ameaçadores.

O humor, como qualquer ato sublimatório, prescinde da proteção paterna, para Cruxên (2004), o desafio paterno é algo presente em muitos artistas, o que caracteriza muito das suas inovações, por exemplo, no ofício do trovador ou cantador alia-se a improvisação para desmontar o argumento provocador. Nesse contexto o desafio é um motor do processo criativo, da mesma forma pode ser pensado o humor. O humor é comparado ao processo artístico também por Francisco (2015), como a vontade de recriar, recuperar algo que se perdeu. A criatividade deriva

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

do sentimento de incompletude, assinalando a reparação de uma ferida narcísica. A reparação é o mecanismo pelo qual o indivíduo procura reparar os efeitos produzidos no seu objeto de amor pelos fantasmas destruidores a ele dirigidos. Mais do que o caráter defensivo perante aos impulsos, emerge a aceitação dos impulsos, tal como a sublimação, a reparação permite a administração dos impulsos.

Francisco (2015) assume o humor como forma de arte não apenas pelo caráter literário que o envolve, mas também pelos pontos de convergência com a sublimação: ambos sugerem um tênue limite entre a defesa frente à angústia promovida pelos excessos pulsionais e o movimento criador, encontram-se a origem do brincar infantil, afirmam o sujeito das suas experiências de prazer e o reconhecimento dos limites impostos de qualquer triunfo onipotente e, finalmente, produzem laço social.

Por tudo o que já foi exposto, fica acentuado que a criação humorística, bem como uma criação sublimatória, transmite a postura afirmativa do sujeito diante do real, o jeito de dizer ou bendizer a vida, produzindo o efeito da graça, revela-se através da dimensão da estética, e, finalmente, encontra dimensão política no posicionamento do sujeito frente aos ideais e idealizações compartilhadas na vida cultural. Apontamento esse que permite a Kupermann (2003) ampliar o que foi dito por Freud em 1927, denunciando o caráter criativo e subversivo desse fenômeno que não se resigna e sim se rebela.

Há, de fato, importantes pontos de convergência entre sublimação e humor, ambos se situam na fronteira entre a defesa frente à angústia promovida pelos excessos pulsionais e o movimento criador, encontram suas fontes originárias no brincar infantil, indicam uma afirmação do sujeito das suas experiências de prazer e alegria, apesar do reconhecimento do limite do seu triunfo, e, finalmente, produzem uma modalidade de laço social baseado não na repressão pulsional, mas no compartilhamento afetivo.

Todavia, se o caminho da sublimação é interrompido, outros caminhos podem ser traçados. A dessexualização da libido sofre uma des fusão pulsional acarretando a presença no Eu da pulsão de morte, que será utilizada para o movimento, necessariamente agressivo, de constituição de novos objetos de investimento sexual. No entanto, se a criação desses objetos torna-se inviável, devido à idealização do objeto perdido, a pulsão de morte não contribuirá para o movimento de *desterritorialização* (Kupermann, 2017) necessário ao processo sublimatório, e sim alimentará o Supereu incrementando sua fúria sádica e mortífera.

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

Portanto, no humor o processo de desidealização da figura paternal, ou o reconhecimento da orfandade, impõe-se como o avesso do incremento do potencial mortífero do Supereu promovido pela idealização do objeto e oferecendo-se como paradigma do processo sublimatório. O humor, pelo seu processo criativo, convida o sujeito a pensar o que se oculta no pré-estabelecido socialmente. Esta é sua função, teimar com o *status quo*, alertando ao público que ele pode ocupar um lugar diferente daquele idealizado socialmente, essa desterritorialização social, o convite ao laço social e a transgressão ao imposto socialmente é que torna o estudo do humor tão importante no campo social.

Para encerrar a discussão do humor como processo sublimatório ou defensivo, apontada no presente trabalho, outras contribuições são aqui apresentadas. Ostrower (2000), abordando o humor como um mecanismo de defesa, tratou de forma singular a associação humor/ holocausto em sua tese que após foi vertida em livro e traduzida em hebraico. Durante cinco anos entrevistou judeus sobreviventes do holocausto e a principal questão feita era sobre o uso do humor nos campos de concentração. A autora pôde constatar o uso humorístico em várias modalidades, e sempre com o objetivo de reduzir subjetivamente as atrocidades e horrores vividos naqueles lugares. Percebe-se pela situação limítrofe entre a vida e morte grande produção do humor grotesco. Esse tipo de humor é exemplificado na piada lembrada por um dos entrevistados, que em 1943 encontrava-se em um campo de concentração em Plashow, mas tinha bastante consciência do que ocorria em Auschwitz. Ele jocosamente fazia referência a esse lugar quando os colegas de infortúnio queixavam-se sobre a falta de sabão em Plashow: “Sim, espere lá vamos ter sabão, eles têm uma indústria de sabão pessoal”. Essa mesma pessoa afirma que sem humor todos teriam cometido suicídio, pois era através dele que permaneciam humanos.

Em algumas situações de violência incomensurável, que levam a situações de estresse limite como a escravidão e o holocausto, o humor não apenas alivia, mas também salva, segundo Slavutzky (2014). Essa constatação é sustentada quando o autor discorda de Chaya Ostrower, que postula o humor como mecanismo de defesa. O humor é percebido como um ato sublimatório, e assim, como uma potência erótica. Para Lima (2004) é importante não se confiar num humorismo bondoso, pois a disposição da formação espirituosa é refletir sobre o sentimento do contrário daquilo com que se brinca. Se o humorismo revela compaixão, piedade, indulgência, é necessário pensar que esses sentimentos são fruto de reflexão sobre aquilo que lhe opõem desdém, despeito, escárnio. O humorismo decompõe as construções ilusórias que compõem a vida, não apenas para

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

rir delas, mas por compadecer-se daquilo que provoca dor. Finalmente, Slemenson (2007), após analisar a metapsicologia humorística e referendar a contribuição do Supereu no processo sublimatório, defende que a perspectiva de observar o humor em eixos polarizados como defesa e sublimação pode excluir outras funcionalidades do humor que não apenas as das vias defensivas ou criativas. Essa reflexão abre espaço para somar uma outra funcionalidade humorística segundo Mezan(2005), a de criar *plataformas identificatórias*.

O processo sublimatório determina toda a ação do dito espirituoso ao criar um elemento novo que se contrapõe ao estabelecido, mas sobretudo por esse elemento reafirmar a invulnerabilidade do Eu frente a uma realidade ameaçadora. Essa criação permite a composição da função social e política do dito espirituoso ao proporcionar a circulação e compartilhamento do desejo em uma cena social.

Discutir o enlace dos conceitos de mobilização subjetiva e sublimação em Dejours e Freud leva ao estudo da subjetividade e sua convocação pelo trabalho, portanto, a atenção será voltada para o processo sublimatório na psicodinâmica do trabalho. Esse processo é discutido pelas autoras (Amaral, Mendes, Chatelard & Carvalho, 2017) que, seguindo os preceitos dejourianos, descrevem como o trabalho implica na relação com o outro, mas acertadamente com um coletivo. Coletivo que mantém como eixo central dessa relação a cooperação, aqui já apresentado, e, portanto, trabalhar não é somente produzir, é também viver junto e construir regras coletivas.

Engajados nessa atividade deôntica (Dejours, 2012b), os sujeitos aguardam por uma contribuição, sobretudo simbólica, o reconhecimento. Esse julgamento do outro, que a princípio refere-se ao fazer do sujeito em um segundo momento, pode ser levado por ele mesmo ao registro do ser. O campo social, e não apenas o privado, ganha espaço determinante na construção da identidade do sujeito, para isso é necessário o olhar do outro sobre uma descoberta particular e exitosa da experiência criativa do sujeito em confronto com o real.

A concepção de sublimação, para a Psicodinâmica, tem no outro e no sofrimento a sua base. Pois, somente quando o sujeito responde ao confronto do real, encontro com o sofrimento, e é reconhecido pelo outro que se dá o início do movimento sublimatório. Possível apenas pela certificação externa, que lança o sujeito a buscar mais realizações construídas pela sua singularidade. No humor, o processo sublimatório também se constitui pela aceitação do sofrimento pelo sujeito e a entrada do outro, inaugurando o campo social. É o reconhecimento da

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

ausência, o órfão, para Kupermann (2017), que dita o tom trágico do humor, mas também é o que promove os laços sociais ao vislumbrar novas possibilidades identificatórias e sublimatórias.

Finalmente, é sugerido que o processo sublimatório envolve sofrimento tanto no descrito pela psicodinâmica do trabalho como no percebido pelo humor, bem como é sugerido que o papel do outro, tanto na figura daquele que reconhece o trabalho, bem como daquele que valida e compartilha a potência transgressiva do humor é essencial na estruturação de ambientes que asseguram a singularidade visando uma construção social saudável.

No entanto, se os sujeitos não conseguirem empregar investimento libinal na construção de objetos destinados ao propósito laboral, o cenário a ser vivido é de destruição, devido à dispersão dessa energia que fomenta em um agrupamento social como o do trabalho (lugar do exercício do poder) um jogo de aniquilamento e destrutividade dos sujeitos.

Método

*Existe toda uma biblioteca sobre o humor,
onde cem autores tentam defini-lo,
como há também inúmeras definições sobre
arte e mil remédios para a tosse.
Essa abundância é comprometedora.
Prova que humor e arte são indefiníveis e a
tosse incurável (Monteiro Lobato).*

Para responder às questões propostas deste trabalho, é realizada pesquisa bibliográfica, já que se trata de um estudo teórico e adotada pesquisa metódica e sistematizada em relação aos temas humor, psicanálise. Em relação ao tema trabalho, foram lidos autores especializados em sua vertente da racionalidade crítica e subjetivação do trabalho, essas pesquisas foram baseadas em literatura publicada em formas de livros, revistas especializadas, escritas ou eletrônicas, e outras fontes como congressos e seminários. Em relação ao tema humor e psicanálise, também foi consultado o pesquisador e professor da Universidade de São Paulo, notório na temática, Daniel Kupermann. A consulta direta a *expertises* na área de interesse é recomendada para o enriquecimento da pesquisa (Fontelles, Simões, Farias & Fontelles, 2009).

Definido o ambiente contextualizador do problema em estudo e conceitos básicos a serem explorados, iniciou-se a estratégia de busca e realização da pesquisa bibliográfica, possível após a eleição das palavras-chave (Treinta, Farias Filho, Sant'Anna & Rabelo, 2014). A pesquisa

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

bibliográfica utilizou os descritores humor/psicanálise. Foi utilizada a lógica booleana, as palavras-chave foram ligadas pelo conectivo *e*, esse foi escolhido porque a ação da pesquisa era restritiva e ambos os termos deveriam estar juntos no material pesquisado.

Para a pesquisa bibliográfica foi definido período temporal de 17 anos. O intervalo temporal dilatado é explicado por tratar-se de um estudo teórico acrescido do fato de ser uma temática com produção reduzida. Após a formação do banco de dados iniciais, pela busca bibliográfica nas bases de pesquisa, buscou-se extrair os artigos que não possuíam aderência com o estudo. Inicialmente, foram eliminados artigos duplicados, aqueles que não possuíam informações completas quanto a título, autores e periódicos. Os artigos restantes foram avaliados quanto à relevância em relação a três eixos principais: autores, periódicos e tema. Prosseguindo a filtragem de escolha, os resumos dos artigos eram lidos para avaliação da pertinência do conteúdo. Acresceu-se aos artigos os livros da área.

Em relação às obras freudianas, foram estudados a obra e o escrito que tratam da temática, *Os Chistes e sua Relação com o Inconsciente* (1905/1996a) e *O Humor* (1927). Ainda foi acrescido os escritos do autor elaborados no intervalo dessas obras, que contribuíram para consolidar e modificar o construto humor, como a sublimação, narcisismo e Supereu. Para definição desses escritos foi utilizado a referência bibliográfica dos autores Kupermann (2003) e Slavutzky (2014) em seus livros de referência sobre o humor.

Finalmente, foram utilizados dados extraídos de um atendimento coletivo ocorrido no Projeto Práticas em Clínicas do Trabalho inscrito no CAAE 49245615.9.0000.5540, no Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos, Universidade de Brasília. Dados empíricos podem ser utilizados com esse propósito, como forma de contribuir para o estudo teórico (APA, 2012).

Discussão

*Mas, e o humour?
A injustiça não se resolve.
À sombra do mundo errado
murmuraste um protesto tímido.
Mas virão outros.* (Carlos Drummond de
Andrade).

O humor é um dom raro, precioso e rebelde, não apenas por ser uma formação do inconsciente que eleva o Eu à tirania do Supereu, como inicialmente postulou Freud ao ressaltar o

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

trunfo narcísico, pela conquista da risada. O humor se firma pela invencibilidade do Eu, no mundo real. E o faz a partir da inauguração do circuito sublimatório, que transforma desamparo em arte e assim sustenta o princípio do prazer.

Esse objeto artístico, introduzido no mundo simbólico, inaugura um novo discurso, tendo em sua origem o desamparo e o afeto que lhe cerca. Ao falar de desamparo, indica-se a condição humana, e não apenas uma identidade específica, o convite para o Outro, começa a ser endereçado. Discurso, porque artisticamente apresenta-se como uma linguagem embrulhada pelo nonsense, e no encontro com o outro é desembrulhada pelo riso, e finalmente interpretada como um Dis-curso.

O humor guarda essa função social, mas persegue a política, sem a qual não se eleva. Portanto, porta a denúncia social de hipocrisias comuns a um grupo e idealizações. Desterritorializa algo previamente estabelecido por um sujeito, uma instituição ou forma de governo. Desafia diretamente o poder, a relação entre o oprimido e o opressor é causa de angústia e guarda facetas que o humor desconsidera, o masoquismo, a identificação, são algumas delas. Frente à angústia o humor triunfa, e o faz por que o sujeito humorista reconhece a falta, reconhece-a e a aceita. Assim sendo, é capaz de construir o discurso faltante, do qual o dito espirituoso elevadamente participa, discurso da falta, que o remete ao seu desejo.

Como fugir do imperativo *Goze!* Que se renova em tantos outros? Como se proteger do Supereu e sua voz imperiosa? A metapsicologia do humor vem auxiliar a trilhar esse caminho possível, o caminho que diz da falta e do desejo. O Eu, ao perceber sua vulnerabilidade frente às exigências do real, reconhece-se órfão, a orfandade descrita em Kupermann, e apresenta-se ao Supereu como objeto de desamparo. Identifica-se *em parte* com o Supereu, em outras palavras, identifica-se com aquilo que lhe falta, ou com aquilo que deseja, a outrora proteção. Proteção contida pelo Supereu – representante paterno –, e o que lhe é tirânico, é posto de lado. Assim, a poderosa instância repressiva pode convidar o Eu a fazer uma *pilhéria* sobre os perigos do mundo.

Pilhéria que leva a um riso, um sorriso entre lágrimas como dito por Freud. Sobre esse riso, a armadilha de Vivès tem algo a ensinar. Sobre a voz primordial projeta-se as armadilhas tão necessárias para mantê-la à distância, ou para, mantê-la domada. O canto é uma armadilha para a voz, um doma-voz. O riso no dito espirituoso não seria isso? Um doma-afeto? O sorriso

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

humorístico pode funcionar como uma armadilha para o afeto, a angústia que suscita é dominada pelo riso.

O dito espirituoso revela o real, o faz pelo simbólico e o oferta através de um riso. Entretanto, outra questão se apresenta, o que fazer com o afeto domado pelo riso? Compartilha-se socialmente o que foi domado, mas mantê-lo circulando não é algo fácil, em especial quando é pensado o contexto aqui interessado, o campo social do trabalho. Contextos que insistem em calar o novo e manter o gozo. A armadilha apanhou um peixe em um momento de graça, como na poesia *Antes do Nome* de Adélia Prado. O que fazer com o peixe caído na armadilha após o riso? Essa questão fica em aberto por enquanto.

... A palavra é disfarce de uma coisa mais
grave, surda-muda,
foi inventada para ser calada.
Em momentos de graça, infrequentíssimos,
se poderá apanhá-la: um peixe vivo com
a mão.
Puro susto e terror

Ao compreender a metapsicologia do humor pode-se avançar com mais amplitude sobre uma forma de discurso falicista, agora expresso no contexto social das relações do trabalho. Descrever o atual cenário político neoliberal onde assenta o discurso falicista, ou apenas discurso gerencialista do mundo do trabalho contemporâneo, permite reconhecer nos elementos sociais do humor – laços indetificatórios, caráter transgressor e sublimação – contribuições ao mundo laboral.

Safatle (2016), apoiado por pensadores do capital como Marx e Weber, resgata a afirmação weberiana sobre como a racionalidade econômica depende fundamentalmente da disposição dos sujeitos em adotar tipos de conduta. Recorre a Freud e sua sensibilidade ao construir o sistema repressivo psíquico em sua ambivalência. Tendo como referência o Supereu como instância moral, esse construto permite pensá-lo em contextos sociais amplos. A repressão não é sustentada apenas pela coerção, há sempre uma demanda de reconhecimento, uma demanda de amor dirigida ao Outro. A evolução desse raciocínio permite pensar nas subjetivações no mundo do trabalho constituídas nas relações sociais e na forma como o sujeito organiza-se internamente sobre essa égide social, e passa a relacionar-se socialmente.

O sofrimento de flexibilização é uma denominação cunhada por Safatle (2016) para a configuração psíquica, que tenta dar conta da nova formatação fluída do trabalho, e que

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

corresponde ao modelo político neoliberal. Associar essa terminologia e o seu estudo a um outro termo agora cunhado por Dardot & Laval (2015) a *subjetivação neoliberalista*, permite compreender, no espaço social do trabalho, como os sujeitos se integram e são acoplados pela racionalidade crítica de um sistema, que configura ativamente pelas ferramentas gerencialistas cada vez mais flexíveis e fluídas, a subjetividade humana, que tem em seus sujeitos elementos ativos na construção desse processo. O que leva Dardot e Laval a pensarem em saídas para esse cenário contemporâneo que extrapole uma politização da subjetivação, já que sistemas e pessoas encontram-se contaminados e contaminando um ao outro.

A lógica pensada pelos autores seria a *razão do comum*, que, basicamente, trata do retorno urgente do repensar do sujeito e sua reconstrução pelo espaço comum a um coletivo sem a intermediação do governo. Pois, sujeito em emancipação é aquele que se constrói por práticas de liberdade.

Para além dessa proposta emancipatória, mas sem perdê-la de contexto, o que é registrado por Safatle (2016) e corroborado pelos estudos e práticas de outros estudiosos no campo trabalho, aqui tratados, é o surgimento cada vez mais de sofrimentos psíquicos como depressões e transtornos de personalidade como as patologias narcísicas e bordelines. Pensar a dominância do surgimento desses quadros psíquicos no mundo do trabalho brasileiro a partir de 1980 (auge da implantação de práticas neoliberalistas no Brasil), não deve se restringir apenas a forma como esses tipos de patologias são desenvolvidas no mundo do trabalho, mas sim, ampliar criticamente o raciocínio para as formas como são geridos pelo mundo do trabalho os impactos provocados pelos conflitos que redundam dessas matrizes de sofrimento.

Safatle (2016) aponta uma dessas estratégias como a constituição de quadros clínicos (atualização nosográfica do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais/DSM na década de 1980) capazes de individualizar dinâmicas de sofrimento cuja estrutura causal mascara a possibilidade de compreender as relações profundas entre sofrimento social e psíquico.

A nova formatação do mundo do trabalho cada vez mais aproxima-se de uma configuração de lei que socializa o desejo em uma organização polar do *possível/impossível*. Na década de 1970, essa polarização apresentava-se em conformidade aos modelos de gestão imperantes à época, inflexíveis, rígidos, próximos à configuração psíquica neurótico obsessiva, e evidenciavam a polaridade subjetiva *permitido/proibido* (Safatle, 2016). Essa configuração, não que tenha sido substituída em sua totalidade pela atual, mas são polaridades que demonstram o

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

tanto que caracterizam, e são efeitos de um modo contaminante entre as organizações produtivas e sociais. A dinâmica do modelo neoliberalista para cooptar e reconfigurar-se segue o que é revelado da vontade dos sujeitos em movimentos sociais que eclodem, mesmo que em espasmos cada vez mais esporádicos, e transfigurados pelos canais de comunicação.

Antunes (2005) é um dos autores que analisam esses movimentos, os até alguns poucos anos insurgentes Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, os famosos *rolezinhos* nos shoppings do Rio de Janeiro, as manifestações sociais brasileiras de 2003 conhecidas como manifestações dos 20 centavos, e as manifestações mundiais conhecidas como “Novas Primaveras”, e, por que não, a eclosão da alegria popular com os temas políticos adotados nos desfiles das escolas de samba do carnaval do Rio de Janeiro de 2018. Todos esses movimentos sociais oferecem poder de transmutação social mas também subsídios para uma reformatação do modelo político vigente na contemporaneidade. Aos pesquisadores que pensam o trabalho fica o convite feito por Facas e Ghizoni (2017) em aliarem o pensamento à prática, o que consolida o trabalho vivo.

Ao ajustar novamente o foco para a produção de novas subjetividades no trabalho, é apresentado por Mendes (2105) uma estrutura construída a partir de práticas em clínicas do trabalho e pesquisas sobre subjetivação no campo trabalho. A estrutura composta por três eixos, que representam o manifesto das patologias, eixos que dialogam com os polos de Safatle, mas já contendo um deslizar em busca de saídas pelos sujeitos acometidos pelos sofrimentos psíquicos. Esse deslizar denota o desejo do sujeito em preservar equilíbrio psíquico através de ações emancipatórias, que, como dito por Dardot e Laval, são possíveis apenas por aquele que se constrói por práticas de liberdade, os eixos, são: *Aceleração/Fadiga ---Vitalidade, Exigência/Necessidade ---Desejo e Impotência --- Potência.*

O sofrimento questionador, aquele que simbolizado pela dor é portador do desejo, e expulso dos ambientes laborais pelas estratégias de gestão, é a discussão a ser pautada, e que Mendes e Ghizoni (2016) sustentam ao tratar da temática e reiterar a importância do confronto do real pelo desejo, único modo do sujeito suportar e aceitar a condição do vazio.

Não há tradução na linguagem para a dor que representa o sofrimento como força questionadora do querer, novos discursos necessitam ser desenvolvidos, e outros já ocorrem pelas formações do inconsciente como o humor.

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

O humor empresta o seu vigor no cenário contemporâneo do trabalho ao instaurar uma nova sociabilidade, criada por novos pensamentos, o que permite criar novos laços sociais que sustentam a erótica e as singularidades. Coloca em xeque, por seu caráter transgressor, situações consolidadas, criando estratégias de desmonte e de descontinuidade daquilo que oprime, desterritorializando o consolidado em ambientes marcados pela repetição. Por fim, trilhar esse caminho requer criatividade, sob o olhar auspicioso do outro. A postura humorística reconhecedora do vazio, sem o império do gozo da queixa, certamente é uma das maiores contribuições para o cenário contemporâneo.

O humor desterritorializa, e apropriar-se ou repropriadar algo não é uma das tarefas mais fáceis na história humana e na sociedade contemporânea, torna-se uma causa a ser construída socialmente, por resistência e ação. O dom raro, precioso e rebelde, parece apresentar qualificações suficientes para fazer a denúncia do que foi apropriado, resta saber o que fazer com a palavra pescada, como na poesia *Antes do Nome* de Adélia Prado. A palavra pescada é o indicativo do que é interdito nos ambientes laborais, por isso a importância dos espaços de fala. Assim como é importante a busca contínua pela emancipação, para que os sujeitos saibam reconhecer o que possuem na mão e mesmo que o susto e o terror os assaltem, resistam e se coloquem em ação.

Finalmente, torna-se de mais fácil compreensão o funcionamento da *sociedade depressiva-humorística* (Kupermann, 2003), agora bem enquadrada pela *subjetivação neoliberalista* de Dardot e Laval (Andrade & Ota, 2015), e compreendida em sua configuração psíquica, revelada no espaço social do trabalho, o que Safatle (2016) chamou de *sofrimento de flexibilização*. Entretanto, fica a expectativa de dirigir o olhar para outro lado, o humor ensina isso, ele busca outra faceta da instância tirânica e a contorna. Persiste a esperança em apostar na ambivalência constituinte do sujeito, que o torna capaz de construir discursos que, mesmo raros, possuam rebeldia suficiente para desterritorializar espaços julgados sólidos, essa é a aposta que se faz no humor.

Considerações Finais

Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas (Guimarães Rosa).

Pelo presente estudo, é percebido que o humor e o seu ato desterritorializante, promotor de elo entre a função social e política, reveste-se na contemporaneidade de maior importância política. Ajudando a denunciar as formas de apropriação cada vez mais sutis, e em desenvolvimentos na sociedade, sejam pelas instituições e o seu exercício homogêneo a favor de um modelo econômico, seja pela própria forma de tratamento que o sujeito dispensa a si e ao outro, como objetos autovaloráveis. Essa massificação social leva os sujeitos a uma total incapacidade de reconhecer o que é bem comum e o que lhe é usurpado, minando cada vez mais as possibilidades de laços sociais, o que inaugura um ciclo incapacitante de saídas políticas.

A subjetivação neoliberalista que abarca todas as esferas sociais, parece cegar e ensurdecer os sujeitos para o riso que denuncia o afeto, assim como, possivelmente, outras alternativas reveladoras do que é singular. Entretanto, a ambivalência psíquica comum à natureza humana pode apontar saídas. A saída localiza-se na insistência em querer denunciar aquilo que por diversas maneiras é reprimido. Se hoje o riso não é conquistado com facilidade, pela brutalidade com que manifestações autênticas são coibidas ou adulteradas, é preciso estar atento para compreender o que se quer ser calar, ou seja, para os interditos.

Pensar o riso como uma armadilha para o afeto, como um doma-afeto, abre proposta para uma agenda de pesquisa, onde a risada humorística, o *riso entre lágrimas*, seria um objeto da pulsão invocante.

Outra consideração que se apresenta, e que leva a uma segunda agenda é o entrelaçar dos seguintes construtos teóricos/práticos da crítica social e do campo da subjetivação do trabalho, que dialogam entre si: subjetivação neoliberalista e alternativa (Dardot & Laval), sofrimento flexibilizante e organização das condutas psíquicas em polos (Safatle, 2016) e os três eixos do manifesto do sintoma/saída pela potência política (Mendes, 2015).

Essa segunda agenda discutiria os eixos e matrizes apresentados, sempre observadas em práticas inseridas no campo do trabalho. Analisando como ocorre a sistematização de esquemas de sofrimentos psíquicos sociais reportados exclusivamente ao âmbito individual.

Referências

- Amaral, G. A., Mendes, A. M. B., Chatelard, D. S., & Carvalho, I. S. (2017). O lugar do conceito de sublimação na psicodinâmica do trabalho. *Revista Polis e Psique*, 7(3), 200-223. Recuperado em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/66740>
- American Psychological Association. (2012). *Manual de publicação da APA* (6a ed., D. Bueno, Trad.). Porto Alegre: Penso
- Andrade, D. P., & Ota, N. K. (2015). Uma alternativa ao neoliberalismo: Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 27(1), 275-315. [doi:10.1590/0103-207020150115](https://doi.org/10.1590/0103-207020150115)
- Barbieri, C. P. (2009). Perversão, humor e sublimação. *Estudos de Psicanálise*, 32, 39-44. Recuperado em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372009000100005
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Billing, M. (2002). Freud and the language of humour. *The Psychologist*, 15 (9), 452-455. Recuperado em <https://thepsychologist.bps.org.uk/volume-15/edition-9/freud-and-language-humour>
- Birman, J. (2005). Frente e verso: O trágico e o cômico na desconstrução do poder. Em A. Slavutzky, D. Kupermann (Org.), *Seria trágico... se não fosse cômico: Humor e psicanálise* (pp. 81-109). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2010). O rei está nu: Contrapoder e realização de desejo, na piada e no humor. *Psicologia Clínica*, 22(1), 175-191. Recuperado em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v22n1/a11v22n1.pdf>
- Birman, J. (2012). *Mal-estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Brumer, A. (2009). O humor judaico em questão. *WebMosaica*, 1 (2), p. 6-13. Recuperado em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31885/000785300.pdf?sequence=1>
- Carignano, M. L.M., & Garcia, A. J. M. (2007). *Humor, surrealismo e absurdo na obra de Alejandra Pizarnik*. II Colóquio de Psicologia da Arte. A correspondência das artes e a unidade dos sentidos. Recuperado em: <http://www.ip.usp.br/laboratorios/lapa/versoportugues/2c64a.pdf>
- Castro, S. L. S. (2014). O importante papel do humor na direção da cura. *Stylus revista de psicanálise*, 28, 99-107. Recuperado em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/stylus/n28/n28a11.pdf>
- Cruxên, O. (2004). *A sublimação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- Dahia, S. L. de M. (2008). A mediação do riso na expressão e consolidação do racismo no Brasil. *Sociedade e Estado*, 23 (3), 697-720. Recuperado em <http://www.scielo.br/pdf/se/v23n3/a07v23n3.pdf>
- Dardot, P., & Laval, C. (2016a). Neoliberalismo e subjetivação capitalista. *Revista Olho da História*, 22. Recuperado em: <http://oolhodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/04/dlneoliberalismo.pdf>
- Dardot, P., & Laval, C. (2016b). O comum, um princípio político. *Revista o olho da história*, 22. Recuperado em <http://oolhodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/04/dlcomum.pdf>
- Dejours, C. (2012a). *Trabalho vivo: Trabalho e emancipação*. Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2012b). *Trabalho vivo: Sexualidade e trabalho*. Brasília: Paralelo 15.
- Facas, E. P., & Ghizoni, L. D. (2017). Trabalho como estruturante psíquico e sociopolítico em tempos de hipermodernidade. *Trabalho (En)Cena*, 2(2), 1-2. doi: [10.20873/2526-1487V2N2P01](https://doi.org/10.20873/2526-1487V2N2P01)
- Feldman, L. R. (2009). Humor judaico: O sorriso entre lágrimas. *WebMosaica*, 1 (2). 26-34. Recuperado em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/webmosaica/article/view/11980/7121>
- Fernandes, S. A. F. (2008). *Freud, Lacan e Witz: A dimensão do prazer e do significante* (Tese de doutorado). Recuperado em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280574>
- Ferraz, W. D. A. (2009). O riso: Da loucura à clínica. *Cógito*, 10, 83-90. Recuperado em: <http://www.circulopsibahia.org.br/cogito10completa.pdf#page=83>
- Ferreira, M. C., & Mendes, A. M. (2001). Só de pensar em vir trabalhar, já fico de mau humor: Atividade de atendimento ao público e prazer-sofrimento no trabalho. *Estudos de Psicologia*, 6(1), 93-104. doi: [10.1590/S1413-294X2001000100010](https://doi.org/10.1590/S1413-294X2001000100010)
- Fontelles M.J, Simões, M. G, Farias, S. H & Fontelles, R. G. S. (2009). Metodologia da pesquisa científica: Diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. *Revista Paraense de Medicina*. 23(3), 1-8. Recuperado em: <http://www.files.bvs.br/uploads/s/0101-5907/2009/v23n3/a/967.pdf>
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Francisco, I. F. M. (2015). *Fazer rir para não chorar: Estudo psicodinâmico sobre o humor num grupo de humoristas* (Dissertação de mestrado). Recuperado em: <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/4556>
- Fressato, S. B. (2016). A sociedade adoce o homem: Reflexões a partir de Erich Fromm. *Revista o olho da história*, 22. Recuperado em <http://oolhodahistoria.ufba.br/wpcontent/uploads/2016/04/dlcomum.pdf>

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

- Freud, S. (1996a). Os chistes e sua relação com o inconsciente. Em J. Strachey (Ed. & Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 8). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1905)
- Freud, S. (1996b). Humor. Em J. Strachey (Ed. & Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 11, pp. 361-751). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1927)
- Freud, S. (2010a). Formulação sobre os dois princípios do funcionamento psíquico. Em P. C. de Souza, (Ed. & Trad.), *Obras Completas* (Vol. 10, pp. 108-121). São Paulo: Companhia das letras (Originalmente publicado em 1911)
- Freud, S. (2010b). Introdução ao narcisismo. Em P. C. de Souza, (Ed. & Trad.), *Obras Completas* (Vol. 12, pp. 13-50). São Paulo: Companhia das letras (Originalmente publicado em 1914)
- Freud, S. (2010c). Os instintos e seus destinos. Em P. C. de Souza, (Ed. & Trad.), *Obras Completas* (Vol. 12, pp. 51-81). São Paulo: Companhia das letras (Originalmente publicado em 1914)
- Freud, S. (2010d). A repressão. Em P. C. de Souza, (Ed. & Trad.), *Obras Completas* (Vol. 12, pp. 82-98). São Paulo: Companhia das letras (Originalmente publicado em 1915)
- Freud, S. (2010e). O inconsciente. Em P. C. de Souza, (Ed. & Trad.), *Obras Completas* (Vol. 12, pp. 99-150). São Paulo: Companhia das letras (Originalmente publicado em 1915)
- Freud, S. (2010f). Além do princípio do prazer. Em P. C. de Souza, (Ed. & Trad.), *Obras Completas* (Vol. 14, pp. 161-239). São Paulo: Companhia das letras (Originalmente publicado em 1920)
- Freud, S. (2011a). Psicologia das massas e análise do Eu. Em P. C. de Souza, (Ed. & Trad.), *Obras Completas* (Vol. 15, pp. 13-113). São Paulo: Companhia das letras (Originalmente publicado em 1921)
- Freud, S. (2011b). O Eu e o Id. Em P. C. de Souza, (Ed. & Trad.), *Obras Completas* (Vol. 16, pp. 13-74). São Paulo: Companhia das letras (Originalmente publicado em 1923)
- Freud, S. (2011c). O problema econômico do masoquismo. Em P. C. de Souza, (Ed. & Trad.), *Obras Completas* (Vol. 16, pp. 184-202). São Paulo: Companhia das letras (Originalmente publicado em 1924)
- Freud, S. (2014a). Lembrar, repetir e perlaborar. Em G. Iannini, (Ed.), *Obras incompletas de Sigmund Freud* (Vol. 6, pp. 151-164). Belo Horizonte: Autêntica Editora (Originalmente publicado em 1914)
- Freud, S. (2014b). A negação. Em M. Carone, (Ed. & Trad.), *Sigmund Freud* (pp. 104). São Paulo: Cosac Naify (Originalmente publicado em 1925).

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

- Freud, S. (2014c). A cisão do Eu no processo de defesa. Em G. Iannini, (Ed.), *Obras incompletas de Sigmund Freud* (Vol. 3, pp. 199-204). Belo Horizonte: Autêntica Editora (Originalmente publicado em 1940)
- Freud, S. (2015). O escritor e a fantasia. Em P. C. de Souza, (Ed. & Trad.), *Obras Completas* (Vol. 8, pp. 325-338). São Paulo: Companhia das letras (Originalmente publicado em 1908)
- Gama, L. P., Mendes, A. M. B., Araújo, J. P., Galvão, M. G. A., & Vieira, F. O. (2016). Ressignificação do sofrimento: Clínica do trabalho em um hospital escola. *Laborativa*, 5(1), 38-63. Recuperado em: <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>
- Ghizoni, L. D. (2013). *Clínica psicodinâmica da cooperação na Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas – TO (ASCAMPA)*. (Tese de Doutorado). Recuperado em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/15146>
- Goldenberg, M., & Jablonski, B. (2011). O gênero da risada. *Psicologia Clínica*, 23(2), 17- 29. Retirado em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652011000200002
- Gómez, V. A., Mendes, A. M., Chatelard, D. S., & Carvalho, I. S. (2016). A palavra como laço social na clínica Psicodinâmica do Trabalho. *Contextos Clínicos*, 9(2):253-264. [doi: 10.4013/ctc.2016.92.10](https://doi.org/10.4013/ctc.2016.92.10)
- Gomide, A. P. de Á. (2013). Notas Sobre Suicídio no Trabalho à Luz da Teoria Crítica da Sociedade. *Psicologia ciência e profissão*, 33 (2), 380-395. Recuperado em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282027993010>
- Goulart, N. L. G. (2016). *Trabalho em instituições públicas e sofrimento psíquico na contemporaneidade: Uma revisão do estado da arte na plataforma scielo no período 2004-2013* (Dissertação de Mestrado). Recuperado em <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/244>
- Gruda, M. P. P. (2011). Uma Análise do Discurso do Humor. *Travessias*, 5(1), 747-760. Recuperado em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/4317/3915>
- Irigaray, H. A. R., & Saraiva, A. de P. C. (2010). Humor e discriminação por orientação sexual no ambiente organizacional. *RAC*, 14(5), 890-906. Recuperado em <http://www.scielo.br/pdf/rac/v14n5/v14n5a08.pdf>
- Jablonski, B. (2010). Transcrição do Seminário Humor I. *Psicologia Clínica*, 22(1), 209-217. Recuperado em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v22n1/a13v22n1.pdf>
- Kehl, M. R. (2005). Humor na infância. Em A. Slavutzky, D. Kupermann (Org.), *Seria trágico... se não fosse cômico: Humor e psicanálise* (pp. 51-79). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Kindi, E. (2013). *Os sentidos de experiências de trabalho em tempos de flexibilização* (Dissertação de Mestrado). Recuperado em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-14082013-104035/.../kindi_me.pdf

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

- Kupermann, D. (2001). *Do humor e do grotesco na psicanálise*. Ensaio apresentado no VI Fórum Brasileiro de Psicanálise, São Leopoldo/RS. Recuperado em: <http://www.gradiva.com.br/site/scripts/grotesco2.htm>
- Kupermann, D. (2003). *Ousar rir: Humor, criação e psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Kupermann, D. (2005). Perder a vida, mas não a piada: O humor entre companheiros de descrença. Em A. Slavutzky, & D. Kupermann (Org.), *Seria trágico... se não fosse cômico: Humor e psicanálise* (pp. 19-49). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Kupermann, D. (2017). Humor, desidealização e sublimação na psicanálise. Em *Estilos do cuidado: A psicanálise e o traumático* (pp. 72-86). São Paulo: Zagodoni.
- Lacan, J. (1999). As estruturas freudianas do espírito. Em Miller, J.-A (Ed.), *O seminário: As formações do inconsciente-Livro 5* (pp. 9-145). Rio de Janeiro: Jorge Zahar (originalmente publicado em 1957-1958).
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B., (2001). Tópica, tópicos. Em D. Lagache, (Ed.) *Vocabulário da Psicanálise* (4ª ed). (pp. 505-509). São Paulo: Martins Fontes.
- Lima, D. M. de O. (2004). O consumo banal do humor: Aonde encaixar Freud e Pirandello?. *Cógito*, 6, 89-93. Recuperado em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792004000100021&lng=pt&tlng=pt
- Mattos, R. (2012). Voz e música no divã de Jean-Michel Vivès - ou O canto surdo de um analista. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 15(4), 926-928. [doi: 10.1590/S1415-47142012000400014](https://doi.org/10.1590/S1415-47142012000400014)
- Ménard, -D.M. (2015). Como ler além do princípio do prazer?. *Reverso*, 37(69), 99-112. Recuperado em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952015000100011
- Mendes, A. M. (2014). Escuta analítica do sofrimento e o saber-fazer do clínico do trabalho. Em A. M. Mendes, R. D. Moraes & R. C. Merlo (Orgs.). *Trabalho e Sofrimento: Práticas clínicas e políticas* (pp. 65-80). Curitiba: Juruá.
- Mendes, A. M. (2015). Meu trabalho me adocece? [Apontamentos em entrevista]. Em P. Reis (Entr.). *Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP/ULBRA*. Recuperado em: <http://lpct.com.br/wp-content/uploads/2012/11/encena.pdf>
- Mendes, A. M., & Ghizoni, L. D. (2016a). O trabalho e as desmesuras do consumismo: Do sujeito invocado ao sujeito invocante. *Trabalho (En)Cena*, 1(1), 2-5. Recuperado em: sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/2885/9090

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

- Mendes, A. M., & Ghizoni, L. D. (2016b). Sofrimento como potência política para o trabalho do sujeito vivo. *Trabalho (En)Cena*, 1(2), 1-3. Recuperado em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/3342/9691>
- Mendes, A. M., Takaki, K., & Gama, L. P. (2016). Do sujeito invocado ao sujeito invocante: A violência no trabalho como recusa do desamparo. Em F. B. Leal (Org.), *Assédio moral organizacional: Novas modalidades do sofrimento psíquico nas empresas contemporâneas* (pp. 135-144). São Paulo: LTr.
- Mendes, A. M.; & Araújo, L. K. R. (2012). *Clínica Psicodinâmica do Trabalho: O sujeito em ação*. Curitiba: Juruá.
- Mezan, R. (2002). Humor judaico: Sublimação ou Defesa? Em *Interfaces da psicanálise* (pp. 286-301). São Paulo: Companhia das Letras.
- Mezan, R. (2005). A ilha dos tesouros: Relendo a piada e sua relação com o inconsciente. Em A. Slavutzky, D. Kupermann (Orgs.), *Seria trágico... se não fosse cômico: Humor e psicanálise* (pp.129-198). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Mijolla-Mellor, S. (2010). Os ideais e a sublimação. *Psicologia USP*, 21(3), 501-512. doi: [10.1590/S0103-65642010000300003](https://doi.org/10.1590/S0103-65642010000300003)
- Minois, G. (2003). *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora UNESP.
- Morais, M. B. L. (2008). Humor e psicanálise. *Estudos de Psicanálise*, 31, 114-124. Recuperado em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372008000100014&lng=pt&tlng=pt
- Motta, V. (2009). Humor: Nudez e máscara. *Cógito*, 10, 72-77. Recuperado em: <http://www.circulopsibahia.org.br/cogito10completa.pdf#page=72>
- Ostrower, C. (2000). *Humor as a defense mechanism in the Holocaust* (Tel-Aviv University PhD thesis) [Forma reduzida]. Recuperado em: <http://www.yadvashem.org/yv/en/education/conference/2004/55.pdf>
- Pereda, C. L. (2005). Humor e psicanálise. Em A. Slavutzky & D. Kupermann (Orgs.), *Seria trágico... se não fosse cômico: Humor e psicanálise* (pp.111-128). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Périlleux, T. (2013). O trabalho e os destinos políticos do sofrimento [Trad. R. A. de Sousa]. Em A. R. C. Merlo, A. M. Mendes & R. D. de Moraes (Orgs.), *O sujeito no trabalho: Entre a saúde e a patologia* (pp. 73-91). Curitiba: Juruá.
- Ribeiro, M. M .C. (2008). Do trágico ao drama, salve-se pelo humor! *Estudos de Psicanálise*, 31, 103-112. Recuperado em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372008000100013

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). Eu. Em M. A. Coutinho, (Ed.), *Dicionário de Psicanálise* (1ª ed.). (pp. 374-377). Rio de Janeiro: Zahar.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). Isso. Em M. A. Coutinho, (Ed.), *Dicionário de Psicanálise* [1ª ed.]. (pp. 399-400). Rio de Janeiro: Zahar.
- Safatle, V. (2014). Aquele que diz “não”: Sobre um modo peculiar de falar de si. Em M. Carone (Ed.), *A negação* (pp. 32-53). São Paulo: Cosac Naify.
- Safatle, V. (2016). O trabalho do impróprio e os afetos da flexibilização. Em V. Safatle, *O circuito dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. (pp. 159-192). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Salles, A. C. T. da C. (2011). Humor: Dor e sublimação. *Reverso*, 33(61), 21-27. Recuperado em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952011000100003&lng=pt&tlng=pt.
- Slavutzky, A. (2005). O precioso dom do humor. Em A. Slavutzky, D. Kupermann (Orgs.), *Seria trágico... se não fosse cômico: Humor e psicanálise* (pp.201-228). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Slavutzky, A. (2009). Um herói esquecido do povo judeu. *WebMosaica*, 1(2). Recuperado em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/webmosaica/article/view/11979/7138>
- Slavutzky, A. (2014). *Humor é coisa séria*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial.
- Slemenson, M. M. (2007). *Humor: Defesa ou sublimação?* (Trabalho de conclusão de curso). Retirado em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/18573/2/Maria%20Mule%20Slemenson.pdf>
- Soares, V. L. L. (2011). O Humor Resiliente na Sociedade Contemporânea. *Leitura Flutuante. Revista do Centro de Estudos em Semiótica e Psicanálise*, 3. Recuperado em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/leituraflutuante/article/view/7647/5596>
- Tfouni, F. E., & Silva, N. (2008). A modernidade líquida: O sujeito e a interface com o fantasma. *Revista Mal-estar e subjetividade*, 8(1), 171-194. Recuperado em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482008000100009
- Treinta, F. T., Farias Filho, J. R., Sant'Anna, A. P., & Rabelo, L. M. (2014). Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. *Production*, 24(3), 508-520. doi: [10.1590/S0103-65132013005000078](https://doi.org/10.1590/S0103-65132013005000078)
- Ungier, A. (2001). *Por acaso: O humor na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Contra capa livraria.
- Vale, R. P. G., & Mello, R. (2012). Humor, semiolinguística e piadas: Uma proposta de análise. *Caletrosópio*, 1 (1). 165-182. Recuperado em: <http://www.ichs2.ufop.br/caletrosopio/revista/index.php/caletrosopio/article/view/12>

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO HUMOR NO TRABALHO

- Vasconcelos, B. P. J. (2001). *Só dói quando eu rio: Um estudo psicanalítico sobre o cômico, o chiste e o humor* (Dissertação de mestrado). Recuperado em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/81939/187351.pdf?sequence=1>
- Vivès, J. M. (2009). Para introduzir a questão da pulsão invocante. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 12(2), 329-341. doi: [10.1590/S1415-47142009000200007](https://doi.org/10.1590/S1415-47142009000200007)
- Vivès, J. M. (2013). A voz na psicanálise. *Reverso*, 35(66), 19-24. Recuperado em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952013000200003&lng=pt&tlng=pt
- Vivès, J. M. (2016). O que é escutar vozes? *Biblioteca Virtual do Instituto Vox de Pesquisa em Psicanálise*. São Paulo.